

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS**

**DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA ANIMAL**



**Governança das Áreas Marinhas  
Protegidas da Província Biogeográfica da  
Macaronésia**

Cesária da Conceição Baessa Moreira Gomes

**Mestrado em Biologia e Gestão dos Recursos Marinhos**

**Novembro 2007**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS**

**DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA ANIMAL**



**Governança das Áreas Marinhas  
Protegidas da Província Biogeográfica da  
Macaronésia**

Cesária da Conceição Baessa Moreira Gomes

**Mestrado em Biologia e Gestão dos Recursos Marinhos**

**Dissertação orientada pelo Prof. Doutor José Ângelo Guerreiro da Silva**

**Novembro 2007**

*À memória da minha mãe*

*Maria de Fátima Correia Baessa*



## *Poema do Mar*

*O drama do Mar,  
O desassossego do Mar,  
sempre  
sempre  
dentro de nós!*

*O Mar!  
cercando  
prendendo as nossas Ilhas,  
desgastando as rochas das nossas Ilhas!  
Deixando o esmalte do seu salitre nas faces dos pescadores,  
roncando nas areias das nossas praias,  
batendo a sua voz de encontro aos montes,  
baloçando os barquinhos de pau que vão por estas costas...*

**Jorge Barbosa**  
(poeta cabo-verdiano)



## AGRADECIMENTOS

A realização de uma tese é, sem dúvida, uma tarefa árdua, estimulante e solitária. Contudo, é, simultaneamente, um trabalho de parcerias, possível graças ao apoio de um conjunto de pessoas às quais nos ligam laços profissionais, parentesco, e/ou de amizade. Com efeito, queria expressar a minha sincera gratidão:

- Ao Prof. Doutor José Ângelo Guerreiro da Silva, por me propôr e orientar este trabalho no Instituto de Ciência Aplicada e Tecnologia (ICAT), pela objectividade e rigor científico no esclarecimento das minhas dúvidas, o que me fez sentir muito honrada de poder trabalhar com ele durante este tempo.

- Ao Instituto de Ciência Aplicada e Tecnologia (ICAT), a instituição que me acolheu, pelos apoios logísticos que me proporcionou durante a elaboração deste trabalho.

- À Dr.<sup>a</sup> Catarina Grilo, pela inesgotável paciência, atenção e disponibilidade que me tem dispensado ao longo da elaboração deste trabalho, nomeadamente na revisão, correcção e formatação do trabalho. O meu agradecimento à Dr.<sup>a</sup> Catarina Grilo se torna especial, pela serenidade que sempre me transmitiu nos momentos de maior ansiedade.

- A todos os meus professores, pelo apoio na formação académica. Em especial à Prof.<sup>a</sup> Cat. Doutora Maria José Costa, pelos *feedbacks* e conselhos durante a disciplina de Projecto e ao Prof. Dr. Carlos Reis pela concessão de documentos relacionados com o ambiente marinho em Cabo Verde.

- Aos colegas do ICAT, Ana Viras, Cátia Sá, Carlos Graça, Joana Lopes, Catarina Fonseca, Raquel Ribeiro, Kátia Borges e Ana Vinhas pelo apoio que me dispensaram durante a elaboração deste trabalho e pela serenidade que me transmitiram nos momentos de maior aflição.

- Aos funcionários da biblioteca do DBA, pela atenção e disponibilidade em me ajudar a arranjar documentos que não se encontravam disponíveis na biblioteca.

- Ao Doutor Domingos Abreu (Direcção Regional do Ambiente da Madeira), pela concessão de documentos relacionados com a conservação do meio marinho no arquipélago da Madeira.

- À Dr.<sup>a</sup> Isabel Freitas (Parque Natural da Madeira), pela celeridade nas respostas aos meus e-mails sobre conservação costeira e marinha no arquipélago da Madeira.



- À Dr.<sup>a</sup> Nádia Silva Gonçalves (Direcção de Serviços de Conservação da Natureza), Direcção Regional do Ambiente da Madeira por me esclarecer assuntos relacionados com a conservação marinha no arquipélago da Madeira.

- Ao Prof. Doutor Ricardo Serrão Santos (Universidade dos Açores) pela concessão de vários documentos relacionados com a conservação costeira e marinha no arquipélago dos Açores.

- Ao Dr. Diego Fernandez, coordenador da Reserva Marinha na Ilha Graciosa e Ilhéus de Lanzarote (Canárias), pelo esclarecimento da estrutura institucional que tutela as áreas marinhas protegidas nas Canárias, bem como documentação relacionada com a protecção costeira e marinha nas Canárias.

- Aos entrevistados Eng.<sup>a</sup> Ivone Lopes (Directora Geral do Ambiente), Eng.<sup>a</sup> Margarida Santos (Departamento de Avaliação de Impactos Ambientais – Direcção-Geral do Ambiente), Dr.<sup>a</sup> Sónia Indira Araújo (Bióloga Marinha – Direcção-Geral do Ambiente), Dr.<sup>a</sup> Celeste Benchimol (Coordenadora do Projecto Conservação Costeira e Marinha), Dr.<sup>a</sup> Maria da Cruz Soares (Assistente Técnica do Projecto Conservação Costeira e Marinha), Dr.<sup>a</sup> Maria Idelmira Carvalho (Directora Geral das Pescas), Dr. Alcides Santos Varela (Director Regional do Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas), Dr. Januário Nascimento (Presidente da Associação para a Defesa do Ambiente e Desenvolvimento, ADAD), Sr. João José Moreno (Presidente do Conselho da Direcção da Associação de Pesca Cesário Moniz), Sr. Regino Correia Lopes Furtado (Presidente da Cooperativa de Pesca “Rubon Baléia”), ilustres personalidades da sociedade cabo-verdiana, pela atenção e disponibilidade demonstrada e pela gentileza em responder às minhas questões e concessão de documentação relacionada com o tema desta tese.

- Ao Prof. Dr. Octávio Nascimento, pela constante preocupação em acompanhar o evoluir da tese.

- Ao meu Esposo, Agnelo Pereira Gomes, o maior dos meus encantos, pelo amor, pela cumplicidade, pela paciência e apoio sempre presente ao longo da minha formação académica, e por tudo que ainda temos para viver juntos.

- À minha enteada Adelcy Varela Gomes, pelo afecto e apoio sempre demonstrados ao longo da nossa convivência e por tudo que vivemos durante esses seis anos.

- Ao meu pai, Cesário Ramos Moreira, minha grande fonte de inspiração, o meu modelo de coragem, alegria e força de viver.

- Aos meus irmãos, pelo incentivo e por todo o tipo de apoio que sempre me deram, principalmente, nos momentos mais difíceis; especialmente ao meu irmão Nilton



Moreira, pelo exemplo de irmandade que sempre marcou o nosso relacionamento e por tudo o que nos une.

- Aos meus sogros, Jesuíno Gomes e Maria Madalena de Brito pela constante preocupação em acompanhar o evoluir da minha formação.

Aproveito ainda a oportunidade para agradecer a todos os colegas e amigos que aqui não foram mencionados por todo o apoio e um muito obrigado.



## ÍNDICE

RESUMO.....	X
ABSTRACT .....	XI
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Conservação da Natureza e Áreas Marinhas Protegidas .....	1
1.2 Governança Ambiental.....	5
1.3 Área de Estudo .....	7
1.4 Objectivos .....	10
1.5 Relevância Científica do Estudo.....	11
2. METODOLOGIA .....	13
3. ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS DA MACARONÉSIA.....	16
3.1 Açores.....	18
3.2 Madeira.....	22
3.3 Canárias .....	24
3.4 Cabo Verde.....	27
4. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL .....	30
4.1 Instrumentos Globais .....	31
4.2 Instrumentos Regionais .....	44
4.3 Instrumentos Bilaterais.....	51
4.4 Padrões de Ratificação dos Instrumentos .....	54
4.4.1 Instrumentos Globais e Regionais .....	54
4.4.2 Padrão de ratificação dos instrumentos globais entre Espanha e Portugal .....	55
4.4.3 Padrão de ratificação dos instrumentos globais entre Portugal e Cabo Verde.....	56
4.4.4 Padrão de ratificação dos instrumentos globais entre Cabo Verde e Espanha.....	56
4.5 Conclusões .....	57
5. ENQUADRAMENTO LEGAL NACIONAL .....	58
5.1 Enquadramento .....	58
5.1.1 Cabo Verde.....	59
5.1.2 Portugal.....	60
5.1.3 Espanha.....	62
5.2 Análise Comparativa da Legislação Nacional.....	63
6. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL.....	82
6.1 Açores.....	82
6.2 Madeira.....	83
6.3 Canárias .....	85
6.4 Cabo Verde.....	87
7. PLANOS DE ORDENAMENTO E DE GESTÃO DAS AMPS .....	90
7.1 Objectivos dos Planos de Ordenamento e Planos de Gestão .....	90
7.2 Análise Comparativa dos Planos de Ordenamento e de Gestão .....	91
8. ACÇÕES A DESENVOLVER.....	96
9. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....	99
9.1. Governança (quadros legais internacionais, nacionais e/ou regionais e institucionais) .....	99
9.2. Gestão Conjunta/Transfronteiriça das AMPs na Província Biogeográfica da Macaronésia .....	101
10. BIBLIOGRAFIA.....	103
Legislação da República de Cabo Verde .....	108
Legislação da República Portuguesa.....	110
Legislação de Espanha.....	116
Internet .....	118





## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Província da Macaronésia.....	8
Figura 2: Metodologia .....	13
Figura 3: Áreas Marinhas Protegidas da Província Biogeográfica da Macaronésia.....	17
Figura 4: Ratificação dos Instrumentos Globais e Regionais .....	55
Figura 5: Ratificações - Espanha e Portugal .....	56
Figura 6: Ratificações - Cabo Verde e Portugal .....	56
Figura 7: Ratificações - Cabo Verde e Espanha .....	57
Figura 8: Delimitação da Zona Económica Exclusiva.....	74
Figura 9: Instituições dos Açores .....	83
Figura 10: Instituições da Madeira .....	85
Figura 11: Instituições das Canárias .....	87
Figura 12: Instituições de Cabo Verde .....	88
Figura 13: Acções a desenvolver pelos quatro arquipélagos .....	98

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Áreas Marinhas Protegidas dos Açores .....	20
Tabela 2: Áreas Marinhas Protegidas da Madeira .....	23
Tabela 3: Áreas Marinhas Protegidas das Canárias .....	26
Tabela 4: Áreas Marinhas Protegidas de Cabo Verde .....	29
Tabela 5: Sítios Ramsar existentes na Província Biogeográfica da Macaronésia .....	35
Tabela 6: Rede Natura 2000 na Província Biogeográfica da Macaronésia.....	49
Tabela 7: Categorias de Áreas Protegidas.....	71
Tabela 8: Planos de Ordenamento e Gestão das AMPs dos Açores e Canárias .....	92

## ANEXOS

I	Instrumentos Internacionais: Globais
II	Instrumentos Internacionais: Regionais
III	Acordos Bilaterais
IV	Instrumentos Europeus sobre a Conservação da Biodiversidade
V	Legislação de Cabo Verde
VI	Legislação de Portugal
VII	Legislação de Espanha
VIII	Guião das Entrevistas
IX	Glossário



## Resumo

As áreas marinhas protegidas (AMPs), enquanto instrumentos de conservação da natureza, contribuem para a conservação, preservação e gestão dos ecossistemas costeiros e marinhos a nível mundial. Na Província Biogeográfica da Macaronésia, as AMPs existentes desempenham este papel de forma preponderante, principalmente no que diz respeito às espécies com impacte económico local.

A governança consiste nas interacções entre estruturas, processos e tradições, as quais determinam como são exercidas as responsabilidades, como as decisões são tomadas e como é que a opinião dos cidadãos e grupos de interesse (*stakeholders*) é integrada no processo de decisão. Assim, a governança das AMPs é um factor determinante para o seu sucesso.

Foi estudada a governança das AMPs na Província Biogeográfica da Macaronésia (arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde), com a finalidade de verificar se o actual estado de estabelecimento e gestão de AMPs nos quatro arquipélagos é ou não favorável a uma governança conjunta do meio marinho nesta província biogeográfica, tendo em vista os objectivos de conservação da natureza à escala global.

Foi desenvolvida uma metodologia própria baseada na análise do quadro legal nacional e internacional e das estruturas governativas das AMPs, e ainda em entrevistas no arquipélago com menor disponibilidade de informação (Cabo Verde).

Conclui-se que os três países que fazem parte da área de estudo detêm os quadros legais (internacional, regional e nacional) e institucional considerados suficientes para a conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos. Esta análise permitiu a definição de acções que poderão ser desenvolvidas pelos quatro arquipélagos, visando uma gestão conjunta integrada das AMPs na área de estudo.

Apesar de existirem vários diplomas e regulamentos jurídicos a nível nacional/regional sobre a conservação marinha, há ainda um longo caminho a percorrer no que diz respeito aos planos de gestão destinados a promover uma abordagem integrada da conservação à escala biogeográfica.

**Palavras-chave:** áreas marinhas protegidas, governança, conservação, gestão, Província Biogeográfica da Macaronésia.



## Abstract

Marine Protected Areas (MPAs), as instruments for nature conservation, contribute to the conservation, preservation and management of coastal and marine ecosystems worldwide. In the specific case of the Macaronesian Biogeographic Province, the existing MPA's play this key role, especially regarding species with local economic impact.

Governance consists in the interactions between structures, processes and traditions, which determine how responsibilities are exercised, how decisions are made and how the views of citizens and interest groups (stakeholders) are integrated in the decision-making process. Therefore, governance of MPA's is a determining factor for its success.

Governance of MPA's in the Macaronesian Biogeographic Province (Azores, Madeira, Canaries and Cape Verde archipelagos) was studied, in order to verify whether the current state of establishment and management of MPA's in the four archipelagos favours or not a joint governance of the marine environment in this biogeographic province, in view of the objectives of nature conservation on a global scale.

The methodology developed was based on the analysis of the national and international legal frameworks and MPA's government structures, together with interviews in the archipelago with a lower availability of information (Cape Verde).

It follows that the three countries that are part of the study area have the legal (international, regional and national) and institutional frameworks considered sufficient for the conservation of marine and coastal ecosystems. This analysis allowed the definition of actions that could be developed by the four archipelagos, aiming a common integrated management of MPAs in the study area.

Although there are several laws and legal regulations at national and regional level on marine conservation, there is still a long way to go concerning management plans towards an integrated approach to conservation at the biogeographical scale.

**Keywords:** marine protected areas, governance, conservation, management, Macaronesian Biogeographic Province.



## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 Conservação da Natureza e Áreas Marinhas Protegidas

O período pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado pela aceleração dos processos de alteração ambiental, como resultado de um crescimento económico aparentemente sem fronteiras em termos de disponibilidade de recursos. Os elevados índices de produção e consumo, conjugados com o aumento populacional e a intensificação da urbanização, criaram diversos problemas ambientais. É neste contexto que se afirmam de modo consistente pela generalidade da Europa e pela América do Norte movimentações sociais de carácter ambientalista e naturalista, associados à protecção do património biológico, que procuram alertar os poderes políticos e económico para a necessidade urgente e imperiosa de conter a destruição acelerada dos recursos naturais do planeta. Esta preocupação com o ambiente materializa-se ao nível mundial com a fundação em 1948 da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

No ambiente costeiro e marinho, esses problemas ambientais tiveram uma expressão de grande magnitude à escala mundial, sendo de destacar os seguintes: a sobreexploração dos recursos marinhos; a poluição dos mares através de compostos orgânicos (agrícolas e urbanos) e a destruição da orla costeira devido à erosão provocada pelas edificações nas zonas costeiras. Face à particular vulnerabilidade dos mamíferos marinhos a estes problemas, surgiu em 1946 a Convenção Baleeira (Convenção Baleeira, 1946), o primeiro instrumento internacional sobre a conservação dos recursos marinhos, incidindo especificamente sobre a conservação dos *stocks* de baleias, ao estabelecer um sistema internacional de regulação da actividade baleeira que assegure a conservação e o desenvolvimento destes animais. Paralelamente, nos últimos 50 anos, a indústria de pescados crescia rapidamente devido aos desenvolvimentos tecnológicos do pós-guerra, sobrecapitalização da frota e os esforços descontrolados da pesca. Consequentemente, a sobrepesca alcançou gradualmente o mesmo nível prejudicial que outros impactos antropogénicos (por exemplo, poluição, sedimentação e destruição de *habitats* críticos), afectando as pescarias de uma forma histórica (Jackson *et al.*, 2001 in Aguilar-Perera *et al.*, 2006).

No entanto, foi a questão da poluição industrial que, tendo marcado o agravamento continuado e intenso da situação ambiental, abriu precedentes à luta pela



integração das questões ligadas ao meio ambiente no quotidiano das nações. A consciencialização ecológica começou nos anos 60, principalmente após a publicação dos livros “Silent Spring” e “Sea Around Us” de Rachel Carson, que registava o aumento da contaminação do ambiente natural e como esta afecta os alimentos e a saúde humana. Esta constatação começou a sensibilizar a comunidade internacional para o grave problema ambiental que se vivia na altura. Em 1968, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, acrónimo inglês) apelou à organização da primeira conferência intergovernamental sobre o ambiente humano, sinal de que as questões ambientais ganhavam dimensão política. Simultaneamente foi criado o Programa “O Homem e a Biosfera” da UNESCO, o qual promove a protecção de sítios que designa como reservas da biosfera: “...áreas dos ecossistemas terrestres e ecossistemas costeiros-marinhos reconhecidas internacionalmente para promover e demonstrar o equilíbrio no relacionamento entre o homem e a natureza ” (Kelleher, 1999). A protecção das espécies ou sistemas ecológicos através da designação de sítios específicos para tal foi internacionalmente estabelecida como ferramenta para a conservação da biodiversidade com a adopção da Convenção Ramsar (1971) e da Convenção Mundial sobre a Protecção do Património Cultural e Natural (1972). Tinha assim início a prática consistente da conservação da natureza, a qual se tinha iniciado no final do século XIX com a criação do primeiro parque nacional em 1872, o Parque de Yellowstone nos Estados Unidos da América.

A elevada perda de biodiversidade actual não encontra antecedentes em toda a história da vida, estando esta perda relacionada com os impactes causados pelas actividades humanas. Para fazer face à crise da diversidade biológica, a conservação da natureza tem três objectivos: documentar toda a diversidade biológica da Terra, investigar os impactos humanos nas espécies, comunidades e ecossistemas e desenvolver práticas que previnam a extinção das espécies e protejam os ecossistemas associados (Primack, 2002). A conservação da Natureza, entendida como a preservação dos diferentes níveis e componentes naturais da biodiversidade, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, tem vindo a afirmar-se como imperativo de acção política e de desenvolvimento cultural e sócio-económico à escala planetária. A interiorização dos princípios e da acção que lhe estão subjacentes afirmou-se sobretudo a partir da Declaração do Ambiente, adoptada pela primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972 (Resolução nº 2398 (XXIII), de 3 de Dezembro de 1968 das Nações Unidas), que daria lugar à criação do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), o qual visa coordenar as acções internacionais



de protecção ao meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, e da Estratégia Mundial de Conservação, sob o tema “A conservação dos recursos vivos ao serviço do desenvolvimento durável”, apresentada em 1980 pela UICN, com o apoio do PNUA e do WWF (World Wildlife Fund) e com a colaboração da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e da UNESCO (Ministério do Ambiente, 1999). Esta Estratégia fornece um conjunto de critérios e recomendações considerados como suficientemente universais, que estabelecem como objectivos fundamentais: manutenção dos processos ecológicos essenciais e dos sistemas de suporte da vida; a preservação da diversidade genética e o uso sustentável das espécies e dos ecossistemas (nomeadamente a fauna piscícola e de outra vida animal, das florestas e das terras de pastagem) (UICN, 1980). Relativamente ao meio marinho, a Conferência de Estocolmo chamou a atenção para a necessidade da preservação dos recursos vivos, criando para os Estados a obrigação de prevenir a poluição dos mares por substâncias que coloquem em risco a saúde humana ou que, através das modificações feitas ao meio líquido, causem danos aos recursos marinhos (Nascimento, 2004).

Também é de grande importância anotar as contribuições importantes da legislação internacional do mar para a conservação do meio marinho, com os seus sucessivos desenvolvimentos durante a segunda metade do século XX, conduzindo à adopção da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS, acrónimo inglês), em 1982. Esta, fornece uma estrutura legal para a cooperação ambiental marinha e possui numerosos instrumentos que operam dentro da sua estrutura. Estes instrumentos dão forma à espinha dorsal da lei ambiental internacional moderna e foram adoptados sob os auspícios de várias organizações intergovernamentais como a Organização Marítima Internacional (IMO), Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), e Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), entre outros. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, não contém no entanto disposições suficientes para a conservação, protecção e gestão do ambiente marinho, dado centrar-se essencialmente na questão da poluição marinha.

No Rio de Janeiro, foi realizada em 1992 a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) também designada por ECO-92, Rio-92 ou Cimeira da Terra, donde resultou a adopção de um conjunto de documentos e compromissos, tais como a Convenção sobre a Biodiversidade (CBD), a Agenda XXI, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, a Declaração do Rio sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, entre outros.



Em 1995, em Jacarta (Indonésia) foi realizada a segunda Conferência das Partes relativas à CBD, culminando na adopção do Mandato de Jacarta. Este determina que todas as Partes da Convenção deverão implementar medidas que visam conservar e promover o uso sustentável da diversidade biológica costeira e marinha, de modo a diminuir as inúmeras ameaças existentes sobre a diversidade biológica costeira e marinha, causadas por vários factores, como alterações físicas, destruição e degradação dos *habitats*, poluição, invasão das espécies exóticas e sobreexploração dos recursos vivos costeiros e marinhos (Mandato de Jacarta, 1995).

A Agenda 21 foi um dos principais resultados da CNUMAD, pois é um documento que estabeleceu a importância de cada país se comprometer a reflectir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os sectores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio-ambientais. Os temas fundamentais da Agenda 21 estão tratados em 40 capítulos, com destaque para a conservação da diversidade biológica (Capítulo 15) e proteção dos oceanos e dos mares de todo tipo, incluindo os mares fechados e semi-fechados e as zonas costeiras, e o uso racional e o desenvolvimento de seus recursos vivos (Capítulo 17)<sup>1</sup>. A Agenda 21 teve um estreito acompanhamento a partir do qual foram feitos ajustes e revisões, e a mais recente, a Cimeira de Joanesburgo, em 2002. Nesta, foi feita a seguinte recomendação: “desenvolver e facilitar o uso de diversas aproximações e instrumentos, incluindo ecossistemas, eliminação das práticas de pescas destrutivas, estabelecer áreas marinhas protegidas (AMPs) baseadas em leis internacionais e informações científicas, incluindo redes representativas até 2012” (Vierros, 2007).

Da mesma forma, a conferência dos Estados membros da Convenção da Diversidade Biológica, adopta em 2004 o programa de trabalho em áreas protegidas tendo por objectivo: “estabelecer e manter áreas terrestres até 2010 e áreas marinhas até 2012, incluindo áreas protegidas que possuem sistemas ecológicamente representativas e geridas de uma forma eficaz, que colectivamente, reduzirão significativamente a taxa de perda da biodiversidade global” (Vierros, 2007).

A definição de AMPs foi feita pela União Internacional para a Conservação da Natureza e sugere precisamente a variedade de recursos que estas áreas podem proteger (IUCN, 1988):

---

<sup>1</sup> (<http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/agenda21toc.htm>), última acesso em 11 de Outubro de 2007.





*"Qualquer área intertidal ou subtidal que, conjuntamente com a água, flora, fauna, história e características culturais, foi reservada pela lei para proteger parcial ou totalmente o ambiente marinho."*

As AMPs constituem uma parte vital nos grandes programas desenvolvidos para conservar o património marinho e promover o uso ecológicamente sustentável dos seus recursos (Kelleher, 1999). De acordo com a Estratégia Mundial de Conservação, as AMPs podem ajudar a alcançar os três grandes objectivos relacionados com a conservação dos recursos vivos: manter os processos ecológicos essenciais e os sistemas que sustentam a vida, preservar a diversidade genética e assegurar a utilização sustentável das espécies e ecossistemas (IUCN, 1980 *in* Kelleher, 1999).

A aposta no estabelecimento de AMPs para reduzir a perda de biodiversidade é ainda justificada por Mulongoy *et al.* (2004 *in* Wells *et al.*, 2007), ao referir que, actualmente, a nível mundial uma pequena porção do ambiente marinho (0,45%) encontra-se protegida, comparativamente ao ambiente terrestre (11,6%). Existe assim, a necessidade de implementar a nível mundial uma rede de AMPs que irá proteger uma série completa de ecossistemas representativos a nível de cada país e em cada província biogeográfica (Vierros, 2007), visando a adopção de medidas dirigidas para a protecção, valorização e uso sustentado dos recursos marinhos sensíveis, assegurando a biodiversidade marinha, através de uma integração harmoniosa das actividades humanas com o meio (Halpern, 2003 *in* Primack, 2006). No entanto, por si só, as AMPs não poderão assegurar os modelos de desenvolvimento sustentável das actividades humanas nos ecossistemas marinhos. Com efeito, a eficácia das AMPs na conservação do meio marinho está não só dependente das suas características geográficas (localização, dimensão e delimitação), mas também dos mecanismos e estruturas governativas que assistem no seu estabelecimento, planeamento, ordenamento e gestão. Assim, também a governança das AMPs desempenha um papel preponderante na sua eficácia enquanto instrumentos de conservação da natureza.

## 1.2 Governança Ambiental

Desde 1990 que o termo governança tem sido bastante utilizado, reflectindo uma metamorfose do conceito de “governo” para o de “governança” (Jordan *et al.*, 2003). De acordo com Stoker (1998 *in* Jordan *et al.*, 2003) a palavra “governo” refere-se a





actividades levadas a cabo pelos órgãos de Estado, particularmente «aquelas que operam ao nível do Estado de modo a manter a ordem pública e que facilitam a acção colectiva». O termo “governança”, por outro lado, refere-se à emergência de novos estilos de governação, nas quais as fronteiras entre os sectores público e privado e os níveis nacional e internacional são indistintas (Jordan *et al.*, 2003).

A governança envolve diferentes elementos, em que nenhum por si só é suficiente para atingir um objectivo particular, mas que, em conjunto, conseguem atingir determinados objectivos propostos (Sampford, 2002). Estes elementos irão incluir um conjunto de normas, incentivos de mercado, organizações e outros actores políticos. As normas incluem legislação a nível nacional, local, internacional e regional; esta legislação não inclui somente legislação ambiental específica, mas também legislação de boa governança e leis que afectam incentivos económicos e a operação de mercado. As normas não-legais incluem códigos de conduta profissionais e industriais assim, como normas éticas relacionadas com as populações em questão. As organizações que participam maioritariamente na governança ambiental são o Estado, as organizações não governamentais, corporações, comunicação social, activistas, estruturas educacionais e científicas e agências internacionais (Sampford, 2002).

Em particular, a governança ambiental procura encontrar soluções/medidas para reduzir as ameaças à biodiversidade, de modo a proteger o ambiente a nível global e em particular os recursos biológicos (Sampford, 2002).

De acordo com Esty (1999, *in* Sampford, 2002) uma óptima governança ambiental (flexível e responsável), consiste em dois ou três níveis de actividade regulamentar dentro de um Estado-Nação e dois ou três níveis a nível internacional, com a devolução parcial de algumas funções de organismos centralizados para outros descentralizados. A combinação de uma cooperação reguladora e de competição a nível horizontal (entre governos e outras entidades) e vertical (entre os vários elementos da governança e a vários níveis), proporcionam um sistema eficaz de controlo e equilíbrio na elaboração de regulamentos ambientais (Sampford, 2002).

A governança ambiental envolve uma clara articulação de valores, a identificação de interesses, a negociação dos planos de gestão ambiental em áreas de grande significado ambiental e a criação de um regime de governança ambiental de modo a tornar esses planos uma realidade (Sampford, 2002).

O sucesso da governança ambiental reside no facto de proporcionar uma vida digna a todos os que vivem e se encontram próximo das reservas relevantes que protegem a biodiversidade (Zarsky, 1997 *in* Sampford, 2002).



A governança é assim um factor chave para o sucesso das AMPs (Lubchenco *et al.*, 2003 *in* Kelleher & Rechia, 1998). Graham *et al.* (2003) definem a governança como “as interacções entre estruturas, processos e tradições que determinam como o poder e as responsabilidades são exercidos, como as decisões são tomadas e como os cidadãos ou outros grupos de interesse (*stakeholders*) podem dar a sua opinião”. As estruturas são definidas pelas instituições, enquanto que os processos são determinados pela legislação, e as tradições dizem respeito aos diferentes usos em prática. A interacção entre estes três elementos no âmbito da conservação do meio marinho é que determina a governança das AMPs. Importante também neste conceito são as noções de integração horizontal (fazer uma harmonização das medidas com a prática) e vertical (escala da governança), de modo a que haja uma maior eficácia.

Assim, e tendo em mente a necessidade de criar uma rede global de AMPs determinada pela UICN (UICN, 1980; Kelleher, 1999; Vierros, 2007), no caso específico da contribuição que a Província Biogeográfica da Macaronésia possa dar para este objectivo global, é imprescindível pensar a conservação da natureza à escala regional. Deste modo, qualquer proposta de criação de uma rede de AMPs nesta província deverá ter em conta os objectivos de conservação dos países que integram esta província biogeográfica (Cabo Verde, Portugal e Espanha), os seus objectivos em termos de cooperação internacional, a legislação nacional de cada país, a legislação internacional a que cada país obedece, e os planos de ordenamento e de gestão das AMPs existentes, todos elementos que determinam a governança do meio marinho na Província Biogeográfica da Macaronésia.

### 1.3 Área de Estudo

Como referido anteriormente, e de acordo com UICN (1980), uma das medidas a ter em conta para a concretização dos objectivos estabelecidos pela Estratégia Mundial para a Conservação da Natureza prende-se com o estabelecimento de áreas protegidas que incluam amostras representativas dos ecossistemas de cada país, incluindo as províncias biogeográficas. Uma província biogeográfica contém grupos de Flora e Fauna, bem como factores físicos, que são suficientemente distintos dos ambientes circundantes (UNEP-WCMC, 2007 *in* Vierros, 2007).

A área de estudo deste trabalho é a Província Biogeográfica da Macaronésia<sup>2</sup> (Fig. 1), constituída por um conjunto de ilhas atlânticas que, de Norte a Sul, constituem os arquipélagos dos Açores, Madeira, Selvagens, Canárias e Cabo Verde situados entre as latitudes 15° e 40° N (Barber *et al.*, 2002). Situam-se no Atlântico Norte, próximo do Norte de África e da Europa.



**Figura 1: Província da Macaronésia**

De acordo com alguns autores, a Macaronésia inclui também o chamado “enclave macaronésio africano” que corresponde à zona Ocidental da Costa Africana situada entre as Canárias e Cabo Verde (García-Talavera, 2003).

Todos os arquipélagos que fazem parte da Província da Macaronésia são ilhas oceânicas, de origem vulcânica, que nunca estiveram unidas ao continente. Existem diferenças quanto à origem das suas respectivas espécies, a qual está relacionada com as distâncias ao continente mais próximo e à acção dos ventos e das correntes marinhas. Esses factores condicionam a variabilidade climática, que por sua vez, influencia os povoamentos biológicos (García-Talavera, 2003). Assim, as espécies dos Açores sofrem grande influência das do Norte da Europa, as da Madeira e das Canárias são influenciadas pelas do Mediterrâneo, e as de Cabo Verde pelas da Costa Africana mais próxima. Do conjunto de arquipélagos, os que apresentam maior afinidade entre si são o da Madeira, das Selvagens e das Canárias, o que em parte será devido a que em épocas passadas existia entre eles um cordão de pequenas ilhas que serviam de ponte e que

<sup>2</sup> De acordo com alguns autores, a Macaronésia inclui também o chamado “enclave macaronésio africano” que corresponde à zona Ocidental da Costa Africana situada entre as Canárias e Cabo Verde (García-Talavera, 2003). Consiste assim na faixa compreendida entre o Sul de Marrocos, passando pelo Sahara Ocidental e Mauritânia, terminando no Norte do Senegal.



com a subida do nível do mar ficaram sepultadas e se converteram em bancos marinhos. Pelo seu carácter insular e a sua peculiar história natural, estes arquipélagos têm uma interessante diversidade biológica, caracterizada pela abundância de espécies autóctones e ainda partilham entre si muitas características biológicas, possuindo comunidades de plantas e animais únicas (Sunyer, 2000).

Na Província da Macaronésia, uma parte significativa da diversidade biológica está incluída em áreas com um estatuto de protecção particular. Exemplos disto são:

- Os recifes de corais (*Porites porites*, *Porites asteroides* Lamarck, *Siderastrea radians*, *Favia fragum*, *Monastrea* sp.), sendo a maioria das espécies endémicas (Cabo Verde) (Direcção-Geral do Ambiente, 2002);
- As raríssimas focas-monge ou lobos-marinho *Monachus monachus* (Madeira) (Alves, 2005 );
- Várias espécies de cetáceos, incluindo golfinhos (nomeadamente *Delphinus delphis*, *Stenella frontalis*), roazes (*Tursiops truncatus*), orcas (*Orcinus orca*), e baleias (*Megaptera novaeangliae*, *Globicephala macrorhynchus*, entre outros), cachalotes (*Physeter macrocephalus*) (Açores, Cabo Verde, Canárias e Madeira) (Viceconcelheria do Meio Ambiente, 2000; Cruz, 2001; Direcção-Geral do Ambiente, 2002);
- Seis espécies ameaçadas de tartarugas-marinhas (*Caretta caretta*, *Lepidochelys olivacea*, *Lepidochelys kempji*, *Chelonia mydas*, *Eretmochelys imbricata* e *Dermochelys coriácea*) (Açores, Cabo Verde, Canárias e Madeira) (Viceconcelheria do Meio Ambiente, 2000; Direcção-Geral do Ambiente, 2002);
- As aves aquáticas/marinhas (nomeadamente *Calonectris diomedea* nos Açores e Madeira; *Calonectris diomedea borealis* nos Açores, Canárias e Madeira), *Pelagodroma marina*, *Pterodroma feae* (Mathews, 1934), *Pterodroma madeira* (Madeira), *Oceanodroma castro* (Açores, Madeira), *Hydrobates pelagicus*, *Sterna sandvicensis* (Canárias), *Phaeton aethereus*, *Fregata magnificens* (Cabo Verde), entre outros (Viceconcelheria do Meio Ambiente, 2000; Direcção-Geral do Ambiente, 2002; ICN, 2006).

A biodiversidade marinha existente na Província Biogeográfica da Macaronésia (Açores, Canárias e Madeira), encontra-se sob a ameaça de vários factores, nomeadamente a invasão das espécies exóticas e o turismo (European Environment Agency, 2003). Todavia, todas as espécies enumeradas anteriormente encontram-se protegidas quer a nível da Província Biogeográfica da Macaronésia quer a nível



internacional pelas Convenções Ramsar (Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional Especialmente como *Habitats* de Aves Aquáticas), CITES (Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção), Bona (Convenção sobre Conservação das Espécies Migratórias Selvagens), CBD, entre outras.

Ainda, e de acordo com o Anexo I da Directiva *Habitats* (Rede Natura 2000), a Província Biogeográfica da Macaronésia (Açores, Canárias e Madeira) possui vários tipos de *habitats* costeiros e marinhos naturais de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de Zonas Especiais de Conservação (Commission Européenne (1998). São eles:

- *Habitats* Costeiros e Vegetações Halófitas: águas marinhas e zonas sob influência das marés; falésias marítimas e praias de calhaus rolados; sapais e prados salgados atlânticos e continentais (Açores); sapais e prados salgados mediterrânicos e termoatlânticos (Açores e Canárias);
- Dunas Marítimas e Continentais: dunas marítimas das costas atlânticas, do mar do Norte e do Báltico (Açores e Canárias);
- *Habitats* de Água Doce: águas paradas (Açores e Canárias) e águas correntes (Açores);
- Charnecas e Moitas das Zonas Temperadas: charnecas macaronésicas endémicas, Charnecas alpinos e boreais (Açores);
- *Habitats* Rochosos e Grutas (grutas marinhas submergidas ou semi-submergidas)

A escolha desta área geográfica como objecto de estudo reside no facto de abranger uma parte do território nacional com relevância para a conservação marinha e na qual o estabelecimento e gestão de AMPs está mais avançado do que no Continente. Acresce ainda a inclusão de Cabo Verde nesta província, um país tradicionalmente parceiro de cooperação de Portugal em vários domínios e onde a conservação do meio marinho se encontra ainda numa fase inicial.

## 1.4 Objectivos

Com este trabalho pretende-se estudar a governança das AMPs na Província Biogeográfica da Macaronésia (arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde), com a finalidade de verificar se o actual estado de estabelecimento e gestão de



AMPs nos quatro arquipélagos é ou não favorável a uma governança conjunta do meio marinho nesta província biogeográfica.

Para tal, analisou-se comparativamente a estrutura da governança das AMPs nos quatro arquipélagos. Esta análise consistiu em:

- i) caracterização geral das AMP existentes na Província da Macaronésia;
- ii) análise dos instrumentos legais internacionais com impacte na conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos;
- iii) análise da legislação nacional dos três países sobre conservação da biodiversidade marinha;
- iv) identificação das instituições a nível nacional com papel no estabelecimento e na gestão das AMP; e
- v) análise comparativa dos planos de ordenamento e/ou de gestão das AMPs implementados em cada arquipélago.

Ao identificar e analisar os elementos que fazem parte integrante da governança ao nível da província Biogeográfica da Macaronésia, pretende-se contribuir para gestão integrada das AMPs na referida província. Esta gestão baseia-se numa acção conjunta e concertada dos quatros arquipélagos, através da partilha de esforços técnicos e humanos, visando uma melhor coordenação e eficácia na conservação da biodiversidade marinha, principalmente conservação das espécies costeiras e marinhas que migram entre os quatro arquipélagos, nomeadamente as tartarugas marinhas (ex: *Caretta caretta*), os cetáceos (ex: *Delphinus delphis*, *Tursiops truncatus*), as aves marinhas (ex: *Calonectris diomedea borealis*), entre outros.

## 1.5 Relevância Científica do Estudo

Podem-se destacar os seguintes contributos deste trabalho para a ciência:

### BIOLOGIA APLICADA À GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DO MEIO MARINHO

Um dos objectivos dos conhecimentos de biologia aplicados à gestão e conservação do meio marinho traduz-se em Ciência ao serviço da Sociedade, que consiste no conhecimento científico (ex.: relações funcionais entre sistemas; estabelecimento de sistemas “mais naturais” para comparação de taxas de mortalidade naturais e em zonas de extracção de recursos (Kelleher, 1999)), em medidas de



protecção e conservação dos recursos marinhos, sendo este conhecimento científico alicerçado num entendimento profundo das dinâmicas legais e institucionais que determinam a aplicação da ciência.

#### **INTRODUZIR A TEMÁTICA DA CONSERVAÇÃO SUPRANACIONAL/TRANSNACIONAL**

Tendo em conta que os ecossistemas costeiros e marinhos apresentam características peculiares, a conservação e protecção dos mesmos numa determinada região não devem constituir preocupação só de um Estado ou uma Nação, mas sim requer uma acção conjunta e concertada de Estados que se encontram delimitados pela região. Neste âmbito, com este trabalho pretende-se também contribuir para a sensibilização das autoridades locais que fazem parte da área de estudo para a necessidade de cooperação no desenvolvimento de trabalhos de conservação costeira e marinha, não só a nível nacional/regional, mas também ao nível da Província Biogeográfica da Macaronésia.

#### **INTRODUZIR A TEMÁTICA DA GOVERNANÇA DA CONSERVAÇÃO, SALIENTANDO A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES E REGIMES LEGAIS PARA UMA CONSERVAÇÃO EFECTIVA.**

A governança, como foi referido anteriormente, constitui um factor relevante para a eficácia da conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos, pois o funcionamento das instituições e a aplicação das normas legais nacionais e internacionais determinam o modo como são conduzidas as acções de conservação e protecção do meio marinho.

No caso particular deste estudo - incidente sobre uma província biogeográfica que integra vários países - a cooperação entre os mesmos é um tema incontornável. Assim, o estudo da governança das AMPs da Província Macaronésia poderá constituir um primeiro passo na definição de formas de gestão integrada e *transfronteiriça* das AMPs, uma forma recente de *ecosystem-based management*. A gestão transfronteiriça implica no entanto uma relação entre os países já consolidada na área da conservação marinha, pelo que este trabalho se foca no nível de cooperação necessário, ao determinar as estruturas e moldes em que a mesma deve ocorrer.



## 2. METODOLOGIA

A elaboração do presente trabalho baseou-se em pesquisas bibliográficas. Não existindo uma metodologia *standard* para análise realizada, desenvolveu-se uma metodologia aplicada ao caso concreto (Fig. 2):

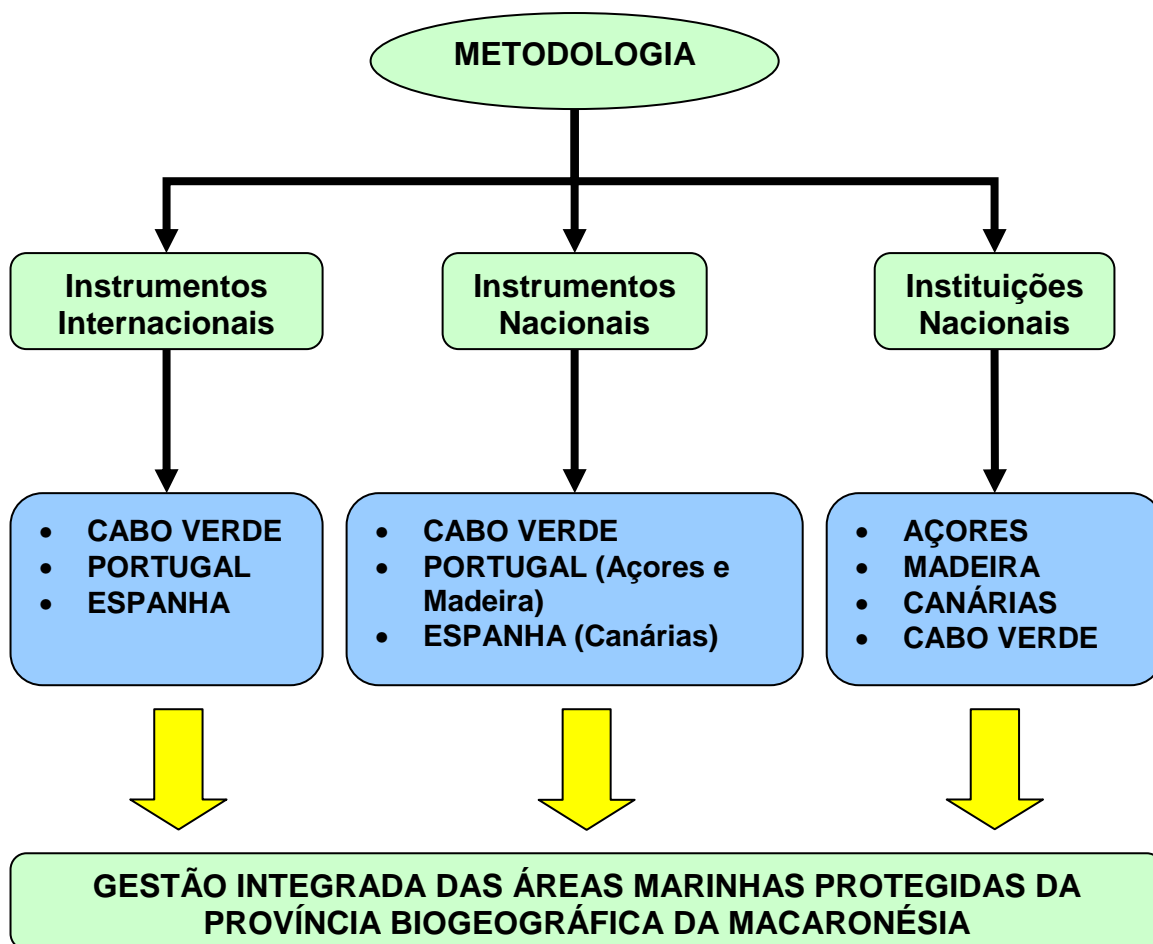


Figura 2: Metodologia

O processo de estudo da governança das AMPs na Província Biogeográfica da Macaronésia, visando contribuir para a gestão conjunta das AMPs na referida Província, dividiu-se em três tarefas principais:

- Análise dos instrumentos legais internacionais e nacionais - esta análise ocorreu em duas fases:
  - 1.<sup>a</sup> Fase – Identificação dos instrumentos legais internacionais/regionais ou bilaterais (ratificados pelos três países que fazem parte da área de estudo) e nacionais de carácter relevante e/ou directamente aplicável à conservação,



protecção e gestão integrada das AMPs na Província da Macaronésia (Anexos I a VII).

o 2.ª Fase

- a) Análise dos instrumentos legais internacionais, no que se refere à abordagem feita de assuntos relacionados com a conservação ou protecção dos ecossistemas costeiros e marinhos quer a nível nacional, regional ou internacional;
  - b) Análise comparativa dos instrumentos legais nacionais (Constituição, Lei de Bases do Ambiente, Planos de Ordenamento do Território, Estratégias Nacionais sobre Conservação da Natureza, entre outros), realçando sempre que possível aspectos recomendados pelos instrumentos internacionais sobre conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos, e os objectivos de conservação de cada país.
- Identificação das instituições (e respectivos mandatos) com um papel na gestão de AMPs - A identificação das instituições a nível de cada arquipélago tem por objectivo determinar quem tutela as AMPs a nível regional/nacional. Para uma melhor compreensão hierárquica recorreu-se à construção dos respectivos organigramas.
  - Entrevistas a responsáveis por entidades em Cabo Verde com responsabilidade na gestão de AMPs - Para a elaboração deste trabalho, foi efectuada uma deslocação a Cabo Verde, uma vez que dos quatros arquipélagos é o único em que as informações relacionadas com as AMPs não se encontram disponíveis na Internet e outras fontes oficiais. Foram realizadas entrevistas (Anexo VIII) às entidades Caboverdianas responsáveis pela implementação e gestão das AMPs em Cabo Verde. Nestas entrevistas procurou-se obter informação sobre o papel das diferentes entidades envolvidas na problemática da protecção dos ecossistemas costeiros e marinhos a nível nacional, bem como trabalhos realizados no âmbito da conservação costeira e marinha.

As fontes de informação recorridas para a elaboração do presente trabalho foram as seguintes:

- Internet (*sítes* oficiais dos países em causa; *sítes* oficiais das Convenções internacionais/regionais; *sítes* oficiais);
- Bibliografia da especialidade;
- Legislação nacional recolhida no Diário da República, Boletim Espanhol (Boletín Oficial del Estado e Boletín Oficial de Canarias) e FAOLex.



A ausência de informação oficial foi colmatada com “literatura cinzenta” (“*grey literature*”) como é o caso de brochuras, entre outros.

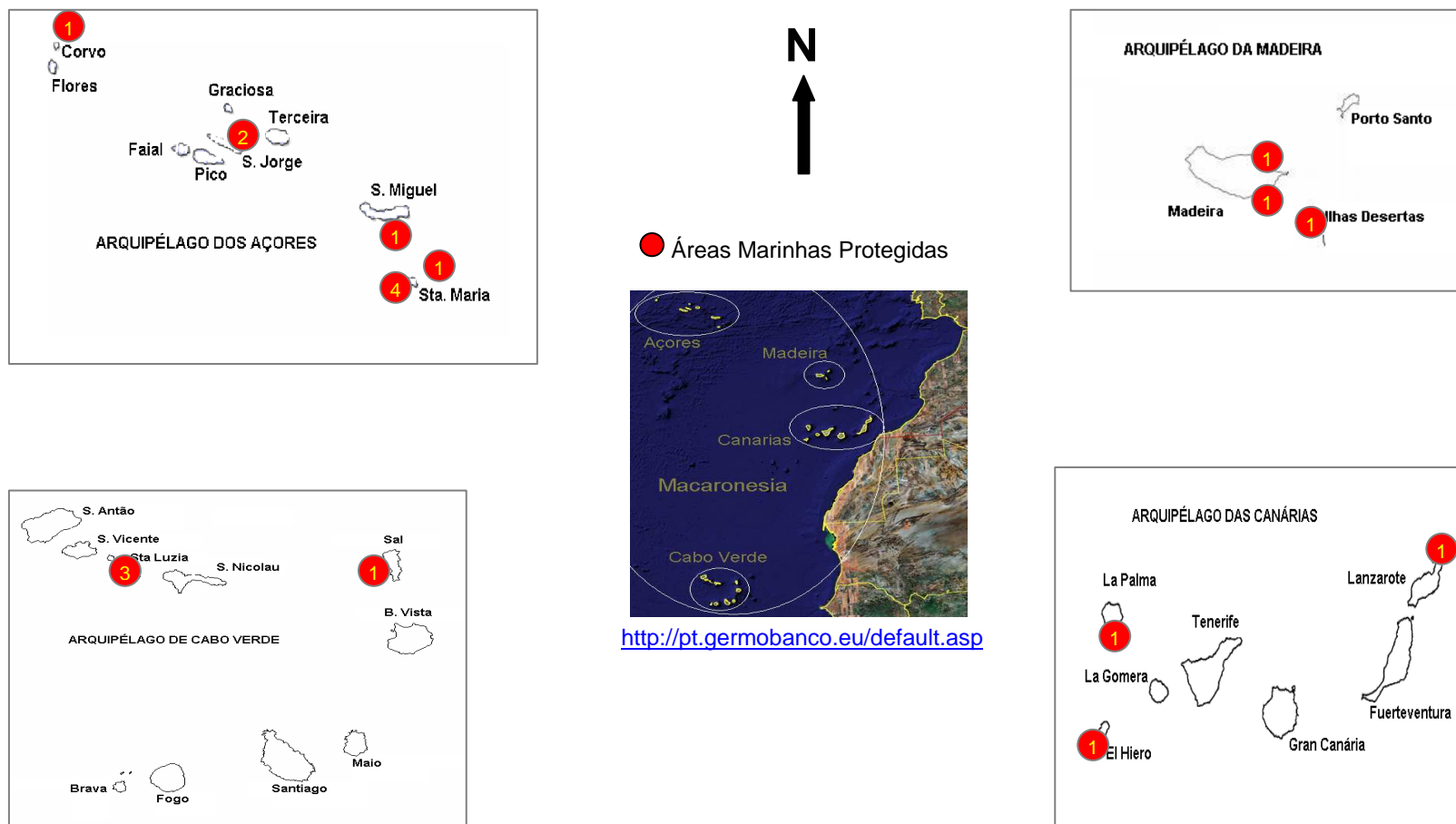
### 3. ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS DA MACARONÉSIA

Na Província Biogeográfica da Macaronésia, o sistema circulatório das correntes e as condições oceanográficas apresentam oscilações ao longo do tempo, permitindo o avanço ou retrocesso da fauna e da flora, desde zonas frias até aos trópicos, ou viceversa, como é o caso da presença de fauna tropical nos Açores durante o período Quaternário. Também é de referir a grande capacidade de dispersão genética que algumas espécies marinhas possuem durante o seu estado larvar, através das correntes. A título de exemplo, tem-se detectado mais de 120 espécies de moluscos gastrópodes anfiatlânticos (vivem nas orlas do Oceano), sucedendo o mesmo com muitos peixes, crustáceos, equinodermes, algas, e outros grupos de fauna e flora marinha (García-Talavera, 2003).

A fauna e flora das ilhas oceânicas possui particularidades sem paralelo noutros ecossistemas terrestres, sendo assim de grande relevância para os naturalistas e outros estudiosos da biodiversidade. No entanto, as actividades humanas criaram grandes danos na biodiversidade das ilhas, extinguindo muitas espécies e colocando muitas outras em perigo. De facto, existe uma preocupação geral na conservação dos ecossistemas insulares de forma a não tornar irreversível as alterações provocadas nestes importantes ecossistemas. Muitas das espécies insulares são únicas e são de grande importância em termos de conservação (Borges, 2005).

No que diz respeito à conservação do meio costeiro e marinho na Província da Macaronésia, várias medidas foram implementadas para conservar esses ecossistemas. De entre elas destacam-se as AMPs (Fig. 3) que desempenham um papel preponderante não só na conservação, protecção, planeamento e gestão dos recursos marinhos e dos seus *habitats* (costeiros e marinhos), mas que também contribuem para o desenvolvimento do conhecimento científico das espécies com um grande impacto económico a nível local (espécies carismáticas, endémicas e comerciais).

Os arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias, por serem regiões autónomas, possuem um estatuto político-administrativo que lhes permite legislar normas sobre o ambiente, em especial o ambiente costeiro e marinho tendo em conta as suas necessidades específicas e objectivos de desenvolvimento. Assim, o seu quadro legal, além de ser determinado pelo Governo Central pelos vários diplomas que este vai aprovando, é também constituído por legislações específica de cada região.



**Figura 3: Áreas Marinhas Protegidas da Província Biogeográfica da Macaronésia**

**NOTA:** As Ilhas Selvagens, apesar de não estarem representadas na figura, são parte integrante do Arquipélago da Madeira.

### 3.1 Açores

O arquipélago dos Açores é constituído por 9 Ilhas e alguns ilhéus localizados na Região Norte do Oceano Atlântico, cerca de 1500 km a oeste de Portugal Continental, entre as latitudes 36° 55' 43''N e 39° 43' 23''N e longitudes 24° 46' 15'' W e 31° 16' 24''W.

Açores inclui *habitats* marinhos únicos no mundo inteiro, funcionando como zona de reprodução, crescimento e descanso para muitas espécies. A riqueza destas águas torna-as também importantes do ponto de vista económico tendo a exploração dos seus recursos vindo a aumentar ao longo dos anos, assim como a sua utilização para fins turísticos e recreativos. Todas estas pressões sobre os *habitats* e as espécies constituem ameaças para a sua sobrevivência, com consequências para o ambiente e para as actividades económicas dele dependentes<sup>3</sup>.

As ilhas representam os picos mais altos de uma complexa cadeia de montes submarinos situada na Crista Médio-Atlântica. Os montes submarinos albergam uma riqueza biológica excepcional. Destaca-se o Banco D. João de Castro, um monte submarino isolado, localizado entre as ilha de São Miguel e ilha Terceira. Esta área possui um enorme interesse do ponto de vista ecológico, encontrando-se incluída na lista de Sítios da Rede Natura 2000. São conhecidas nascentes hidrotermais de superfície, entre os 20 e os 45 metros, no monte submarino D. João de Castro, constituindo um importante desafio para o estudo das comunidades que ocorrem neste tipo de habitat.

Os Açores constituem igualmente uma área muito importante para estudos das fontes hidrotermais profundas. As fontes hidrotermais de profundidade, situadas ao longo da Crista Médio-Atlântica, têm sido alvo de vários projectos de investigação por parte de diversos cientistas. Recentemente, foram descobertas algumas comunidades interessantes em campos hidrotermais como os de Lucky Strike (descoberta em 1992) e Menez Gwen (descoberta em 1994), localizados na Zona Económica Exclusiva afecta aos Açores.

O Lucky Strike é a maior área hidrotermal activa conhecida, com 21 chaminés activas, dispersas por 150 km<sup>2</sup> e apresenta uma fauna biogeograficamente distinta das restantes fontes hidrotermais da Crista Médio-Atlântica, predominantemente rica em mexilhões e espécies associadas.

<sup>3</sup> (<http://www.horta.uac.pt/projectos/macmar/ogamp/hinicia.html>), última acesso em 26 de Julho de 2007.

O Monte Gwen é caracterizado por um vulcão de 700 m com um diâmetro de 17 km dividido por um *graben* com 2 km de largura. Grandes quantidades de mexilhões cobrem as chaminés, em associação com camarões, caranguejos e muitas outras espécies.

Estão a ser desenvolvidos esforços no sentido de classificar estas zonas como Áreas Marinhas Protegidas, ao abrigo da Convenção para a Protecção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste (Convenção OSPAR) e de acordo com os requisitos da Directiva *Habitats*. A organização não governamental WWF reconhece esta acção, tendo atribuído aos Açores o galardão honorífico “Gift to the Earth”, pelo notável contributo para a conservação destes ecossistemas marinhos<sup>4</sup>.

No arquipélago existe um total de 9 AMPs: Parque Natural Regional do Corvo; Reserva Natural Parcial da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo (Ilha de São Jorge); Reserva Natural Parcial do Ilhéu do Topo (Costa Nascente da Ilha de São Jorge); Reserva Natural Regional do Ilhéu de Vila Franca do Campo (Costa Sul da Ilha de São Miguel); Reserva Natural Regional dos Ilhéus das Formigas; Reservas Naturais das Baías da Praia, de São Lourenço, dos Anjos e da Maia na Ilha de Santa Maria (Tabela 1). Estas AMPs foram estabelecidas entre 1984 e 2006, tendo entre outros objectivos aprofundar os conhecimentos científicos sobre comunidades insulares e marinhas do arquipélago, contribuir para a protecção e conservação de espécies de aves marinhas e espécies sobreexploradas como algas, caranguejo, cracas e lapas, bem como evitar a extinção de algumas espécies nomeadamente as amêijoas (*Tapes decussatus*). A Secretaria Regional do Ambiente e do Mar é o órgão responsável pela implementação e gestão das AMP na Região Autónoma dos Açores, através da Direcção Regional do Ambiente.

---

<sup>4</sup>([http://pt.wikipedia.org/wiki/Fontes\\_Hidrotermais\\_e\\_Montes\\_Submarinos\\_dos\\_A%C3%A7ores](http://pt.wikipedia.org/wiki/Fontes_Hidrotermais_e_Montes_Submarinos_dos_A%C3%A7ores)), última acesso em 11 de Outubro de 2007.

**Tabela 1: Áreas Marinhas Protegidas dos Açores**

AMP	Ano da criação	Objectivos de Conservação	Plano de Ordenamento e Gestão	Área da AMP	Instrumento legal
<b>Parque Natural Regional do Corvo</b>	22-12-2006	1. Promover a conservação e valorização dos recursos marinhos, desenvolvendo acções tendentes a manter os sistemas ecológicos essenciais que garantam a sua utilização sustentável e a preservação da biodiversidade; 2. Contribuir para a ordenação e disciplina das actividades turística, recreativa e de exploração pesqueira, de forma a evitar a degradação dos valores naturais e paisagísticos, permitindo o desenvolvimento sustentável; 3. Promover a implementação de uma rede consistente de áreas marinhas protegidas ao nível dos Açores; 4. Aprofundar os conhecimentos científicos sobre comunidades insulares e marinhas.	Será elaborado no prazo máximo de três anos a contar da data de publicação do presente diploma	-	Decreto Legislativo Regional n.º 56/2006/A, de 22 de Dezembro de 2006
<b>Reserva Natural Parcial da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo (Ilha de São Jorge)</b>	21-2-1984	A criação da reserva visa evitar a extinção das amêijoas ( <i>Tapes decussatus</i> ) ali existentes	O presente diploma não faz referência ao plano de gestão, mas refere que o Governo Regional promoverá a regulamentação necessária à execução deste decreto legislativo regional	A reserva abrange a lagoa de Santo Cristo e uma faixa circundante de 30 metros contados desde o nível da água, com referência à maré cheia.	Decreto Legislativo Regional n.º 14/84/A, de 21 de Fevereiro de 1984
<b>Reserva Natural Parcial do Ilhéu do Topo (Costa Nascente da Ilha de São Jorge)</b>	20-2-1984	1. Manter a fisionomia da zona costeira 2. Proteger a fauna e flora marinha 3. Proteger as espécies ornitológicas	O presente diploma não faz referência ao plano de gestão, mas ao projecto de ordenamento da reserva	Zona marítima delimitada pela batimétrica dos 30 metros	Decreto Legislativo Regional n.º 13/84/A, de 20 de Fevereiro de 1984
<b>Reserva Natural Regional do Ilhéu de Vila Franca do Campo (Costa Sul da Ilha de São Miguel)</b>	3-6-2004	1. Promover a conservação e valorização dos recursos naturais, desenvolvendo acções tendentes à salvaguarda da flora e da fauna, principalmente a endémica ou com distribuição muito restrita nos Açores, e dos valores geológicos, que em conjunto determinam um património natural de excepção; 2. Aprofundar os conhecimentos científicos sobre comunidades insulares e marinhas; 3. Contribuir para a ordenação e disciplina das actividades turística e recreativa, por forma a evitar a degradação dos valores naturais, culturais e paisagísticos do local, possibilitando o exercício de actividades de lazer compatíveis com a sensibilidade dos valores em presença; 4. Salvaguardar o carácter natural, paisagístico e cultural único, possibilitando um incremento de actividades de carácter educativo e interpretativo, principalmente para benefício da população local e para divulgação dos valores encerrados na área da Reserva Natural Regional.	Será elaborado no prazo máximo de um ano a contar da data de publicação do presente diploma	A Reserva Natural Regional é constituída pela zona terrestre e uma área marinha cujos limites se situam a uma distância média de 350 m da costa do ilhéu.	Decreto Legislativo Regional n.º 22/2004/A, de 3 de Junho de 2004

AMP	Ano da criação	Objectivos de Conservação	Plano de Ordenamento e Gestão	Área da AMP	Instrumento legal
<b>Reserva Natural Regional dos Ilhéus das Formigas (37 km a NE da Ilha de Santa Maria e 63 km a SE da Ilha de São Miguel)</b>	27-5-2003	1. Proteger a flora e a fauna autóctones e os respectivos <i>habitats</i> ; 2. Promover a gestão e a salvaguarda dos recursos marinhos, recorrendo a medidas adequadas que possibilitem manter os sistemas ecológicos essenciais e os suportes de vida que garantam a sua utilização sustentável, que preservem a biodiversidade e recuperem os recursos depauperados ou sobreexplorados; 3. Aprofundar os conhecimentos científicos sobre as comunidades insulares e marinhas; 4. Contribuir para a ordenação e disciplina das actividades turística, recreativa e de exploração pesqueira, por forma a evitar a degradação dos valores naturais, permitindo o seu desenvolvimento sustentável.	Será elaborado no prazo máximo de três anos a contar da data da publicação do presente diploma.	A Reserva Natural integra uma zona de mar territorial e abrange uma superfície de 52 527 ha.	Decreto Legislativo Regional n.º 26/2003/A, de 27 de Maio de 2003
<b>Reserva Natural da Baía da Praia (Ilha de Santa Maria)</b>	29-5-1987	O diploma não especifica os objectivos de conservação, no entanto refere-se às seguintes proibições: 1. Apanha de algas para fins industriais; 2. Toda a pesca de arrasto, <i>trolley</i> e com redes de emalhar; 3. Apanha de caranguejo, lapa e cracas.	O presente diploma não faz referência ao plano de gestão, mas refere que o Governo Regional elaborará os regulamentos das Reservas no prazo de seis meses a contar da publicação do presente diploma.	-	Decreto Legislativo Regional n.º 7/87/A, de 29 de Maio de 1987
<b>Reserva Natural da Baía de São Lourenço (Ilha de Santa Maria)</b>	29-5-1987				
<b>Reserva Natural da Baía dos Anjos (Ilha de Santa Maria)</b>	29-5-1987				
<b>Reserva Natural da Baía da Maia (Ilha de Santa Maria)</b>	29-5-1987				



### 3.2 Madeira

O arquipélago da Madeira está localizado no Atlântico Nordeste entre os paralelos definidos pelas latitudes aproximadas de 32° 07' Norte e os meridianos de longitude 16° 17' e 17° 16' Oeste. Dele fazem parte a ilha da Madeira, a ilha de Porto Santo e Ilhas Desertas. Encontram-se ainda integradas, administrativamente, no arquipélago as ilhas Selvagens, localizadas a cerca de 160 milhas da Madeira (Anónimo, 1979 *in* Ferreira, 2001). As várias ilhas referidas anteriormente fazem parte da subárea 2 da Zona Económica Exclusiva Nacional, também designada por ZEE da Madeira (Ferreira, 2001).

O ambiente é reconhecido como um elemento fundamental para o desenvolvimento equilibrado da Região Autónoma da Madeira. Na realidade, o desenvolvimento social e económico só poderá ser bem sucedido e durável se tiver em consideração o respeito pelo ambiente. A problemática da conservação da natureza foi sempre alvo de destaque no arquipélago da Madeira. Num reconhecimento dos valores presentes, foram sendo criadas, desde a década de 70, um conjunto de áreas protegidas, terrestres e marinhas, que fazem da Madeira a Região do País com maior superfície percentual de áreas classificadas no âmbito da conservação da Natureza (Direcção Regional do Ambiente, 2000).

Existem quatro AMPs no Arquipélago da Madeira: Reserva Natural das Ilhas Selvagens; Reserva do Garajau; Reserva Natural das Ilhas Desertas e Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio (Tabela 2). Foram criadas entre 1978 e 1997 respectivamente, com o objectivo de proteger de forma racional e eficaz todo um Património Natural com elevado valor biológico, científico e ecológico com destaque para o lobo-marinho, *Monachus monachus*, que é a foca mais rara do mundo<sup>5</sup> e também proteger os locais de nidificação de diversas espécies de aves marinhas. As principais competências regionais em matéria de gestão do património natural do arquipélago da Madeira estão atribuídas à Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, através do Parque Natural da Madeira, embora haja também outras entidades com intervenções relevantes neste domínio, nomeadamente a Direcção Regional do Ambiente.

---

<sup>5</sup> (<http://www.pnm.pt>), última acessão em 8 de Março de 2007.

**Tabela 2: Áreas Marinhas Protegidas da Madeira**

AMP	Ano da criação	Objectivos de Conservação	Plano de Ordenamento e Gestão	Área da AMP	Instrumento Legal
<b>Reserva Natural Parcial do Garajau</b>	4-10-1986	Protecção e conservação da riqueza biológica aí existente.	No prazo de 1 ano a contar da data da publicação do presente diploma, o Governo Regional promoverá a regulamentação da Reserva Natural Parcial do Garajau, sob proposta do Parque Natural da Madeira	376 ha	Decreto Legislativo Regional n.º 23/86/M, de 4 de Outubro de 1986
<b>Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio</b>	30-7-1997	1. Protecção e conservação dos Lobos-Marinhos ( <i>Monachus monachus</i> ). 2. Salvar e conservar os locais de nidificação de diversas espécies de aves marinhas	O presente diploma não faz referência	Linha definida pela preia-mar máxima e a batimétrica dos 100 m, incluindo os seus ilhéus e respectivas áreas marítimas	Decreto Legislativo Regional n.º 11/97/M, de 30 de Julho de 1997
<b>Reserva Natural das Ilhas Desertas</b>	23-5-1990	Protecção e conservação das colónias dos Lobos-Marinhos ( <i>Monachus monachus</i> ) e dos seus habitats	O presente diploma não faz referência	Delimitada pela batimétrica dos 100 metros e inclui todas as suas ilhas e ilhéus e a respectiva área marítima	Decreto Legislativo Regional n.º 14/90/M, de 23 de Maio de 1990
<b>Reserva Natural das Ilhas Selvagens</b>	10-3-1978, alterada em 15-5-1981	O diploma não especifica os objectivos, no entanto refere às seguintes proibições: são proibidos na área da reserva: utilização de fundeadouros fora das zonas especialmente destinadas a esse fim; apanha de espécies vegetais marinhas, exceptuados os casos regulamentarmente previstos e a pesca de arrasto e outras artes que colidam com o fundo até à batimétrica fixada pela reserva, ressalvando-se as artes de anzol e rede	O presente diploma não faz referência ao plano de gestão, mas sim ao plano de ordenamento e o regulamento da reserva a serem elaborados no prazo de 6 meses após a publicação do presente diploma	A reserva natural é definida pelo território das ilhas e pelos fundos marinhos até à batimétrica de 200 metros	Decreto Legislativo Regional n.º 15/78/M, de 10 de Março de 1978, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/81/M, de 15 de Maio de 1981

### 3.3 Canárias

O arquipélago das Canárias é formado por sete ilhas e vários ilhéus localizados na borda da margem continental ocidental de África, entre as latitudes 27º 38' e 29º 25' Norte e as longitudes 13º 20' e 18º 9' Oeste.

As Canárias possuem uma interessante diversidade ecológica e cultural, de contraste espectacular e uma excepcional presença de endemismos, valores que merecem um reconhecimento universal. O meio marinho é bastante uniforme, permitindo um intercâmbio genético entre diferentes populações que não favorecem o processo evolutivo de especiação. Por este motivo o número de espécies endémicas, é notavelmente menor que no meio terrestre. Não obstante, este meio caracteriza-se por albergar uma maior diversidade de grupos taxonómicos superiores – Filos, comparativamente ao meio terrestre. Esta variabilidade de grandes grupos constituem um bom indicador da diversidade genética<sup>6</sup>.

Existem três Reservas Marinhas nas Canárias: Reserva Marinha da Ilha Graciosa e Ilhéus do Norte de Lanzarote; Reserva Marinha da Restinga ou Mar de las Calmas na Ilha El Hierro e a Reserva Marinha na Ilha de Las Palmas (Tabela 3). Estas foram criadas entre 1995 e 2001 respectivamente, tendo como objectivo fundamental a protecção dos recursos pesqueiros: como dourada (*Sparus aurata*); robalo (*Dicentrarchus labrax*); pescada (*Merluccius merluccius*); papagaio-velho (*Sparisoma cretense*); salemas (*Sarpa salpa*); seriolas<sup>7</sup> (*Seriola ssp*); abade<sup>7</sup> (*Mycteroperca fusca*); cabrillas<sup>7</sup> (*Serranus ssp*); galos<sup>7</sup> (*Bothus podas*) e meros (*Epinephelus marginatus*), lapas, tunídeos, etc. A gestão destas AMPs encontra-se sob a tutela da Secretaria Geral de Pesca Marítima, Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação do Governo Espanhol e Vice-Concelheria de Pesca, Conselheria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentação da Região Autónoma das Canárias.

Vários projectos de conservação e protecção dos recursos marinhos têm sido desenvolvidos nos arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias. De entre eles pode-se destacar:

<sup>6</sup> (<http://www.gobcan.es/cmavot/medioambiente/biodiversidad/ceplam/vidasilvestre/vidasilvestre.html>), última acesso em 22 de Janeiro de 2007

<sup>7</sup> Não foram encontrados nomes comuns em Português (<http://fishbase.com>), última acesso em 30 de Outubro



- Projecto MARÉ, desenvolvido para definir os Planos de Gestão Integrada das Zonas Costeiras e Marinhas que se encontram incluídas na Rede Natura 2000, elaborando um sistema de gestão coerente e articulada das áreas marinhas e das espécies que ali se encontram tendo em conta as medidas de conservação isoladas para uma espécie ou uma área em particular;
- Projecto OGAMP, estabelecido para caracterizar, avaliar e promover os recursos naturais e culturais das AMPs, assim como implementar os protocolos de monitorização destas áreas e gestão dos recursos exploráveis;
- Projecto MARMAC, definido com o objectivo de promover conhecimento, promoção e valorização para a utilização sustentada de AMPs da Macaronésia.

**Tabela 3: Áreas Marinhas Protegidas das Canárias**

AMP	Ano da criação	Objectivos de Conservação	Plano de Ordenamento e Gestão	Área da AMP	Instrumento Legal
Reserva marinha (Ilha de Las Palmas)	18-7-2001	Protecção, regeneração e desenvolvimento dos recursos de interesse pesqueiro para a manutenção sustentável das pescarias, permitindo deste modo aos pescadores artesanais da zona preservar a sua tradicional modo de vida.	Não existe	3.719,1 ha	Orden de 18 de Julho de 2001
Reserva marinha La Restinga – Mar de Las Calmas (Ilha de El Hierro)	16-2-1996		Não existe	750 ha	Decreto 30/1996, de 16 de Fevereiro de 1996
Reserva marinha (Ilha Graciosa e Ilhéus do Norte de Lanzarote)	24-3-1995		Apenas existe plano de ordenamento	70.700 ha	Decreto 62/1995, de 24 de Março de 1995

**NOTA:** De acordo com o Boletim Oficial do Estado (B.O.E.) número 46 de 22 de Fevereiro de 2007, existe uma gestão conjunta entre Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação do Governo Espanhol e a Conselheria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentação da Comunidade Autónoma de Canárias.

### 3.4 Cabo Verde

Cabo Verde é constituído por 10 ilhas e 13 Ilhéus (Nascimento, 2004), situados no Oceano Atlântico a Oeste da Costa Africana inseridos entre as latitudes 15º a 17º Norte e longitude 23º a 25º Oeste.

Em Cabo Verde o estudo e a caracterização dos ecossistemas marinhos costeiros e oceânicos revela-se de imprescindível importância para o conhecimento da biodiversidade marinha. A franja litoral e os fundos marinhos possuem muitas diversidades interessantes de flora e fauna parcialmente desconhecido (Calvo, 1993).

De acordo com critérios do Centro de Biodiversidade Aplicada, em Fevereiro de 2002 Cabo Verde encontrava-se em oitava posição dos 10 principais *hot spot* de recifes de corais no mundo, como prioridades nas acções de conservação (Direcção-Geral do Ambiente, 2002).

Em Cabo Verde existem quatro reservas naturais marinhas: Reservas Naturais Integrais da Ilha de Santa Luzia, dos Ilhéus Branco e Raso, e Reserva Natural Marinha da Baía da Murdeira (Ilha do Sal) (Tabela 4). Estas AMPs foram criadas entre 1990 e 2003 respectivamente. A Ilha de Santa Luzia, além de ser um local cuja elevada biodiversidade marinha lhe confere importância a nível mundial, pois inclui tanto as espécies migratórias (baleia, golfinhos, tartarugas marinhas e outras), constitui um ecossistema de alto valor económico, ecológico bem como estético: sistema de dunas e *habitat* coralinos. As suas águas marinhas são refúgios de uma importante reserva de recursos pesqueiros de importância económica como peixes de fundo, e lagostas costeiras (Decreto-Lei n.º 40/2003). No Decreto-Lei n.º 3/2003 de 24 de Fevereiro de 2003, no seu Anexo sobre Rede Nacional Inicial de Áreas Protegidas vem referenciado uma reserva natural marinha existente na ilha do Sal (Baía da Murdeira). A excepcional riqueza e importância dos ecossistemas submarinos existentes na Baía da Murdeira com uma elevada proporção de elementos endémicos e singulares assim como a importância dos seus recursos pesqueiros e costeiros, constituem as razões fundamentais para a sua protecção e conservação (González Henríquez *et al.* (Ano desconhecido)).

A implementação e gestão destas AMPs encontra-se sob a tutela da Direcção-Geral do Ambiente (Ministério do Ambiente e da Agricultura).

Ainda no âmbito da conservação do ambiente costeiro e marinho, em Cabo Verde têm sido desenvolvidos vários projectos de conservação da fauna marinha. Entre eles



destaca-se o Natura 2000 (financiado pela União Europeia), em que se planificou e ordenou o território e os recursos naturais de Cabo Verde. É um projecto dedicado, em essência, à conservação ambiental e que produziu uma estratégia de conservação e utilização sustentável da biodiversidade existente no litoral das ilhas e um plano de acção e desenvolvimento integral das ilhas do Sal, Boavista e Maio. O projecto caracterizou e ordenou o litoral do arquipélago e desenvolveu projectos de conservação da lagosta verde (*Panulirus regius*), das tartarugas marinhas (*Caretta caretta*, *Lepidochelys olivacea*, *Chelonia mydas*, *Eretmochelys imbricata* e *Dermochelys coriacea*) e a vigilância ambiental (Nascimento, 2004).

**Tabela 4: Áreas Marinhas Protegidas de Cabo Verde**

AMP	Ano da criação	Objectivos de Conservação	Plano de Ordenamento e Gestão	Área da AMP	Instrumento legal
<b>Reservas Naturais Integrais da Ilha de Santa Luzia, Ilhéus Branco e Raso</b>	29-6-1990	Promover um melhor aproveitamento das potencialidades naturais das zonas terrestres e marítimas, designadamente: 1. Manter a fisionomia da zona terrestre e da respectiva costa; 2. Proteger a fauna e flora marinha; 3. Proteger as espécies ornitológicas; Proteger a fauna e flora terrestre.	Encontra-se em fase de elaboração	Batimétrica dos 200 metros	Decreto-Lei n.º 79/III/90 de 29 de Junho de 1990; Decreto-Lei n.º 40/2003, de 20 de Outubro de 2003
<b>Reserva Natural Marinha da Baía da Murdeira (Ilha do Sal)</b>	24-2-2003	Protecção e conservação de um ecossistema marinho de extraordinária diversidade biológica, nomeadamente polvo craca ( <i>Strombus latus</i> ) (espécie endémica), os corais ( <i>Millepora alcicornis</i> , <i>Siderastrea radians</i> , <i>Favia fragum</i> , <i>Playthoa caribaeorum</i> e <i>Porites asteroides</i> ), baleias-de-bossa ( <i>Megaptera novaengliae</i> ), tartarugas marinhas ( <i>Caretta caretta</i> e <i>Chelonia mydas</i> )*	Encontra-se em fase de elaboração	2063,89 ha	Decreto-Lei n.º 3/2003, de 24 de Fevereiro

\* O instrumento legal que criou esta AMP não define a área e os objectivos de conservação da mesma. A informação contida na Tabela está de acordo com González Henríquez *et al.* (Ano desconhecido); Neves & Évora (Ano desconhecido).





## 4. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

A conservação das espécies e dos seus respectivos *habitats* é um mecanismo que inclui protecção, restauração e uso sustentável dos mesmos, com uma dimensão a nível local, nacional e internacional (Ray & Cormick-Ray, 2003).

A maioria dos países assume um compromisso face às Convenções Internacionais<sup>8</sup>, as quais constituem uma ajuda adicional na protecção dos ecossistemas costeiros e marinhos em cada Estado (Thorne-Miller, 1999) conjuntamente com as leis e regulamentos internos para a protecção da biodiversidade assegurando o seu uso sustentável a longo prazo (Biller, 2003).

O momento actual é de grande actividade no âmbito da Agenda Internacional dos Oceanos. Vários países em todo o mundo têm vindo a envolver-se em processos de formulação de estratégias ou políticas integradas para o oceano e as zonas costeiras, sendo, no entanto, ainda poucos os que iniciaram a implementação de políticas integradas no espaço oceânico. No âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e de outros *fora* internacionais relevantes, são diversas as iniciativas e actividades nestas matérias, sendo de destacar as que se prendem com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, as áreas marinhas protegidas, a protecção do património cultural subaquático, a protecção dos recursos e da biodiversidade marinha em áreas fora das jurisdições nacionais e os recursos genéticos e a sua utilização (Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2006).

Neste trabalho foram analisados 34 instrumentos internacionais de carácter global, regional e bilateral (Anexos I, II, III e IV) relevantes e/ou directamente aplicáveis à conservação, protecção e gestão integrada das AMPs na Província da Macaronésia.

---

<sup>8</sup> Elaboradas pela Comunidade Internacional, visando a conservação e uso sustentável dos recursos biológicos e dos seus *habitats* (Kameri-Mbote & Cullet, 1999).

## 4.1 Instrumentos Globais

CONVENÇÃO RELATIVA À PRESERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA NO SEU ESTADO NATURAL, 1933  
CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A REGULAÇÃO BALEEIRA (ICRW), 1946  
CONVENÇÃO SOBRE PISCAS E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS BIOLÓGICOS DO ALTO MAR, 1958  
CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DOS TUNÍDEOS DO ATLÂNTICO (ICCAT), 1966  
CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL PELOS PREJUÍZOS DEVIDOS A POLUIÇÃO POR HIDROCARBONETOS (CLC), 1969  
CONVENÇÃO RAMSAR, 1971  
CONVENÇÃO SOBRE A PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL A NÍVEL MUNDIAL, 1972  
CONVENÇÃO SOBRE A PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL AQUÁTICO, 2001  
CONVENÇÃO PARA A PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO MARINHA POR OPERAÇÕES DE IMERSÃO DE RESÍDUOS E OUTROS PRODUTOS (CONVENÇÃO DE LONDRES), 1972  
CONVENÇÃO SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE ESPÉCIES DA FAUNA E FLORA SELVAGEM AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO (CITES), 1973  
CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO POR NAVIOS, 1973 – MODIFICADA ATRAVÉS DO PROTOCOLO DE 1978 (MARPOL 73/78)  
CONVENÇÃO SOBRE CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES MIGRATÓRIAS SELVAGENS (CONVENÇÃO DE BONA), 1979  
ACORDO SOBRE A CONSERVAÇÃO DAS AVES AQUÁTICAS NA ÁFRICA, EUROPA E ÁSIA, 1995  
MEMORANDO DE ENTENDIMENTO RELATIVO A MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO DE TARTARUGAS MARINHAS DA COSTA ATLÂNTICA DE ÁFRICA, 1999  
ACORDO PARA A CONSERVAÇÃO DE ALBATROZES E PARDELAS (AVES MARINHAS), 2001  
CONVENÇÃO SOBRE O DIREITO DO MAR (UNCLOS), 1982  
ACORDO SOBRE A CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE ESPÉCIES PISCÍCOLAS TRANSZONAIS ALTAMENTE MIGRATÓRIAS, 1995  
CONVENÇÃO SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, 1992  
PROTOCOLO DE KYOTO, 1997  
CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CBD), 1992  
CONVENÇÃO SOBRE POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES (CONVENÇÃO POPs), 2001

### **CONVENÇÃO RELATIVA À PRESERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA NO SEU ESTADO NATURAL, 1933**

Surgiu no sentido de minimizar os impactos negativos existentes na fauna e flora selvagens em algumas partes do globo, particularmente em África, onde estes recursos apresentam perigo de extinção.

De acordo com a Convenção, os Estados membros têm por obrigação implementar instituições especiais para a preservação da flora e fauna, promovendo a regulação e controle da caça, morte e captura da fauna, bem como a colecção ou destruição da flora. Estas actividades podem ser regulamentadas através da criação de



parques e reservas que proíbem o uso de certos métodos de captura. Apesar de dar mais ênfase à conservação e protecção da biodiversidade terrestre, no entanto realça a proibição de uso de métodos lesivos na pesca como por exemplo, o uso de venenos ou explosivos na captura de recursos pesqueiros.

Na área de estudo, apenas Cabo Verde não aderiu à Convenção.

### **CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A REGULAÇÃO BALEEIRA (ICRW), 1946**

A Convenção Internacional sobre a Regulação Baleeira, constitui um dos acordos relevante resultante da legislação internacional no estabelecimento das áreas marinhas protegidas (Grant, 2005), visando a regulação, conservação e manutenção dos stocks de recursos baleeiros a um nível óptimo, sem prejuízo a nível nutricional e económico. A gestão integrada das AMPs, contribui para a conservação e uso sustentável desses recursos, uma vez que, através deste processo são tomadas decisões importantes acerca da conservação do espaço litoral e oceano, bem como decisões no uso sustentável dos seus recursos (Cicin-Sain & Knecht, 1998).

Dos três países que fazem parte da área de estudo, apenas Cabo Verde não ratificou a Convenção, o que poderá pôr em risco a conservação e protecção destes recursos a nível nacional.

### **CONVENÇÃO SOBRE PESCAS E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS BIOLÓGICOS DO ALTO MAR, 1958**

Nas últimas décadas, o rápido crescimento das pescarias marinhas tem proporcionado o desenvolvimento de leis internacionais pertinentes visando controlar estas pescarias (Miller, 2007).

A Convenção sobre Pescas e Conservação dos Recursos Biológicos do Alto Mar, resultou de uma cooperação internacional entre Estados, visando solucionar o problema da conservação dos recursos vivos em alto mar que se encontram em perigo de extinção, devido à sua sobreexploração com o desenvolvimento da tecnologia moderna.

A Convenção acima referida, é consequentemente uma decisão da Convenção sobre o Direito do Mar, UNCLOS<sup>9</sup> referindo à conservação e gestão dos recursos vivos em alto mar. Segundo a Convenção, deve haver uma cooperação entre todos os Estados membros, no sentido de delinear medidas para a conservação dos recursos vivos em alto mar. Este facto serve de suporte à implementação de gestão integrada das AMPs na

---

<sup>9</sup> UNCLOS: Parte VII. Alto Mar – Secção 2. Conservação e Gestão dos Recursos Vivos em Alto Mar.



Província da Macaronésia, uma vez que, permite determinar e implementar medidas conjuntas para a gestão e uso sustentável desses recursos pelos países que fazem parte da Província.

Na área de estudo somente Cabo Verde não se encontra vinculado à presente Convenção, o que poderá dificultar a conservação dos referidos recursos.

### **CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DOS TUNÍDEOS DO ATLÂNTICO (ICCAT), 1966**

O acordo de 1995 das Nações Unidas sobre *stocks* pesqueiros, surgiu no sentido de melhorar a base institucional para a gestão dos *stocks* de peixes altamente migratórios através da articulação dos princípios de conservação e gestão dos mesmos com o estabelecimento de regras para a criação e operação da organização regional de gestão das pescarias. Este facto, levou ao surgimento das organizações regionais responsáveis pela exploração de atum no Oceano Atlântico, como é o caso da Comissão Internacional para a Conservação do Atum no Oceano Atlântico (ICCAT) (Miller, 2007).

Esta Convenção tem por objectivo promover a cooperação entre Estados no sentido de manter a população dos atuns que se encontram no Oceano Atlântico e nos mares adjacentes, a um nível em que permite a captura máxima sustentável para a alimentação e outros fins.

Cabo Verde, Portugal e Espanha ratificaram a Convenção, assim como os respectivos protocolos, indicando uma comissão a nível nacional responsável para o estudo das populações de atuns, como determinação dos factores naturais e antropogénicos que influenciam a sua abundância, biometria e ecologia.

De acordo com o objectivo da Convenção, a implementação de gestão integrada das AMPs na Província da Macaronésia, constitui uma mais valia para conservação e uso sustentável destas espécies e não só. Contudo, a conservação dos tunídeos do atlântico na área de estudo pode ser feito através da criação de uma comissão a nível regional que visa a determinação da abundância, ecologia, biometria e factores oceanográficos que podem influenciar o efectivo populacional destas espécies, bem como a implementação de medidas que minimizam os efeitos antropogénicos negativos na respectiva população.

### **CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL PELOS PREJUÍZOS DEVIDOS A POLUIÇÃO POR HIDROCARBONETOS, 1969**

A Convenção sobre o Direito do Mar, no seu artigo 194 refere que os Estados membros devem estabelecer medidas necessárias para prevenir, reduzir e controlar a poluição no ambiente marinho e no artigo 235 chama atenção para uma adequada compensação relativamente aos estragos causados pela poluição no meio marinho, realçando a cooperação entre Estados de modo a promover a implementação das normas estabelecidas pelas leis internacionais.

A Convenção Internacional sobre a Responsabilidade Civil pelos Prejuízos Devidos a Poluição por Hidrocarbonetos, tem por objectivo estabelecer medidas que visam prevenir ou minimizar os danos causados pela poluição no território incluindo mar territorial dos Estados membros. Muitos dos derramamentos dos hidrocarbonetos ocorrem dentro das grandes fronteiras dos ecossistemas marinhos, pois constituem a principal rota dos transportes marítimos (Burgherr, 2007).

A poluição marinha devido à presença dos hidrocarbonetos têm um efeito negativo nos recursos vivos marinhos (Macías-Zamora, 1996), pois provoca a redução da abundância e distribuição dos organismos economicamente importante (peixes e mariscos) e organismos ecológicamente importante (espécies raras e em perigo de extinção) (Ofiara & Seneca, 2006).

Cabo Verde, Portugal e Espanha encontram-se vinculados à Convenção. O facto dos três países se encontrarem vinculados à presente Convenção, ajuda na determinação de medidas conjuntas que visam prevenir, reduzir ou controlar eventuais acidentes de derramamentos de hidrocarbonetos pelos navios durante a sua rota marítima na área de estudo, bem como estabelecimento de planos e programas de contingência eficientes para a remoção dos derramamentos em caso de acidente nas áreas marinhas sensíveis, principalmente nas áreas *hot spot*.

### **CONVENÇÃO RAMSAR, 1971**

A Convenção Ramsar é a única Convenção internacional que só se aplica a um ecossistema específico – zonas húmidas. As zonas húmidas costeiras constituem zonas de *nurseries* e refúgio para várias espécies de aves e espécies marinhos, pois correspondem às zonas mais produtivas da biosfera (Santos *et al.*, 2002).

Contudo, a Convenção Ramsar tem por objectivo principal conservar e proteger as zonas húmidas, bem como as suas componentes da flora e fauna, principalmente as aves aquáticas.

Segundo a Convenção, todos os Estados membros têm a obrigação de designar como sítios Ramsar as áreas dos seus territórios com importância internacional para a conservação de zonas húmidas, promovendo a conservação das mesmas através da criação de reservas naturais. Além disso, devem conservar, gerir e promover o uso racional dos *stocks* de aves migratórias.

Cabo Verde, Portugal e Espanha encontram-se vinculados à Convenção. Na Província da Macaronésia existem um total de 6 Sítios Ramsar com interesse internacional: dois nos arquipélagos dos Açores um nas Canárias e três em Cabo Verde (Tabela 5). Os sítios Ramsar existentes nos Açores e nas Canárias cobrem uma área total de 214 hectares. Em relação a Cabo Verde, dada à sua tardia adesão à presente Convenção, ainda não existem informações acerca da dimensão ocupada pelos três Sítios Ramsar. De salientar que não existe nenhum sítio Ramsar no Arquipélago da Madeira, desconhecendo-se até a viabilidade desta classificação neste arquipélago.

Uma das resoluções da Convenção Ramsar (Resolução VIII. 4) aborda o problema das zonas húmidas no contexto da Gestão Integrada das Zonas Costeiras (GIZC). A GIZC tem um papel importante na conservação da diversidade biológica, principalmente para as espécies migratórias como é o caso das aves marinhas, tartarugas e peixes. Os Estados Membros em especial Portugal, Espanha e Cabo Verde devem promover incentivos no sentido de proteger as zonas húmidas costeiras através da implementação de GIZC a nível local, nacional e regional.

**Tabela 5: Sítios Ramsar existentes na Província Biogeográfica da Macaronésia**

Arquipélagos	Sítios Ramsar	Ano da Designação	Área (hectares)
<b>Açores</b>	Caldeira de Fajãs	02-12-2005	87 ha
	Lagoas de Cubres		
<b>Cabo Verde</b>	Curral Velho	18-07-2005	-
	Lagoa de Pedra Badejo		
	Lagoa de Rabil		
<b>Canárias</b>	Saladar de Jandía	24-10-2002	127 ha

## **CONVENÇÃO SOBRE A PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL A NÍVEL MUNDIAL, 1972**

O ambiente marinho, juntamente com a sua diversidade vital de animais e plantas marinhas e estuarinos constituem parte integrante do património cultural e natural a nível mundial (Kelleher & Kenchington, 1991 in Hassan, 2006).

Em 1972, a Convenção sobre a Protecção do património Cultural e Natural a Nível Mundial (WHC), foi adoptada pela Conferência Geral da UNESCO (Grant, 2005). Esta Convenção tem por objectivo incentivar os Estados membros a declarar os locais importantes para a protecção do património natural ou cultural nos ambientes terrestres e marinhos existentes nos seus territórios, bem como a implementação de medidas eficazes para a conservação e uso sustentável dos mesmos. Os três países estão vinculados a esta Convenção. A implementação de gestão integrada das AMPs na área de estudo, contribui não só para a conservação e protecção dos patrimónios naturais e culturais que se encontram no ambiente marinho da Província, mas também contribui para a salvaguarda da biodiversidade que estão associados a estes patrimónios.

#### **CONVENÇÃO SOBRE A PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL AQUÁTICO, 2001**

Esta Convenção tem por objectivo principal protecção e conservação do património cultural aquático. Encontra-se interligada com a Convenção Internacional sobre o Direito do Mar, que no seu artigo 303 indica que os “Estados membros têm o dever de proteger objectos de natureza arqueológico e histórico que se encontram no meio marinho, desenvolvendo laços de cooperação com outros Estados membros para esta finalidade”. Dos três países que fazem parte da área de estudo, Portugal e Espanha ratificaram a Convenção, Cabo Verde não aderiu á Convenção. O facto de Cabo Verde não ter aderido á Convenção, dificulta a protecção e conservação de muitos *habitats* marinhos de natureza arqueológico que podem servir de abrigo para a biodiversidade local, nacional e regional.

#### **CONVENÇÃO PARA A PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO MARINHA POR OPERAÇÕES DE IMERSÃO DE RESÍDUOS E OUTROS PRODUTOS (CONVENÇÃO DE LONDRES), 1972**

A presente Convenção tem por objectivo principal prevenir o meio marinho da poluição provocado por imersão de substâncias e materiais perigosas, que podem ter um efeito negativo na biodiversidade marinha e consequentemente na saúde pública. Contudo, assim como a Convenção MARPOL, a Convenção de Londres constitui um instrumento fundamental para a protecção do ambiente marinho, adoptado na década de 70 (Grant, 2005), visando desenvolver acções a nível internacional no controlo da poluição marinha pelos materiais citados anteriormente. A implementação desta Convenção na área de estudo, constitui um factor chave para a manutenção dos *habitats* marinhos e dos seus recursos biológicos num ambiente sadio e sem poluição, evitando deste modo, a degradação dos mesmos. Porém, enquanto Portugal e Espanha



assinaram e ratificaram a Convenção, Cabo Verde não aderiu á Convenção. Para tal, a adesão de Cabo Verde à presente Convenção, juntamente com a implementação de gestão integrada das AMPs na Província da Macaronésia, contribuem para o controlo, vigilância e fiscalização da operação de imersão de substâncias e materiais perigosas no meio marinho da província, contribuindo assim, para a conservação e protecção do mesmo, bem como da respectiva fauna e flora, quer a nível nacional e regional.

### **CONVENÇÃO SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE ESPÉCIES DA FAUNA E FLORA SELVAGEM AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO (CITES), 1973**

O comércio internacional das espécies de plantas e animais selvagens é uma das causas do declínio das respectivas populações durante anos e anos. A primeira discussão internacional sobre o regulamento do comércio de animais selvagens, tendo como finalidade a sua conservação, foi em 1960<sup>10</sup>. Anualmente, o comércio internacional dos animais selvagens é estimado em biliões de dólares e inclui centenas de milhares de espécimes de plantas e animais<sup>11</sup>. A existência de um acordo internacional para assegurar a sustentabilidade do comércio das espécies de plantas e animais selvagens é fundamental para a manutenção dos mesmos para as gerações vindouras. Esta Convenção tem por objectivo condicionar e regulamentar o comércio internacional das espécies ameaçadas.

Assim como todas as Convenções internacionais relevantes para a conservação e protecção das espécies e dos seus *habitats*, esta Convenção desempenha um papel preponderante na conservação e uso sustentável das espécies selvagens de fauna e flora ameaçadas de extinção. Cabo Verde, Portugal e Espanha estão vinculados à presente Convenção, o que constitui uma mais valia no controlo do comércio das espécies endémicas selvagens existentes na Província. Porém, de acordo com a Convenção, os Estados membros devem estabelecer medidas que regulamentam o comércio destas espécies sem colocar em perigo a sua sobrevivência.

A gestão integrada das AMPs na Província da Macaronésia contribui não só para a conservação, protecção e uso sustentável das espécies selvagens marinha a nível local, nacional e regional, mas também proporciona uma partilha de meios técnicos e humanos para maior fiscalização e controle da captura de exemplares de espécies listadas pela CITES.

---

<sup>10</sup> <http://www.cites.org>

<sup>11</sup> Depois do tráfico de droga e de armas, é o terceiro negócio ilícito mais lucrativo do mundo (Wendy, 2006).



### **CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO POR NAVIOS, 1973 – MODIFICADA PELO PROTOCOLO DE 1978 (MARPOL 73/78), 1978**

A Convenção MARPOL é uma das principais Convenções internacionais acerca da prevenção da poluição do ambiente marinho por navios devido às causas operacionais ou acidentais. É uma combinação de dois tratados adoptados em 1973 e em 1978 respectivamente, actualizados por alterações ao longo dos anos.

Com a finalidade de evitar a poluição do meio marinho, esta Convenção regulamenta a descarga, por parte de navios, de substâncias prejudiciais ou de efluentes contendo tais substâncias. Contudo, é proibida a descarga de qualquer hidrocarbonetos ou misturas de hidrocarbonetos por um navio que se encontre dentro de uma “Área Especial”. Esta designação constitui uma característica nova e importante da Convenção 1973, que caracteriza estas áreas como vulnerável à poluição pelo óleo (Anexo I), ficando assim, proibido a descarga do óleo nestas áreas. Estas áreas especiais incluem também aquelas vulneráveis à poluição por substâncias líquidas nocivas (Anexo II) e à poluição pelo lixo dos navios (Anexo V). Consequentemente, segundo a Convenção, todas estas áreas especiais requerem um nível de protecção mais elevado do que outras áreas do mar. Os países que fazem parte da área de estudo encontram-se vinculados à presente Convenção, uma vez que, de acordo com os objectivos acima citados, constitui um instrumento relevante para a protecção da biodiversidade marinha na área de estudo. A implementação de gestão integrada das AMPs na área de estudo, contribui para a união de esforços pelos três países na prevenção da poluição do meio marinho por parte dos navios que por ali circulam.

### **CONVENÇÃO SOBRE CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES MIGRATÓRIAS SELVAGENS (CONVENÇÃO DE BONA), 1979**

A Convenção sobre Conservação das Espécies Migratórias dos Animais Selvagens (conhecida como a Convenção de Bona), tem por objectivo conservar as espécies migratórias terrestres e marinha durante toda a sua rota migratória. É um tratado intergovernamental, visando a conservação dos animais selvagens e dos seus *habitats* numa escala global.

Existe uma relação estreita entre esta Convenção e a Convenção de Ramsar, uma vez que, a conservação de muitas espécies migratórias, principalmente as aves depende da conservação e gestão dos seus *habitats* que na sua maioria são zonas húmidas.

Cabo Verde, Portugal e Espanha encontram-se vinculados à Convenção. Para que a conservação destas espécies seja um sucesso na área de estudo, é necessário a implementação de gestão integrada das AMPs a nível local, nacional e regional. Em relação à conservação das espécies marinhas, a Convenção estabeleceu vários acordos e memorandos abrangendo a área de estudo, como é o caso do Acordo sobre a Conservação das Aves Aquáticas na África – Eurasia; Memorando para a Conservação de Tartarugas Marinhas na Costa Atlântica de África e Acordo sobre a Conservação das Pardelas e Albatrozes.

#### **ACORDO SOBRE A CONSERVAÇÃO DAS AVES AQUÁTICAS NA ÁFRICA, EUROPA E ÁSIA, 1995**

Este acordo aplica-se à conservação das aves aquáticas na Região África-Euroásia, uma vez que são exemplos de espécies migratórias cruzando várias fronteiras internacionais durante a sua migração, enfrentando uma larga escala de ameaças. As principais ameaças incluem: a destruição do *habitat*, a falta de alimentos devido à sobreexploração dos recursos pesqueiros e a caça insustentável.

A conservação destas espécies depende muito da conservação e protecção das zonas húmidas existentes ao longo da sua rota migratória, pois são os seus *habitats* preferenciais. Para tal, o presente acordo, visa promover a protecção, gestão, reabilitação e a restauração destes locais, favorecendo a viabilidade populacional destas espécies. Embora este acordo ter abrangido a área de estudo, Cabo Verde é o único que não aderiu ao presente acordo (provavelmente devido à sua tardia adesão à Convenção de Bona), o que poderá dificultar a conservação e protecção das aves aquáticas naquele país. Contudo, a adesão de Cabo Verde ao presente acordo conjuntamente com a implementação de gestão integrada das AMPs, proporciona uma melhor conservação, protecção, e uso sustentável destas espécies, a nível local, nacional, regional e internacional.

#### **MEMORANDO DE ENTENDIMENTO RELATIVO A MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO DE TARTARUGAS MARINHAS DA COSTA ATLÂNTICA DE ÁFRICA, 1999**

Este tratado visa proteger seis espécies de tartarugas marinhas: tartaruga-boba (*Caretta caretta*), tartaruga-de-Kemp (*Lepidochelys kempi*), tartaruga oliva (*Lepidochelys olivacea*), tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), tartaruga-de-escamas (*Eretmochelys imbricata*) e a tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*), que segundo as estimativas, apresentam um rápido declínio no seio da sua população, devido à sua exploração excessiva e à degradação de *habitats*. Estas espécies apresentam uma vasta área de

distribuição geográfica, percorrendo cerca de 14.000 quilómetros (desde Marrocos até à África do Sul, incluindo a Província da Macaronésia).

Os Estados membros têm por obrigação delinear programas de conservação e protecção das espécies citadas anteriormente ao longo da sua rota migratória.

De acordo com o plano regional de conservação para as tartarugas marinhas desenvolvidas durante a conferência dos Estados membros em Maio de 2002 no Quénia (Formia *et al.*, 2003), Cabo Verde, Portugal e Espanha têm-se desenvolvido e implementado várias medidas no sentido de promover a protecção e conservação destas espécies a nível nacional. Contudo, a implementação de gestão integrada das AMPs na Província da Macaronésia, contribui para a determinação conjunta de medidas e programas que visam proteger as tartarugas marinhas não só a nível nacional, mas também a nível regional. Estas medidas consistem em proteger as tartarugas marinhas em todos os estádios do seu ciclo de vida, incluindo ovos, ninhos, juvenis, e adultos.

#### **ACORDO PARA A CONSERVAÇÃO DE ALBATROZES E PARDELAS (AVES MARINHAS), 2001**

Durante todos os estádios dos seus ciclos de vida, os albatrozes e as pardelas encontram-se sujeitos a várias ameaças que têm como potencial reduzir os seus efectivos populacionais. Uma das ameaças, considerada a mais significativa na diminuição das respectivas populações é o uso de palangre na pesca, que provoca a sua captura accidental. Outras ameaças incluem a destruição dos seus ninhos pelo homem, a contaminação química, a poluição marinha e a sobre-exploração dos seus recursos alimentares.

O presente acordo tem por objectivo prevenir, remover e minimizar as actividades antropogénicas que tem efeitos negativos na conservação dos albatrozes e pardelas, bem como dos seus respectivos *habitats*.

Este acordo foi assinado e ratificado por Espanha, Cabo Verde e Portugal não aderiram ao presente acordo, pensa-se que é devido ao facto das listas de espécies indicadas no anexo do acordo não se encontrarem naqueles dois países.

#### **CONVENÇÃO SOBRE O DIREITO DO MAR (UNCLOS), 1982**

Após a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial assistiu-se à imposição de medidas unilaterais de enorme repercussão em termos de jurisdição territorial. Em 1945, Truman – então presidente dos Estados Unidos da América (EUA) - declarou terem os EUA direitos soberanos sobre os recursos naturais do leito do mar e do subsolo da plataforma continental correspondente ao alto-mar adjacente às suas costas. Contudo, os países da



América do Sul, Argentina, Chile, Perú, Equador e El Salvador começaram a reivindicar o mar territorial de duzentas milhas marinhas, cujos recursos vivos e não vivos reservavam direitos exclusivos (Nascimento, 2004). A incerteza provocada no direito internacional por essas atitudes levou à convocação das sucessivas Conferências de Direito do Mar, realizadas em 1958, 1960 e em 1973-1982, sob auspício das Nações Unidas.

A 3.<sup>a</sup> Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar, com sessões em Nova Iorque, Caracas e Genebra, de 1973 a 1982, culminou com a assinatura, em Montego Bay, na Jamaica, da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em 10 de Dezembro de 1982 (Nascimento, 2004), mais de vinte anos depois do início das negociações.

Esta Convenção tem por objectivo fundamental estabelecer direitos e deveres dos Estados membros no que diz respeito ao uso e à conservação dos mares, bem como a conservação e gestão dos seus recursos (Grant, 2005). Para tal, determina um regime legal abrangendo todos os aspectos relacionados com a delimitação dos tipos de jurisdição que cada Estado membro pode exercer sobre os mares (artigo 15 - Mar Territorial, artigo 74 – Zona Económica Exclusiva e artigo 83 – Zona Contígua).

Cabo Verde, Portugal e Espanha ratificaram a Convenção, definindo nas suas legislações nacionais a delimitação dos mares territoriais<sup>12</sup>, facilitando assim, as comunicações internacionais através do uso pacífico dos mares e oceanos com utilização equitativa e eficiente dos seus recursos naturais em especial *stocks* de peixes altamente migratórios, bem como a conservação, protecção e a preservação do meio marinho. Este facto realça a importância da implementação da gestão integrada das AMPs na Província da Macaronésia para a salvaguarda das espécies que aí existem principalmente os *stocks* pesqueiros que migram entre os diversos arquipélagos.

#### **ACORDO SOBRE A CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE ESPÉCIES PISCÍCOLAS TRANSZONAIS ALTAMENTE MIGRATÓRIAS, 1995**

O objectivo deste acordo é incentivar a implementação de medidas para a conservação e uso sustentável das espécies piscícolas transzonais altamente migratórias. Em relação a pesca no alto mar, este acordo defende que as medidas de conservação e gestão devem ser coerentes e compatíveis com as existentes sob as áreas de jurisdição nacional (Grant, 2005).

---

<sup>12</sup> Cabo Verde: Lei n.º 60/IV/92, de 21 de Dezembro; Portugal: Lei n.º 33/77, de 28 de Maio e o Decreto-Lei n.º 119/78 de 1 de Junho; Espanha: Lei n.º 10/1977, de 4 de Janeiro 1977 e a Lei n.º 15/1978, de 20 de Fevereiro



As acções que devem ser implementadas pelos Estados membros na conservação destas espécies resumem-se em: a) estabelecer medidas que possam assegurar a longo prazo, a conservação e uso sustentável dos *stocks* piscícolas transzonais e altamente migratórias; b) regulamentar a pesca (determinar tamanhos mínimos de captura para cada espécie - selectividade das artes de pescas, etc.); c) proteger a biodiversidade no ambiente marinho; d) proteger os *habitats* de grande interesse em termos de conservação e e) proporcionar cooperação entre Estados, no sentido de desenvolverem acções conjuntas para uma melhor conservação e gestão destas espécies. Dado que, só Espanha e Portugal ratificaram o presente acordo, a adesão de Cabo Verde ao mesmo e a implementação de gestão integrada das AMPs e dos seus recursos na área de estudo, contribuem para a conservação e uso sustentável dos *stocks* pesqueiros altamente migratórios na Província da Macaronésia.

#### **CONVENÇÃO SOBRE A BIODIVERSIDADE, 1992 (CBD)**

O reconhecimento da necessidade de uma acção internacional concertada para fazer frente ao grave fenómeno da perda e redução da biodiversidade levou à elaboração da Convenção sobre a Diversidade Biológica, aberta para a assinatura na chamada “Conferência do Rio” ou Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, que teve lugar no Rio de Janeiro, em 1992<sup>13</sup>.

Esta Convenção estabelece três objectivos principais: a conservação da diversidade biológica; o uso sustentável dos seus componentes, e uso justo e equitativo dos benefícios dos recursos genéticos. Com efeito, refere-se a três tipos de diversidade biológica: diversidade de ecossistemas, de espécies e genética.

Hoje em dia, a diversidade biológica tem uma grande importância nos debates científicos e políticos. Contudo, existe um consenso que certas espécies da diversidade biológica são essenciais para o funcionamento do ecossistema, e num ambiente em mudança a estabilidade ecológica é assegurada através de um maior número de espécies (Loreau *et al.*, 2001 *in* Santos *et al.*, 2002).

Os três países que fazem parte da área de estudo assinaram e ratificaram a presente Convenção, assumindo a responsabilidade em conservar, proteger e promover o uso sustentável da diversidade biológica existentes nos seus territórios, através da implementação de medidas que favorecem a sua conservação *in situ*. Deste modo, segundo a Convenção os Estados membros devem desenvolver acções cooperacionais a

---

<sup>13</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001.

nível regional, internacional e global entre Estados, Organizações Intergovernamentais e sectores Não-Governamentais para a conservação da diversidade biológica e o uso sustentável dos seus recursos. Este facto constitui um suporte para a gestão integrada das AMPs na Província da Macaronésia.

Em relação à conservação e protecção da biodiversidade costeira e marinha, os Estados membros da CBD, em especial Cabo Verde, Portugal e Espanha devem implementar o Mandato de Jacarta (Decisão II/10 da CBD), que tem por finalidade a conservação e uso sustentável da diversidade biológica costeira e marinha. Este mandato visa diminuir as inúmeras ameaças existentes sobre a diversidade biológica costeira e marinha, causadas por vários factores, como alterações físicas, destruição e degradação dos *habitats*, poluição, invasão das espécies exóticas e sobreexploração dos recursos vivos costeiros e marinhos. De acordo com o Mandato, para a implementação da gestão integrada dos ecossistemas costeiros e marinhos, é necessário estabelecer programas de acção a nível institucional, administrativo e legislativo.

#### **CONVENÇÃO SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, 1992 - PROTOCOLO DE KYOTO, 1997**

A Convenção sobre as Alterações Climáticas é o único instrumento internacional, cujo objectivo é promover a redução da emissão de gases com efeito de estufa, visando a redução do aquecimento global. O Protocolo de Kyoto é um instrumento estabelecido pela Convenção, visando reduzir ou limitar a libertação de gases com efeitos de estufa pelos Estados membros.

As alterações climáticas têm um efeito negativo nos ecossistemas costeiros e marinhos. Uma das consequências mais importantes das alterações climáticas é o aumento do nível médio das águas do mar, provocado, principalmente, pela expansão térmica dos oceanos e, também, em menor escala, pelo degelo dos glaciares nas montanhas (Direcção-Geral do Ambiente, 2007). O aumento do nível médio da água do mar aumenta a erosão costeira, o risco de inundação das zonas do litoral baixo e o risco de intrusões salinas nos aquíferos costeiros, bem como alteração das correntes e aumento das amplitudes tidais das bacias hidrográficas (lagoas e estuários) (Santos *et al.*, 2002). Esses impactos representam uma ameaça para o ecossistema costeiro e marinho, uma vez que, provocam a destruição de vários *habitats* e consequentemente perda da biodiversidade que aí se encontram.

Cabo Verde, Portugal e Espanha assinaram e ratificaram a Convenção e o seu respectivo protocolo. A adesão dos três países á presente Convenção, contribui para a minimização dos impactos negativos causados pelas alterações climáticas no meio



ambiente, em especial na biodiversidade costeira e marinha na Província da Macaronésia. Esta minimização é feita através da implementação de medidas individuais e conjuntas, visando reduzir a emissão dos gases com efeito de estufa.

### **CONVENÇÃO SOBRE POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES (CONVENÇÃO POPs), 2001**

As Substâncias orgânicas consideradas persistentes, bioacumulativa e que possuem características tóxicas, provocam efeitos nefastos quer na saúde humana, quer no meio ambiente (Vallack *et al.*, 1998).

A Convenção de Estocolmo é um tratado global que tem por objectivo proteger a saúde humana e o ambiente dos poluentes orgânicos persistentes (POPs). Estes são transportados através do ar, água<sup>14</sup> e as espécies migratórias, depositando-os noutras áreas acumulando em ecossistemas terrestres e aquáticos (Vallack *et al.*, 1998; Jones & Voogt, 1999 *in* Karstensen *et al.*, 2006).

Cabo Verde, Portugal e Espanha encontram-se vinculados à Convenção. A implementação da gestão integrada das AMPs na Província da Macaronésia permite determinar medidas conjuntas que visam eliminar ou reduzir a libertação dos POPs no meio ambiente em geral, especialmente nos ecossistemas costeiros e marinhos da Província.

## **4.2 Instrumentos Regionais**

CONVENÇÃO SOBRE O CONSELHO INTERNACIONAL PARA A EXPLORAÇÃO DO MAR, 1964

CONVENÇÃO AFRICANA SOBRE A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DOS SEUS RECURSOS NATURAIS (CONVENÇÃO AFRICANA), 1968

CONVENÇÃO RELATIVA À CONSERVAÇÃO DA VIDA SELVAGEM E DOS *HABITATS* NATURAIS NA EUROPA (CONVENÇÃO DE BERNA), 1979

QUARTA CONVENÇÃO DE COOPERAÇÃO ENTRE ESTADOS DA UNIÃO EUROPÉIA E ÀFRICA, CARAÍBAS E PACÍFICO, 1989 (ACP-EEC)

ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA A PROTECÇÃO DAS COSTAS E DAS ÁGUAS DO ATLÂNTICO NORDESTE CONTRA A POLUIÇÃO (ACORDO DE LISBOA), 1990

CONVENÇÃO SOBRE COOPERAÇÃO DE PESCA ENTRE OS ESTADOS AFRICANOS DELIMITADOS PELO OCEANO ATLÂNTICO, 1991

CONVENÇÃO PARA A PROTECÇÃO DO MEIO MARINHO NO NORDESTE DO ATLÂNTICO (OSPAR), 1992

REDE NATURA 2000

ESTRATÉGIA REGIONAL PARA AS ÁREAS PROTEGIDAS MARINHAS NA ÁFRICA OCIDENTAL, 2002

<sup>14</sup> As correntes oceânicas e os rios constituem meios de dispersão transfronteiriça de longo curso dos POPs (Vallack *et al.*, 1998).



### **CONVENÇÃO SOBRE O CONSELHO INTERNACIONAL PARA A EXPLORAÇÃO DO MAR, 1964**

Esta Convenção tem por objectivo promover e incentivar a pesquisa e investigação científica sobre o ambiente marinho e os seus recursos vivos no Atlântico Norte, divulgando os resultados aos governos nacionais, comissões de gestão da pesca regional e comissões de controlo da poluição.

Na área de estudo apenas Portugal e Espanha se encontram abrangidos pela Convenção. No entanto os dois países assinaram e ratificaram a Convenção. Este facto, permite obter informações acerca do estado em que se encontra o ambiente marinho e os seus recursos em Portugal e Espanha, contribuindo deste modo para o estabelecimento de medidas que visam conservar e proteger os ecossistemas marinhos dos mesmos.

### **CONVENÇÃO AFRICANA SOBRE A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DOS SEUS RECURSOS NATURAIS (CONVENÇÃO AFRICANA), 1968**

Hoje em dia, o continente Africano enfrenta várias crises económicas e ambientais severas. Os problemas ambientais mais críticos incluem deflorestação, desertificação, erosão do solo e diminuição da diversidade biológica (Kameri-Mbote & Cullet, 1999).

A presente Convenção tem por objectivo estabelecer medidas para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais (solo, água, flora e recursos faunísticos) em África, para o bem-estar das gerações actuais e futuras. Contudo, para além dos recursos citados anteriormente, os Estados membros devem empreender medidas necessárias para a preservação do ar atmosférico, uma vez que o desenvolvimento industrial contribui em larga escala para a poluição do mesmo.

Dos três países que fazem parte da área de estudo, Cabo Verde é o único que se encontra abrangido por esta Convenção a nível regional. Tendo em conta os objectivos citados anteriormente, a adesão de Cabo Verde à presente Convenção juntamente com a implementação de gestão integrada das AMPs na Província da Macaronésia, ajudam na conservação e uso sustentável dos recursos naturais, quer a nível nacional quer a nível regional.



### **CONVENÇÃO RELATIVA À CONSERVAÇÃO DA VIDA SELVAGEM E DOS *HABITATS* NATURAIS NA EUROPA (CONVENÇÃO DE BERNA), 1979**

A Convenção de Berna desempenha um papel importante na política de conservação da natureza na Europa (De Nooij *et al.*, 2006).

A presente Convenção tem por objectivo estabelecer medidas para a conservação da fauna e da flora nos seus *habitats* naturais, promovendo a cooperação entre os Estados membros no sentido de reunirem esforços na conservação desses recursos, dando ênfase às espécies vulneráveis ou em perigo de extinção, incluindo as espécies migratórias. Este facto, contribui para a implementação de gestão integrada das AMPs na Província da Macaronésia, em especial entre Portugal e Espanha. Para tal, estes dois países assinaram e ratificaram a Convenção, determinando várias medidas para a conservação e protecção da biodiversidade nos seus *habitats* naturais.

### **QUARTA CONVENÇÃO DE COOPERAÇÃO ENTRE ESTADOS DA UNIÃO EUROPÉIA, ÁFRICA, CARAÍBAS E PACÍFICO, 1989**

De acordo com a Convenção os Estados membros devem reconhecer a prioridade em conservar e proteger o ambiente e os seus recursos naturais, uma vez que, constituem a condição essencial para o desenvolvimento sustentável e equilibrado do ponto de vista económico e humano. Além disso, a cooperação entre os Estados membros ajuda a promover uma operação específico dirigida à protecção do ecossistema e conservação dos recursos naturais renováveis e não renováveis.

Os três países que fazem parte da área de estudo, encontram-se vinculados a esta Convenção. Este facto, contribui para a implementação de gestão integrada das AMPs na Província da Macaronésia, pois a Convenção apela à cooperação entre os Estados membros para o delineamento das medidas específicas para a conservação e protecção do ambiente e dos seus recursos naturais.

### **ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA A PROTECÇÃO DAS COSTAS E DAS ÁGUAS DO ATLÂNTICO NORDESTE CONTRA A POLUIÇÃO (ACORDO DE LISBOA), 1990**

Tendo em conta o sucesso dos acordos regionais actuais, e nomeadamente do plano de acção das Comunidades Europeias, o qual visa prestar auxílio em caso de poluição grave do mar por hidrocarbonetos ou outras substâncias perigosas, os Estados membros deste acordo comprometeram-se, individualmente ou conjuntamente, conforme o caso, a tomar todas as medidas exigidas pelo presente acordo a fim de minimizar os

riscos de incidentes de poluição marítima causada pelos hidrocarbonetos ou outras substâncias nocivas. Para tal, Espanha e Portugal encontram-se vinculados a este acordo.

#### **CONVENÇÃO SOBRE COOPERAÇÃO DE PESCA ENTRE OS ESTADOS AFRICANOS DELIMITADOS PELO OCEANO ATLÂNTICO, 1991**

A Convenção tem entre outros objectivos: promover a cooperação entre os Estados membros na conservação, gestão e desenvolvimento das pescas na região, incluindo a monitorização, vigilância e controlo das embarcações de pescas; estimular os sectores económicos nacionais através dos efeitos directos e secundários resultantes da exploração dos recursos pesqueiros, etc.

Relativamente à preservação e protecção do ambiente marinho, a Convenção apela à intensificação dos esforços pelos Estados membros, quer a nível nacional, regional e internacional, incluindo o auxílio das organizações regionais ou internacionais competentes em assegurar a protecção e a preservação do ambiente marinho, bem como a gestão das áreas litorais da região, tendo em conta os aspectos relevantes referidos pelos regulamentos internacionais.

Cabo Verde assinou a presente Convenção, o que constitui um factor relevante para a conservação e protecção do ambiente costeiro e marinho bem como os seus recursos naturais não só a nível nacional, mas também a nível regional. Para além disso, a presente Convenção constitui um suporte para a implementação de gestão integrada de AMPs na Província da Macaronésia ao chamar atenção aos Estados membros para promoverem acordos cooperacionais com as instituições a nível nacional, regional e internacional para a conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos (artigo 12).

#### **CONVENÇÃO PARA A PROTECÇÃO DO MEIO MARINHO NO NORDESTE DO ATLÂNTICO (OSPAR), 1992**

Tem-se dado muita atenção política em termos de protecção do mar, por exemplo em sucessivas conferências sobre o mar do norte, os ministros do ambiente têm formulado políticas para reduzir a poluição no nordeste atlântico. Esta área, recebeu no passado muitas substâncias provenientes das mais variadas fontes, mas gradualmente as acções intergovernamentais desde 1972 com as Convenções de Oslo e de Paris tentou-se determinar as principais fontes de poluição e compreender os efeitos destas poluições no ambiente marinho (Burgt, 1994).

Esta Convenção surgiu na sequência da UNCLOS que na sua parte XII artigo 197 refere à cooperação entre Estados para a elaboração de normas internacionais para a protecção e preservação do ambiente marinho tendo em conta as características e factores regionais.

A Convenção tem por objectivo prevenir ou eliminar a poluição, estabelecendo medidas necessárias para conservar e proteger os ecossistemas marinhos dos efeitos nefastos das actividades antropogénicas salvaguardando a saúde humana.

Apesar de Portugal e Espanha terem assinado e ratificado a Convenção, na área de estudo somente o arquipélago dos Açores se encontra abrangido pela Convenção. Contudo, em relação à protecção e conservação do ecossistema e diversidade biológica na área marítima (Anexo V), os Estados membros devem estabelecer medidas necessárias para proteger e conservar a diversidade biológica na área marítima, e em caso de acidente restaurar, de modo viável, as áreas marinhas que foram afectadas; devem cooperar no sentido de adoptarem medidas e programas conjuntas para o controlo das actividades humanas que podem constituir um risco para a conservação desses ecossistemas.

## REDE NATURA 2000

O preâmbulo do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de Abril resume as origens conceptuais da Rede Natura 2000:

*No espaço comunitário, a primeira grande acção conjunta dos Estados-membros para conservação do património natural ocorreu em 1979, com a publicação da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril, relativa à conservação das aves selvagens (Directiva Aves). Este diploma tem por objectivo a protecção, gestão e controlo das espécies de aves que vivem no estado selvagem no território da União Europeia, regulamentando a sua exploração. Atendendo à regressão de muitas populações de espécies de aves no território europeu (em especial das migradoras), à degradação crescente dos seus habitats e ao tipo de exploração de que eram alvo, esta directiva prevê que o estabelecimento de medidas de protecção passa nomeadamente pela designação de zonas de protecção especial (ZPE), correspondentes aos habitats cuja salvaguarda é prioritária para a conservação das populações de aves.*

*Em 1993 os Estados-membros da União Europeia publicam aquele que é considerado o principal acto de direito comunitário no domínio da conservação da Natureza: a Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa à conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (Directiva*

*Habitats*). Este diploma visa a conservação da biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens do território da União Europeia, nomeadamente mediante a criação de um conjunto de sítios de interesse comunitário, designados como zonas especiais de conservação (ZEC).

Esta directiva prevê o estabelecimento de uma rede ecológica europeia de zonas especiais de conservação, a Rede Natura 2000, que englobará as ZEC e as ZPE (Tabela 2). Assim, em termos de direito comunitário, a regulamentação relativa à conservação da Natureza alicerça-se em torno das Directivas Aves e *Habitats*, de âmbito complementar e objectivos substantivamente idênticos, que no início do próximo século consubstanciarão em conjunto o instrumento de conservação comunitário por excelência: a Rede Natura 2000.

Em relação à conservação do ambiente costeiro e marinho, a Directiva *Habitats* é uma medida muito importante para a conservação de áreas costeiras e marinhas, pois promove a gestão integrada das zonas costeiras e integração da conservação da natureza nas políticas de pescas (Mitchell, 1998).

A adopção das Directivas Aves e *Habitats* pelos Estados-membros, em especial Espanha e Portugal, constitui um factor relevante para a conservação e protecção dos habitats e da fauna e flora existentes nos territórios europeus, particularmente os recursos naturais que se encontram em degradação ou em perigo de extinção. Além disso, estas Directivas favorecem a implementação de gestão integrada das AMPs na Província Macaronésia, principalmente entre Portugal e Espanha, uma vez que estes trocarão entre si informações com vista à coordenação adequada da investigação e os trabalhos científicos necessários efectuados de modo a garantir a conservação ou o restabelecimento dos habitats naturais e das espécies selvagens de interesse comunitário num estado de conservação favorável.

A Tabela 6 resume o estado de implementação da Rede Natura 2000 nos três arquipélagos da Macaronésia que integram a União Europeia.

**Tabela 6: Rede Natura 2000 na Província Biogeográfica da Macaronésia**

Rede Natura 2000	Província Biogeográfica da Macaronésia		
	Açores	Madeira	Canárias
Zonas de Protecção Especiais (ZPE)	15	4	27
Zonas Especiais de Conservação (ZEC)	23	11	173
Área Total (ha)	33.965	42.517	419.291
Área Continental (ha)	25.051	21.916	280.469
% da Área Continental	10,7	27,5	37,6

Fonte: Sundseth, 2006. Natura 2000 in the Macaronesian Region. European Commission.



## **ESTRATÉGIA REGIONAL PARA AS ÁREAS PROTEGIDAS MARINHAS NA ÁFRICA OCIDENTAL, 2002**

Na África Ocidental, os recursos da zona costeira geram uma grande parte das necessidades de desenvolvimento. Cerca de seis em cada dez pessoas vivem na faixa costeira e aí empreendem numerosas actividades económicas. O sector da pesca, particularmente, ocupa uma posição privilegiada; o turismo, por seu lado, tem vindo a conhecer um constante desenvolvimento, cujo potencial está ainda por ser explorado na sua plenitude (Estratégia Regional para as Áreas Protegidas Marinhas na África Ocidental, 2002).

Neste sentido, os Estados da Região criaram várias AMPs que se dispersam ao longo da Costa Oeste Africana, particularmente nos países membros da Comissão Sub-Regional das Pescas<sup>15</sup> (CSRP). Estes espaços permitem assegurar a conservação de certos sectores nevrálgicos da zona costeira em questão, constituindo meios de importância fundamental para a regeneração natural dos recursos haliêuticos e da biodiversidade.

Paralelamente, desde há vários anos que, na África Ocidental, têm sido efectuados esforços no sentido de promover a planificação costeira, particularmente com a criação da Rede Sub-Regional de Planificação Costeira lançada pela UICN em 1997. Existe um reconhecimento crescente de que tal planificação não pode estar dissociada da gestão e do ordenamento do território a uma escala mais global. Com efeito, pareceu necessário aos diversos intervenientes na zona costeira elaborar uma Estratégia que vise, por um lado, reforçar o papel das AMPs como instrumento de gestão dos recursos naturais e da diversidade biológica e, por outro, organizar as AMPs da África Ocidental numa rede, respondendo à necessidade de uma abordagem regional/transfronteiriça dos problemas e às prioridades identificadas no quadro das principais Convenções Internacionais relevantes, particularmente a Convenção de Ramsar, a CITES Convenção de Bona e a CBD.

A presente Estratégia enuncia as seguintes orientações estratégicas: adaptar o quadro institucional e jurídico das AMPs à escala nacional e regional; elaborar e implementar planos de gestão para cada uma das AMPs da região; criar uma rede regional de AMPs partindo das redes já existentes; harmonizar as legislações e as

---

<sup>15</sup> A CSRP agrupa seis países a saber: Cabo Verde, Gâmbia, Guiné-Conakri, Guiné-Bissau, Mauritânia e Senegal.



planificações relativas à gestão das espécies e dos *habitats* comuns; favorecer uma reflexão regional sobre a gestão integrada da zona costeira da África Ocidental; promover a adesão das populações, das sociedades civis e dos decisores relativamente à estratégia desenvolvida para a rede de AMP; desenvolver uma estratégia de diversificação das fontes de financiamento das AMPs; definir e implementar mecanismos de concertação e de tomada de decisão envolvendo todas as partes interessadas; instaurar fundos comunitários alimentados pelas receitas das AMPs, e geridos por estruturas locais *ad hoc*, para a realização de projectos comunitários; implementar regras negociadas de exploração durável dos recursos haliêuticos nas AMPs, favorecendo as comunidades residentes, mas sempre sem produzir um impacto negativo sobre a regeneração dos recursos de interesse nacional ou regional; desenvolver o ecoturismo minimizando os seus impactos; adoptar um sistema de representação comum, descritivo dos sistemas costeiros da África Ocidental entre outros.

As orientações estratégicas citadas anteriormente, são planeadas para os próximos 20 anos, servindo de linha orientadora aos intervenientes na zona costeira, no que diz respeito às AMPs, à escala dos 6 países da sub-região. No entanto, a mesma não constitui um instrumento legal vinculativo dos países que a subscrevem<sup>16</sup>.

Dada a importância das AMPs para a gestão sustentada das pescas e da biodiversidade costeira e marinha, a formulação e implementação de uma Estratégia Oeste Africana para estas áreas representa uma oportunidade para definir, com todos os parceiros da região envolvidos (comunidades de pescadores, administrações centrais, ONGs, sector privado, instituições internacionais, agências de cooperação) uma visão comum que responda às necessidades futuras das sociedades e aos desafios do desenvolvimento dos países costeiros da África Ocidental.

### 4.3 Instrumentos Bilaterais

---

<sup>16</sup> Por esta razão, não consta nas tabelas do Anexo II (Instrumentos Internacionais Regionais).

**ACORDO DE COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA PESCA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE E O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA , 1980**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA PESCA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE E O REINO DE ESPANHA, 1983**

**ACORDO DA COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE E O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA NOS DOMÍNIOS DO DESENVOLVIMENTO MARÍTIMO, HIDROGRAFIA, CARTOGRAFIA, SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO E OCEANOGRAFIA, 1988**

**ACORDO DE PESCA ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E CABO VERDE. 1990**

### **ACORDO DE COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA PESCA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE E O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA<sup>17</sup>, 1980**

Este acordo foi feito na Cidade da Praia, Cabo Verde, aos 20 dias do mês de Abril de 1980, aprovado e assinado em 16 de Outubro de 1980 e 25 de Outubro de 1980 respectivamente. Tem duração de três anos e prorrogável por períodos sucessivos de um ano, salvo denúncia de uma das partes.

Com este acordo, os dois países comprometem-se a promover, favorecer e apoiar o desenvolvimento da cooperação científica, técnica e económica, no domínio da pesca e indústrias dela derivadas.

No domínio científico e técnico, a cooperação será desenvolvida mediante: troca de informações e documentação sobre os recursos haliêuticos, métodos de conservação, permuta de informações e documentação sobre legislação nacional e internacional relativas às pesca e protecção do ambiente aquático.

De acordo com os objectivos citados anteriormente, este acordo, visa não só promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, como também promover a conservação e protecção do ambiente aquático, recorrendo às legislações nacionais e internacionais.

### **ACORDO DE COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA PESCA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE E O REINO DE ESPANHA, 1983**

Também com a Espanha é celebrado um Acordo de Cooperação no domínio das pescas no quadro do Acordo Geral de Cooperação Científica e Técnica, assinado entre aquele país e Cabo Verde. Em seu artº 2º, no domínio científico e técnico o Acordo contempla a troca de informações e documentação sobre os recursos haliêuticos, técnicos e equipamentos de pesca, métodos de conservação, processamento e

<sup>17</sup> Decreto-Lei n.º 117/80 de 5 de Novembro de 1980. Boletim Oficial da República de Cabo Verde n.º 256/80 (I-A), pp. 3748 e 3749.





comercialização do pescado e seus produtos e a permuta de informações e documentação sobre legislação nacional e legislação internacional relativa às pescas e protecção do ambiente aquático (Nascimento, 2004).

**ACORDO DA COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE E O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA NOS DOMÍNIOS DO DESENVOLVIMENTO MARÍTIMO, HIDROGRAFIA, CARTOGRAFIA, SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO E OCEANOGRAFIA<sup>18</sup>, 1988**

Este acordo foi feito na Cidade do Mindelo em Cabo Verde, aos 13 dias do mês de Junho de 1988 e promulgado em 15 de Abril de 1991. Tem duração de um ano, e é automaticamente prorrogável, salvo denúncia de uma das partes.

O objectivo deste acordo é promover um intercâmbio de conhecimento, experiências e técnicas, visando execução de programas ou trabalhos técnicos ou de investigação com a participação de técnicos ou outro pessoal ainda não qualificado, tendo em vista, quer o seu aperfeiçoamento quer a sua formação complementar; cooperação na estruturação dos serviços relacionados com os domínios mencionados, visando a sua autonomia em informação técnica, meios adequados e pessoal qualificados. Este facto é relevante para o conhecimento do meio marinho dos dois países, permitindo assim estabelecer medidas de conservação para as espécies marinhas em especial as endémicas e as espécies que se encontram em perigo de extinção.

**ACORDO DE PESCA ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E CABO VERDE, 1990**

O sector das pescas é uma das vertentes em que a cooperação entre a Comunidade Europeia e Cabo Verde se tem desenvolvido da forma mais frutuosa para ambas as partes. O Acordo Quadro que orienta a cooperação entre a União Europeia e Cabo Verde no domínio das pecas foi assinado pela primeira vez em 1990, esse acordo de âmbito geral, tem sido regulamentado por protocolos específicos de duração definida, que normalmente não ultrapassa os 3 anos. Desde 1990 já foram assinados quatro desses documentos (Delegação da Comissão Europeia em Cabo Verde, 2003). Foi estabelecido um novo acordo<sup>19</sup> que entrou em vigor no dia 1 de Setembro de 2006 e termina a 31 de Agosto de 2011.

<sup>18</sup> Decreto n.º 49/91 de 4 de Maio. Boletim Oficial da República de Cabo Verde n.º 18 de 4 de Maio de 1991.

<sup>19</sup> O acordo estabelece que Cabo Verde irá abrir as suas águas a pesqueiros da UE, emitindo 84 licenças de pesca "exclusivamente de atum" para embarcações europeias, sendo 25 cercadores, 11 caneiros e 48 palangreiros (incluindo sete palangreiros de superfície portugueses), para um nível de capturas de cinco mil toneladas anuais. Em contrapartida, a UE irá financiar o sector das pescas de Cabo Verde com uma verba de





Os sucessivos acordos de pesca estabelecidos entre Cabo Verde e União Europeia, têm por objectivo permitir que os Estados membros<sup>20</sup> da União Europeia pratiquem a pesca dentro da ZEE de Cabo Verde, e em troca este recebe da União Europeia apoio financeiro relativo ao desenvolvimento de programas para controlo de qualidade dos produtos da pesca, monitorização e vigilância, bem como programas técnicos ou científicos que promovem o conhecimento dos recursos pesqueiros na ZEE de Cabo Verde, promovendo assim a exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

## 4.4 Padrões de Ratificação dos Instrumentos

Todos os instrumentos analisados são relevantes para a gestão sustentável dos mares e oceanos e servem de suporte à implementação de gestão integrada das AMPs na Província da Macaronésia, pois apelam à cooperação entre os Estados membros para o delineamento de um conjunto de medidas e programas necessárias para a conservação, protecção e uso sustentável dos recursos naturais.

A importância destes instrumentos legais vem não só do facto de os seus conteúdos estarem relacionados com os objectivos do presente trabalho, mas também da relevância política que é dada a estes instrumentos. É esta relevância política que motiva os governos a ratificarem estas convenções, comprometendo-se deste modo a tomar medidas tendo em vista a sua aplicação.

A análise dos padrões de ratificação entre os países que fazem parte da área de estudo permite perceber os compromissos que os países têm relativamente à conservação da natureza e dos seus recursos. Além disso, estas Convenções reflectem aspirações e anseios partilhados pelos países signatários e portanto representam uma base de entendimento comum (Estratégia Regional para as Áreas Marinhas Protegidas na África Ocidental, 2002).

### 4.4.1 Instrumentos Globais e Regionais

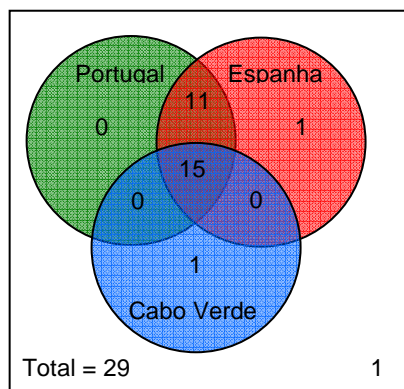
A figura abaixo resume os padrões de ratificação dos instrumentos globais e regionais<sup>21</sup>, isto é, indica o número de ratificações comuns aos três países, comuns a cada dois dos três países, e que só um dos países tenha ratificado. Exteriormente ao conjunto de três círculos representativos dos três países é ainda indicado o número total

385 mil euros anuais, até 31 de Agosto de 2011. O acordo prevê ainda a integração de fiscais cabo-verdianos nas embarcações de pesca europeias nas águas do arquipélago (European Commission, 2006).

<sup>20</sup> Em especial Portugal, Espanha e França.

<sup>21</sup> Não se inclui os padrões de ratificação dos Acordos Bilaterais dada a sua natureza exclusiva de terceiros.

de convenções globais e regionais e de convenções que nenhum dos três países ratificou.



**Figura 4. Ratificação dos Instrumentos Globais e Regionais**

Pela Figura 4, observa-se que Espanha e Portugal ratificaram a maioria das Convenções e Acordos quer de carácter global, quer de carácter regional relevantes para a conservação e protecção do meio marinho e dos seus recursos.

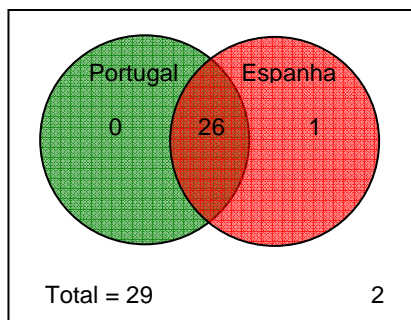
De um modo geral, Cabo Verde encontra-se vinculado às Convenções internacionais mais importantes para a conservação da biodiversidade, em especial biodiversidade marinha, apesar de ter ratificado algumas delas tardiamente<sup>22</sup>.

Em relação às Convenções de carácter regional, recomenda-se a ratificação por parte de Cabo Verde da Convenção Africana (1968), pois contribui para a conservação e protecção da natureza e dos seus recursos naturais a nível nacional, nomeadamente nos artigos II, IV, V, VI e VII.

#### **4.4.2 Padrão de ratificação dos instrumentos globais entre Espanha e Portugal**

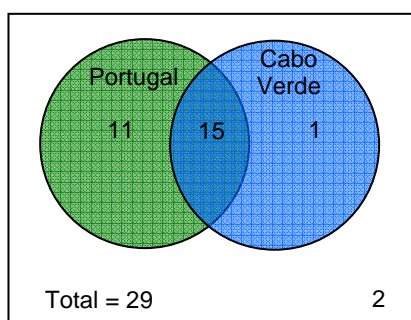
Espanha e Portugal ratificaram em comum vinte e seis instrumentos (Fig. 5). Individualmente, só Espanha ratificou um acordo internacional (Acordo para a Conservação de Albatrozes e Pardelas) que Portugal não ratificou.

<sup>22</sup> Convenções RAMSAR e CITES, ratificadas em 2005 (34 e 32 anos respectivamente após o surgimento das Convenções); Convenção BONA apenas ratificada em 2006, embora tenha ratificado o Memorando sobre a conservação das tartarugas marinhas na costa atlântica de África em 1999.



**Figura 5: Ratificações - Espanha e Portugal**

#### **4.4.3 Padrão de ratificação dos instrumentos globais entre Portugal e Cabo Verde**



**Figura 6: Ratificações - Cabo Verde e Portugal**

Pela Figura 6, denota-se que Cabo Verde e Portugal ratificaram quinze Instrumentos em comum. Com efeito, num universo de vinte e nove Instrumentos Globais/Regionais, em isolado Portugal ratificou onze instrumentos e Cabo Verde apenas um. Isto deve-se ao facto de a maioria dos instrumentos ratificados por Portugal serem instrumentos de âmbito regional.

#### **4.4.4 Padrão de ratificação dos instrumentos globais entre Cabo Verde e Espanha**

Pela Figura 7, observa-se que tal como Portugal, Espanha ratificou quinze instrumentos em comum com Cabo Verde, e em isolado a Espanha ratificou doze instrumentos e Cabo Verde apenas um. Isto deve-se ao facto, de assim como Portugal, Espanha ter ratificado várias convenções de carácter regional.

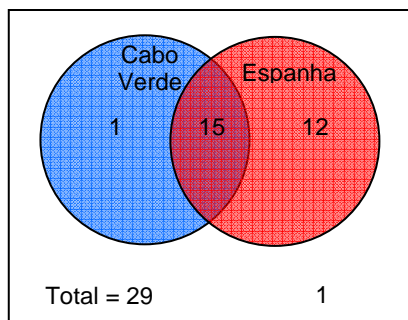


Figura 7: Ratificações - Cabo Verde e Espanha

## 4.5 Conclusões

Das Convenções analisadas, as mais importantes para a gestão integrada das AMPs na Província da Macaronésia são: Convenção RAMSAR, Convenção CITES, Convenção de Bona, Convenção MARPOL, Convenção UNCLOS e a Convenção CBD.

Estas Convenções podem ser entendidas como “Convenções-chapéu” para a conservação e protecção dos recursos naturais a nível mundial, pois apelam: à conservação das zonas húmidas (*habitats* fundamentais das aves marinhas e não só) e à sua integração na GIZC; às medidas necessárias para o controlo do comércio internacional das espécies que se encontram em perigo de extinção; à conservação das espécies selvagens migratórias; à prevenção da poluição no meio marinho; à delimitação dos tipos de jurisdição que cada Estado membro pode exercer sobre os mares; e à conservação da biodiversidade *in situ*. Além disso, apelam à cooperação entre Estados membros para a aplicação destas medidas a nível nacional, regional e internacional. As convenções analisadas têm aplicabilidade na área de estudo, uma vez que os três países se encontram vinculados à maioria delas, o que constitui uma mais valia para a implementação de gestão integrada das AMPs na área de estudo.

## 5. ENQUADRAMENTO LEGAL NACIONAL

A legislação nacional, assim como os instrumentos internacionais, desempenham um papel preponderante na conservação e protecção dos recursos naturais, especialmente os recursos costeiros e marinhos. A importância da legislação nacional na conservação e protecção dos ecossistemas e dos seus respectivos habitats reside no facto de determinar princípios, métodos, objectivos e normas de conduta, o que se pode ou não fazer, promovendo a sustentabilidade dos mesmos e a sua perpetuidade intergeracional. Além disso, estes instrumentos determinam as penalizações pelo seu incumprimento, o que constitui um mecanismo dissuasor da violação das suas disposições.

Os três países que fazem parte da área de estudo estabeleceram várias normas jurídicas no que diz respeito à conservação dos recursos naturais, nomeadamente os recursos costeiros e marinhos.

A análise da legislação nacional incidiu sobre os instrumentos jurídicos nacionais estabelecidos para cada país. Estes instrumentos foram seleccionados de acordo com a sua importância na conservação e protecção dos recursos costeiros e marinhos. De entre eles destacam-se os seguintes:

- Constituição;
- Lei de Bases do Ambiente (LBA);
- Lei sobre o Estabelecimento de Rede Nacional de Áreas Protegidas;
- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade;
- Delimitação da Zona Económica Exclusiva;
- Lei de Bases do Ordenamento do Território;
- Regulamentos sobre Gestão dos Recursos Biológicos Marinhos.

### 5.1 Enquadramento

Antes de se iniciar a análise da legislação de cada arquipélago, segue-se uma breve descrição dos três países em estudo.

### **5.1.1 Cabo Verde**

As ilhas de Cabo Verde têm poucos recursos. Os mais relevantes são a agricultura e a riqueza marinha do arquipélago<sup>23</sup>. A actividade de pesca vem prestando uma modesta contribuição na formação do PIB (2% no início dos anos 90 e apenas 1% em 2000). Não obstante, o seu papel social e na economia do país tem sido mais importante do que o reflectido por este indicador, contribuindo para o emprego, o equilíbrio da balança de pagamentos e a segurança alimentar (Almeida *et al.*, 2003). Neste sentido, para proporcionar o aproveitamento sustentável dos recursos pesqueiros, os sucessivos governos têm empreendido esforços na conservação e protecção dos ecossistemas costeiros e marinhos através da regulamentação de várias actividades e implementação de legislação específica (Anexo V).

A conservação e protecção dos recursos costeiros e marinhos em Cabo Verde, promovendo um uso sustentável dos mesmos, já constituía uma preocupação do Governo Geral da Província, anterior à independência. Nesse período foram publicados alguns diplomas com preocupações ambientais, de onde se destacam os seguintes: regulamentos para a pesca de corais, esponjas, lagosta; protecção contra a poluição das águas, praias e margens; regulamentação do exercício da pesca nas águas territoriais do então Império Colonial Português e regulamentação do exercício da pesca desportiva nas províncias ultramarinas (Anexo V).

Cabo Verde ascendeu à independência em 1975 e desde então os sucessivos Governos têm-se mostrado preocupados com a questão da preservação dos ecossistemas e com o enquadramento dos organismos vocacionados para a gestão ambiental (Benchimol *et al.*, 2003). De 1975 a 1991 a política de preservação do meio ambiente em Cabo Verde concentrou-se mais no mundo rural, com importantes investimentos na luta contra a erosão e a desertificação, na recuperação do coberto vegetal e na mobilização e valorização dos recursos hídricos, facto que pode ser verificado através dos sucessivos Programas do Governo e Planos Nacionais de Desenvolvimento. A partir de 1991, o Governo passou a dar, nos respectivos Programas, uma importância particular ao meio ambiente, com especial realce para a ecologia, o ambiente e os recursos naturais, preconizando a protecção e preservação do meio ambiente e da qualidade de vida do cidadão, considerando que ao desenvolvimento é indispensável um ecossistema equilibrado (Direcção-Geral do Ambiente, 2007).

<sup>23</sup> ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo\\_Verde#Economia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_Verde#Economia)), última acessão em 31 de Julho de 2007.



No programa do Governo para 1996-2001 afirma-se que “*o meio marinho e as costas do nosso país serão tratados como um ecossistema costeiro. Será definida uma estratégia coordenada tendo como principais tarefas a preservação dos recursos naturais e do equilíbrio do meio ambiente, como a promoção do desenvolvimento sustentável e harmonioso da zona costeira*” (Direcção-Geral do Ambiente, 2007).

O Programa do Governo para 2001-2005 propunha, no âmbito do ambiente, a valorização dos recursos e a conservação dos ecossistemas. Relativamente ao meio marinho, o Governo assumiu o objectivo de proteger os ecossistemas marinhos, bem como as zonas costeiras, de forma a garantir uma exploração sustentável dos seus recursos. Para atingir este objectivo o Governo destacou os seguintes programas e planos: plano de ordenamento do território; plano de ordenamento da orla costeira; programa de protecção da biodiversidade e dos recursos genéticos; programa de controlo da intrusão salina; programa de tratamento dos resíduos sólidos urbanos, hospitalares e outros; programa de tratamentos de efluentes e programa de controlo da poluição marinha (Direcção-Geral do Ambiente, 2007).

O actual Programa do Governo (2006-2011) qualifica o mar como um “*recurso estratégico, fonte de riqueza e de progresso de Cabo Verde*” sendo o mesmo considerado “*uma área em que se deve apostar com vista a promover os interesses e valores de Cabo Verde para além das suas próprias fronteiras, pelo que é fundamental que haja um conhecimento sólido das características do seu espaço marítimo, incluindo o subsolo marinho*” (Direcção-Geral do Ambiente, 2007).

### **5.1.2 Portugal**

A ligação de Portugal ao mar ganhou relevância durante a época dos Descobrimentos, que marcou decisivamente o início do processo de globalização. As trocas comerciais, culturais, científicas e tecnológicas daí resultantes promoveram o grande desenvolvimento do país e marcaram definitivamente os processos de transmissão de conhecimentos entre os povos (Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2006 de 12 de Dezembro).

Portugal possui uma extensa linha de costa de aproximadamente 2830 km, com uma grande variedade de praias, dunas arenosas, *habitats* rochosos e *habitats* altamente produtivos como os estuários e as lagoas litorais. Dispõe de uma das maiores zonas económicas exclusivas (ZEE) da Europa, com mais de 1.7 milhões km<sup>2</sup>, o que corresponde a cerca de 18 vezes a sua área terrestre (Carneiro, 2007).

As características biogeográficas e geomorfológicas das áreas sob jurisdição nacional englobam uma vasta biodiversidade marinha. Os ambientes insulares oceânicos, o mar profundo e as planícies abissais, os montes e bancos submarinos, a dorsal médio-atlântica, os campos de fontes hidrotermais, as riquíssimas zonas estuarinas e lagunares, os grandes canhões submarinos, as zonas de afloramento costeiro, os recifes rochosos, entre outros, conferem a Portugal um património natural único que importa valorizar e preservar (Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2006, de 12 de Dezembro).

Devido muito provavelmente à situação socio-política que o país viveu até 1974, o debate sobre Conservação da Natureza em Portugal manteve-se durante várias décadas restrito a alguns meios académicos, alterando-se a situação apenas em 1970, com a aprovação da Lei n.º 9/70, que prevê pela primeira vez a criação de Áreas Protegidas. Contudo, a consagração jurídico-política da Conservação da Natureza apenas viria a nascer após a implementação do regime democrático, primeiro com a criação do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico em 1975 e, alguns anos mais tarde, em 1987 através da promulgação da Lei de Base do Ambiente (Lei n.º 11/87 de 7 de Abril), que lhe dá finalmente um enquadramento jurídico apropriado (Ministério do Ambiente, 1999).

Embora datasse já de 1970 a introdução no normativo jurídico (Lei n.º 9/70) da noção de parque nacional e de reserva, só mais de vinte anos depois as áreas terrestres e as águas interiores e marítimas com interesse patrimonial nacional foram enquadradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas (Vieira, 2007).

A singularidade das paisagens, bem como a representatividade e estado de conservação das espécies e *habitats*, é bem patente ao nível europeu, tendo resultado amplamente comprovada no âmbito do Programa da Rede Natura 2000, em que Portugal detém a segunda maior percentagem de território (17.4%) designado como Sítio de Importância Comunitária (ver Barómetro da Rede Natura 2000). Aliás, a Península Ibérica é uma das regiões da Europa mais ricas em biodiversidade de espécies animais (Ramos *et al.*, 2001).

Portugal é membro da União Europeia desde 1986. De entre os objectivos do tratado da União Europeia destacam-se os seguintes: a preservação, a protecção e a melhoria da qualidade do ambiente; a utilização prudente e racional dos recursos naturais e a promoção, no plano internacional, de medidas destinadas a enfrentar os problemas





regionais ou mundiais do ambiente<sup>24</sup>. Este facto, contribuiu muito para a implementação de medidas relevantes sobre a conservação da natureza e dos seus recursos a nível comunitário, em especial a nível de Portugal continental e regional.

A conservação da natureza em Portugal tem sido alvo de atenção tanto no Continente como nas Regiões Autónomas (Açores e Madeira). Para além dos instrumentos de carácter nacional sobre a conservação do meio ambiente (Anexo VI), a nível regional foram aprovados vários diplomas sobre a conservação e protecção dos recursos costeiros e marinhos. Estes instrumentos legais têm ido muitas vezes além da mera transposição, ganhando cunho próprio por via não só meramente da autonomia legislativa em matéria de conservação do meio marinho (art.º 227.º, alínea s da Constituição, 1976), mas também devido às características geográficas e climatéricas que diferem das existentes no Continente.

### **5.1.3 Espanha**

A primeira Lei de Parques Nacionais, aprovada em 8 de Dezembro de 1916, com os seus únicos três artigos, fez com que Espanha fosse um dos países pioneiros na Europa a apostar na protecção da natureza<sup>25</sup>. Espanha incorporou medidas de protecção das áreas naturais em 1918, ano em que foram criados os dois primeiros parques nacionais (Morillo & Gómez-Campo, 2000).

Em 1978 com o surgimento da Constituição, a maioria das responsabilidades sobre a conservação da natureza foram transferidas para as 17 comunidades autónomas dentro dos seus respectivos territórios (Morillo & Gómez-Campo, 2000).

A entrada de Espanha para a União Europeia em 1986 teve consequências importantes em termos de conservação da natureza e dos seus recursos, como é o caso da Directiva para a Conservação das Aves Selvagens e a Directiva para a Avaliação dos Impactos Ambientais (Morillo & Gómez-Campo, 2000).

À semelhança de Cabo Verde e Portugal, o governo Espanhol também tem enveredado no estabelecimento de várias medidas e normas legislativas acerca da conservação da natureza e dos seus recursos naturais.

A Região Autónoma de Canárias possui, à semelhança dos Açores e da Madeira, uma autonomia para legislar normas que incluem os assuntos relacionados com a gestão e protecção do meio ambiente (art.º 148.º, n.º 9 da Constituição, 1978). Com efeito, a

<sup>24</sup> (<http://pt.wikipedia.org>), última acessão em 8 de Agosto de 2007.

<sup>25</sup> ([http://reddeparquesnacionales.mma.es/parques/org\\_auto/red\\_ppnn/historia.htm#01](http://reddeparquesnacionales.mma.es/parques/org_auto/red_ppnn/historia.htm#01)), última acessão em 8 de Agosto de 2007.

Região Autónoma das Canárias possui várias Leis e Decretos-Leis sobre a conservação, protecção e regulamentação da utilização dos espaços naturais bem como dos seus recursos biológicos, com grande destaque aos recursos costeiros e marinhos.

## **5.2 Análise Comparativa da Legislação Nacional**

### **LEI CONSTITUCIONAL**

A preocupação legislativa com o meio ambiente é relativamente recente. Apenas os países que elaboraram as suas constituições a partir da década de 70 - mais precisamente depois de 1972, data da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento Humano realizada em Estocolmo, Suécia, puderam nelas incluir articulado sobre o meio ambiente capaz de responder às necessidades da época (Nascimento, 2004).

A Lei Constitucional Caboverdiana surgiu em 1980, não apresentando na altura qualquer destaque especial às problemáticas do ambiente (Lima, 2000). Nesta, as normas mais importantes em matéria do ambiente encontram-se relacionadas sobretudo com (Lima, 2000):

- A definição do território nacional, sobre o qual se exerce a soberania (n.º 1 do Art. 8);
- A determinação dos recursos naturais, vivos e não vivos, no território nacional como objecto do exercício da soberania do Estado (n.º 2 do Art. 8);
- O princípio de que o Estado exerce “competência exclusiva”, entenda-se jurisdição, em matéria de conservação e exploração dos recursos naturais vivos e não vivos na Zona Económica Exclusiva (Art. 9);
- A definição do subsolo, das águas e das riquezas minerais como propriedade do Estado;
- A incumbência do Estado em defender e valorizar o património cultural do povo Caboverdiano (Art. 16).

Assim, esta primeira versão da constituição dava maior importância à jurisdição do Estado sobre os seus recursos e sobre o ambiente do que à perspectiva dos direitos da população a um ambiente saudável e o seu dever de fazer com que este assim se mantenha.

Em 1992, procedeu-se à revisão da Constituição de 1980, dando origem ao surgimento da Constituição de 1992. Esta revisão Constitucional coincide com o ano em que se realizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento,

realizada no Rio de Janeiro em 1992, pelo que as alterações introduzidas em matéria de ambiente não são alheias ao momento político internacional que então se vivia.

A Constituição de 1992 surgiu naturalmente num contexto diferente, e deu maior destaque à problemática do ambiente (Lima, 2000). Esta incluiu o ambiente no Capítulo dos direitos e deveres económicos, sociais e culturais. O seu artigo Art. 72.º determina que *"todos têm direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender e valorizar"*. Segundo a referida Constituição, e para garantir um ambiente saudável às populações, incumbe os poderes públicos de: *"a) Elaborar e executar políticas adequadas de ordenamento do território, de defesa e preservação do ambiente e de promoção do aproveitamento racional de todos os recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica; b) Promover a educação ambiental, o respeito pelos valores do ambiente, a luta contra a desertificação e os efeitos da seca"*.

Na sua revisão de 1999, este artigo não sofreu alterações de conteúdo, passando a temática do ambiente a constar na Parte dos Princípios Fundamentais (Art. 7.º, alínea k), definindo como sendo umas das tarefas do Estado *"proteger a paisagem, a natureza, os recursos naturais e o meio ambiente, bem como o património histórico-cultural nacional"*.

Já a Constituição Portuguesa de 1976 contempla as preocupações ecológicas, as quais se mantiveram nas três revisões a que foi sujeita em 1982, 1989 e 1992 (Nascimento, 2004). Entre as tarefas fundamentais do Estado destaca-se a de: *"proteger e valorizar o património cultural do povo português; defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território"* (Art. 9.º, alínea e). No artigo 66.º, n.º 1 estabelece que *"todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender"*. De acordo com o Art. 66.º n.º 2 para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, *"por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos entre outras tarefas os seguintes: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das actividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) promover o*

*aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações”.*

Assim como a Constituição de Cabo Verde e de Portugal, a Constituição Espanhola que surgiu em 1978, também elabora sobre as questões ambientais. Com efeito, no seu Art. 45.º n.º 1 estabelece que *“todos têm direito a disfrutar de um meio ambiente adequado para o desenvolvimento da pessoa, assim como o dever de conservá-lo”*. No Art. 45.º, n.º 2 declara que *“os poderes públicos devem velar pela utilização racional de todos os recursos naturais, com o objectivo de proteger e melhorar a qualidade de vida, bem como defender e restaurar o meio ambiente, colaborando com a indispensável solidariedade colectiva”*.

Fazendo uma análise comparativa das três Constituições, verifica-se que todas elas defendem que todos os cidadãos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender e que os poderes públicos devem promover o uso sustentável dos recursos naturais, assegurando, deste modo, a sua perpetuidade entre gerações.

Relativamente ao estabelecimento de áreas protegidas, somente a Constituição Portuguesa atribui como uma das tarefas do Estado a criação de reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico.

Quanto às evoluções observadas nos textos constitucionais, no caso de Cabo Verde traduziram-se numa expressão de visões diferentes e evolutivas do ambiente e do direito ao ambiente saudável, enquanto que no caso de Portugal e de Espanha essas partes das Constituições estavam presentes desde o início e mantiveram-se inalteradas.

### **LEI DE BASES DO AMBIENTE (LBA)**

A LBA é um verdadeiro manual de ensinamento da problemática do ambiente para um Estado e uma sociedade ecologicamente orientados (Lima, 2000).

Os três países que fazem parte da área de estudo possuem LBA. Este facto é relevante uma vez que é por via da LBA que se traduz para o quadro legal os princípios consagrados na Constituição, como por exemplo: *“Todos os cidadãos têm direito a um ambiente de vida sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender, incumbindo*

*ao Estado e aos Municípios, por meio de organismos próprios, e por apelo e apoio a iniciativas populares e comunitárias, promover a melhoria da qualidade de vida, individual e colectiva”.*

A LBA Portuguesa (Lei n.º 11/87 de 7 de Abril) foi a fonte principal e directa da LBA Cabo-verdiana (Lei n.º 86/IV/93 de 26 de Junho, sendo o desenvolvimento das bases da política do ambiente consagradas no Decreto-Legislativo n.º 14/97) (Lima, 2000)<sup>26</sup>. Assim, no artigo 10.º, n.º 1, ambas as LBAs se aplicam a um conjunto de categorias de águas, realçando entre elas: água interiores de superfície, águas interiores subterrâneas, mar interior, as águas arquipelágicas, o mar territorial e a zona económica exclusiva. O número 2 deste artigo dispõe que o presente diploma aplica-se a toda a orla costeira e aos fundos marinhos interiores, plataforma continental e da zona económica exclusiva. Além disso, as duas LBAs determinam o estabelecimento de uma faixa de protecção ao longo da orla costeira (artigo 10.º, n.º 3, alínea c).

Quanto à implementação das áreas protegidas, lugares, sítios conjuntos e objectos classificados, as duas LBAs dispõem nos seus art.º 29.º, n.º1 que *“será implementada e regulamentada uma rede nacional contínua de águas interiores e marítimas e outras ocorrências naturais distintas que devem ser submetidas a medidas de classificação preservação e conservação, em virtude dos seus valores estéticos, raridade, importância científica, cultural e social ou da sua contribuição para o equilíbrio biológico e estabilidade ecológica das paisagens”.*

A LBA Espanhola encontra-se consagrada na Lei 4/1989, de 27 de Março, modificada pela Lei 41/1997, de 5 de Novembro sobre Conservação dos Espaços Naturais e da Flora e Fauna Silvestres. Relativamente à conservação e protecção do ambiente costeiro e marinho a referida Lei estabelece no seu Art. 10.º, n.º 1, que podem ser declarados protegidos *“os espaços do território nacional que se encontram inseridos nas águas continentais, espaços marítimos sujeitos à jurisdição nacional, incluindo a zona económica exclusiva e plataforma continental, contendo elementos e sistemas naturais de especial interesse ou valores naturais que sobressaem”.* As finalidades da conservação e protecção destes espaços resumem-se em: *“a) constituir uma rede representativa dos principais ecossistemas e regiões naturais existentes no território*

---

<sup>26</sup> A semelhança entre a LBA portuguesa e cabo-verdiana pode-se atribuir ao facto de partilharem a mesma língua oficial, e uma história comum que conduziu à cooperação ou ao uso de uma referência quando se elaborou a LBA mais recente (a cabo-verdiana).



*nacional; b) proteger as áreas e elementos naturais que oferecem um interesse singular desde o ponto de vista científico, cultural, educativo, estético, paisagístico e recreativo; c) contribuir para a sobrevivência de comunidades ou espécies que carecem de protecção, mediante a conservação dos seus habitats e d) colaborar nos programas internacionais de conservação dos espaços naturais e de vida silvestre, de que Espanha faz parte” (Art. 10.º, n.º 2).*

Este objectivo coincide largamente com os objectivos de gestão integrada das áreas marinhas protegidas na Província da Macaronésia, uma vez que, serve de suporte aos intercâmbios cooperacionais em matéria de conservação da natureza, em especial conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos entre Espanha, Portugal e Cabo Verde.

Fazendo uma análise comparativa das três LBAs, denota-se que ambas reforçam o que estava já estipulado na respectiva Constituição. Em nenhum dos diplomas está previsto o estabelecimento de áreas protegidas transfronteiriças, gestão conjunta ou gestão transfronteiriça, mas todas as LBAs defendem a cooperação internacional de modo a determinar a procura de soluções concertadas com outros países ou organizações regionais, sub-regionais e internacionais para os problemas de ambiente e de gestão dos recursos naturais.

### **LEI SOBRE O ESTABELECIMENTO DE REDE NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS (RNAP)**

As áreas protegidas são hoje reconhecidas a nível mundial como instrumentos que dão um contributo vital para a conservação dos recursos naturais e culturais do planeta. As suas funções vão desde a protecção dos *habitats* naturais e seus recursos biológicos até à manutenção do equilíbrio ecológico das regiões onde estão implantadas (Decreto-Lei n.º 3/2003).

Cabo Verde, e Portugal possuem Decretos-Lei específicos sobre a implementação da RNAP<sup>27</sup>, enquanto que as normas jurídicas sobre a implementação de RNAP em

<sup>27</sup> Cabo Verde, Decreto-Lei 3/2003, de 24 de Fevereiro - Estabelece o regime jurídico dos espaços naturais, paisagens, monumentos e lugares que, pela sua relevância para a biodiversidade, pelos seus recursos naturais, função ecológica, interesse sócio-económico, cultural, turístico ou estratégico, merecem uma protecção especial e integrar-se na Rede Nacional das Áreas Protegidas. Portugal, Decreto-Lei 19/93, de 23 de Janeiro - Estabelece normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas, revogando a Lei 613/76, de 15 de Outubro que promulga o novo regime de Protecção à Natureza e criação de parques nacionais, que por sua vez, revoga a Lei 9/70 de 19 de Junho relativo à Protecção da Natureza e dos seus Recursos em todo o Território.

Espanha estão contempladas na LBA Espanhola<sup>28</sup>. O objectivo principal do estabelecimento de RNAP nos três países que fazem parte da área de estudo é a conservação da natureza. Esta é entendida não num sentido lato e abstracto, mas concretamente como a protecção dos espaços naturais e das paisagens, bem como a preservação das espécies de fauna e flora e dos seus respectivos *habitats*, que apresentem características peculiares, quer pela sua raridade e valor científico, quer por se encontrarem em vias de extinção.

A norma jurídica estabelecida em Cabo Verde para a criação de RNAP é o Decreto-Lei n.º 3/2003, de 24 de Fevereiro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 44/2006, de 28 de Agosto (Direcção-Geral do Ambiente, 2007). Relativamente à conservação do meio marinho no território caboverdiano, o presente diploma dispõe no seu Art. 4.º, n.º 4 que as reservas naturais parciais podem ter a denominação do recurso dominante objecto de protecção, tais como Reserva Ornitológica, Reserva Botânica, Reserva Marinha, entre outros e no Art. 6.º, n.º 3 refere que parques naturais, se com componente marinha, podem ser denominados parques marinhos.

O diploma português que regulamenta a implementação de RNAP (Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro) é omissivo em matéria de conservação do meio marinho no território português. As alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 227/98, de 17 de Julho, permitem a inclusão de reservas e parques marinhos na RNAP. Com efeito, de acordo com o referido Decreto, “nas áreas protegidas que abranjam meio marinho podem ser demarcadas áreas denominadas ‘reservas marinhas’ ou ‘parques marinhos’” (Art. 1.º, n.º 1). “As reservas marinhas têm por objectivo a adopção de medidas dirigidas para a protecção das comunidades e dos habitats marinhos sensíveis, de forma a assegurar a biodiversidade marinha” (Art. 1.º, n.º 2), enquanto que “os parques marinhos têm por objectivo a adopção de medidas que visem a protecção, valorização e uso sustentado dos recursos marinhos, através da integração harmoniosa das actividades humanas” (Art. 1.º, n.º 3).

A Região Autónoma dos Açores fez a transposição do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, adaptando este regime jurídico às especificidades regionais através do Decreto Legislativo Regional n.º 21/93/A, revogado pelo Decreto Legislativo Regional n.º

---

<sup>28</sup> Lei 4/1989, de 27 de Março, de Conservação dos Espaços Naturais e da Flora e Fauna Silvestres, alterada pela Lei 41/1997, de 5 de Novembro. Revoga a Lei 15/1975, de 2 de Maio de Espaços Naturais Protegidos.



15/2007/A que estabelece a Rede Regional de Áreas Protegidas dos Açores. A Rede Regional de Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores integra os seguintes tipos de áreas protegidas: Parque Natural de Ilha (PNI) e Parque Marinho do Arquipélago dos Açores (PMA). O PNI é constituído pelas áreas terrestres classificadas no território de cada ilha, podendo abranger ainda áreas marítimas até ao limite exterior do mar territorial e o PMA é constituído pelas áreas marinhas classificadas de acordo com aquele diploma, as quais integram uma única unidade de gestão e se situam para além do limite exterior do mar territorial (Art. 8.º, 9.º e 10.º n.º 1). O PMA visa adoptar medidas dirigidas para a protecção das fontes hidrotermais, montes e outras estruturas submarinas, bem como dos recursos, das comunidades e dos *habitats* marinhos sensíveis, e gerir as fontes hidrotermais, os montes e outras estruturas submarinas classificadas ou outras que venham a ser objecto de classificação no arquipélago dos Açores. A gestão dos locais referidos na alínea anterior, tem por finalidade assegurar a manutenção e preservação da biodiversidade marinha e a adopção de medidas de protecção, valorização e uso sustentado dos recursos marinhos, através da integração harmoniosa das actividades humanas e estudos científicos (Art. 10º, n.º 2 e 3).

A Região Autónoma da Madeira não fez a transposição do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, pois nesta Região Autónoma já existia à data um diploma (Decreto Regional n.º 14/82/M, de 10 de Novembro) que, ao criar o Parque Natural da Madeira, tem entre outros objectivos a protecção da natureza, a manutenção do equilíbrio ecológico e a defesa da paisagem e dos *habitats* naturais através da implementação de áreas protegidas (Decreto Regulamentar Regional n.º 13/93/M, de 25 de Maio).

Relativamente à Região Autónoma de Canárias, esta estabeleceu em consonância com a Lei 4/1989, de 27 de Março sobre Conservação dos Espaços Naturais e da Flora e Fauna Silvestres (Art. 21.º, n.º 2), uma norma jurídica sobre Espaços Naturais de Canárias que se encontram consagradas na Lei 1/2000, de 8 de Maio<sup>29</sup>. Esta Lei tem por finalidade integrar na Rede de Espaços Naturais Protegidos de Canárias os espaços naturais cuja conservação ou restauração assim o requerem, promovendo nestes espaços a investigação científica, a educação ambiental e o encontro do homem com a natureza de forma compatível com a preservação dos seus valores.

---

<sup>29</sup> Revoga a Lei 12/1994 de 19 de Dezembro sobre Espaços Naturais das Canárias.



Analisando os três regimes jurídicos sobre a regulamentação e implementação de RNAP, denota-se que apenas o regime jurídico caboverdiano aborda a possibilidade de se estabelecerem convénios de gestão concertada (Art. 23.º), envolvendo a partilha de gestão parcial ou total de determinadas áreas protegidas entre entidades governamentais, associações comunitárias, ONGAs e entidades internacionais ou programas de cooperação bilateral ou multisectorial.

Dado os três países recorrerem a classificações distintas das suas áreas protegidas, optou-se por resumir na Tabela 7 as designações adoptadas por cada Estado.

De acordo com a Lei 4/1989 de 27 de Março, em Espanha as áreas protegidas dividem-se em dois grupos:

- Espaços naturais protegidos que incluem os parques, reservas naturais, monumentos naturais e paisagens protegidos;
- Parques nacionais.

Em Cabo Verde (Decreto-Lei 3/2003 de 24 de Fevereiro) e Portugal (Decreto-Lei 19/93 de 23 de Janeiro), as áreas protegidas incluem parque nacional, parque natural, reservas naturais, monumentos naturais e paisagem protegida. Nos três países, a definição destas áreas protegidas é semelhante.

Segundo o quadro apenas Cabo Verde inclui sítio de interesse científico nas categorias de áreas protegidas.

Quanto à inclusão do meio marinho nas áreas protegidas, apenas o Estado Português integrou as reservas e parques marinhos nas áreas protegidas a nível nacional. Em Cabo Verde, apesar das categorias citadas na alínea anterior não fazerem parte da classificação das áreas protegidas a nível nacional, o diploma vigente sobre o assunto (Decreto-Lei 3/2003 de 24 de Fevereiro), faz referência às reservas marinhas e parques marinhos, de acordo com o parágrafo acima citado. Em Espanha o diploma em vigor (Lei 4/1989 de 27 de Março) não faz referência às reservas e parques marinhos como áreas protegidas.

**Tabela 7: Categorias de Áreas Protegidas**

<b>Áreas Protegidas</b>	<b>Cabo Verde<sup>30</sup></b>	<b>Espanha<sup>31</sup></b>	<b>Portugal<sup>32</sup></b>
<b>Parques</b>	-	São áreas naturais, pouco transformadas pela exploração ou ocupação humana, que pela beleza da sua paisagem, a representatividade dos seus ecossistemas ou singularidade da sua flora e da sua fauna ou das suas formações geomorfológicas, possuem valores ecológicos, estéticos, educativos e científicos cuja conservação merece uma atenção preferencial.	-
<b>Parque Nacional</b>	São espaços naturais que apresentam um ou vários ecossistemas, geralmente transformados ou não pela exploração e ocupação humana, onde as espécies vegetais e animais, as zonas geomorfológicas e os habitats se evidenciam pelo seu interesse especial do ponto de vista científico, sócioeconómico, educativo e recreativo ou onde existe uma paisagem natural de notável valor estético.	São espaços naturais de alto valor ecológico e cultural que sendo susceptíveis de serem declarados como Parques, se declara a sua conservação de interesse geral da Nação.	É uma área que contenha um ou vários ecossistemas inalterados ou pouco alterados pela intervenção humana, integrando amostras representativas de regiões naturais características, de paisagens naturais e humanizadas, de espécies vegetais e animais, de locais geomorfológicos ou <i>habitats</i> de espécies com interesse ecológico, científico e educacional.
<b>Parque Natural</b>	São espaços amplos que contêm predominantemente sistemas naturais com habitat, espécies ou amostras representativas da biodiversidade do país, onde pode haver população local que aproveite os recursos vivos segundo as práticas tradicionais.	-	É uma área que se caracteriza por conter paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse nacional, sendo exemplo da integração harmoniosa da actividade humana e da natureza e que apresenta amostras de um bioma ou região natural.
<b>Reservas Naturais</b>	São espaços naturais de dimensão variável e especial interesse ecológico e científico; submetidos a um regime de protecção especial e cuja gestão tem por objectivo a salvaguarda e recuperação dos valores que motivaram a sua declaração.	São espaços naturais, cuja criação tem como finalidade a protecção dos ecossistemas, comunidades ou elementos biológicos que, pela sua raridade, fragilidade, importância ou singularidade merecem uma valorização especial.	É uma área destinada à protecção de <i>habitats</i> , da flora e da fauna.
<b>Monumento Natural</b>	São espaços naturais de dimensão moderada, que contêm um ou mais elementos naturais ou culturais de valor excepcional pela sua raridade, singularidade, interesse científico, função cológica ou cultural, e que são protegidos para perpetuar as referidas características, eliminando qualquer acção ou actividade que os altere.	São espaços ou elementos da natureza constituídos basicamente pelas formações de notória singularidade, raridade ou beleza, que merecem ser objecto de uma protecção especial.	Entende-se por uma ocorrência natural contendo um ou mais aspectos que, pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a sua conservação e a manutenção da sua integridade.

<sup>30</sup> Decreto-Lei 3/2003, artigos 4.º (n.º 1), 5.º, 6.º (n.º 1), 7.º, 8.º e 9.º.

<sup>31</sup> Lei 4/1989, artigos 13.º (n.º 1), 14.º, (n.º 1), 16.º (n.º 1), e 17.º. Lei 41/1997, artigo 22, n.º 1.

<sup>32</sup> Decreto-Lei 19/93, artigos 5.º (n.º 1), 6.º (n.º 1), 7.º (n.º 1), 8.º, 9.º (n.º 1). Decreto-Lei n.º 227/98, artigo 1, n.º 2 e 3.

<b>Áreas Protegidas</b>	<b>Cabo Verde<sup>30</sup></b>	<b>Espanha<sup>31</sup></b>	<b>Portugal<sup>32</sup></b>
<b>Paisagem Protegida</b>	São zonas terrestres ou litorais onde a acção integrada do homem e da natureza tenham configurado uma paisagem de qualidade estética ou valor cultural que merecem conservação, centrando-se a protecção na manutenção e restauração dos rasgos estéticos e culturais que as definem.	São lugares concretos do meio natural que, pelos seus valores estéticos e culturais, sejam merecedores de uma protecção especial.	É uma área com paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse regional ou local, resultantes da interacção harmoniosa do homem e da natureza que evidencia grande valor estético ou natural.
<b>Sítio de Interesse Científico</b>	São lugares naturais, geralmente assinalados e de dimensão reduzida, que contêm elementos naturais de interesse científico, amostras ou populações animais e/ou vegetais ameaçadas de extinção ou que merecem medidas específicas de conservação temporal.	-	-
<b>Reservas Marinhas</b>	-	-	Têm por objectivo a adopção de medidas dirigidas para a protecção das comunidades e dos <i>habitats</i> marinhos sensíveis, de forma a assegurar a biodiversidade marinha.
<b>Parques Marinhos</b>	-	-	Têm por objectivo a adopção de medidas que visem a protecção, valorização e uso sustentado dos recursos marinhos, através da integração harmoniosa das actividades humanas.

## **ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE (ENCNB)**

A história tem demonstrado que o processo de desenvolvimento económico e a garantia do bem estar global das sociedades humanas esteve sempre assente numa dependência directa entre o homem e o ambiente o que tem sido traduzida numa utilização desenfreada e irresponsável dos recursos naturais. Esta constatação nasceu da tomada de consciência de que a revolução industrial e o consequente desenvolvimento tecnológico, apesar dos benefícios que trouxeram para a humanidade, provocaram uma série de consequências desastrosas como o êxodo rural, a crescente urbanização, a poluição dos solos, da água e do ar, o esgotamento de importantes recursos naturais e, em suma, a degradação da biodiversidade terrestre e marinha na sua forma mais abrangente (Resolução n.º 3/2000). Face a esses problemas a Convenção sobre a Biodiversidade, ratificada por Cabo Verde, Portugal e Espanha, estabelece a necessidade e obrigação dos Estados membros de elaborarem as estratégias e os planos de acções visando a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica e sua consequente integração nos planos sectoriais que integrados constituem o Plano Nacional de Desenvolvimento (artigo 6, Convenção sobre a Diversidade Biológica).

Os três países elaboraram as respectivas Estratégias Nacionais de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB), as quais resultam não só do compromisso assumido por Portugal, Espanha e Cabo Verde para com a referida Convenção, mas também serve de base às decisões de uma política de conservação e utilização sustentável dos recursos provenientes da diversidade biológica adaptada aos problemas específicos de cada país.

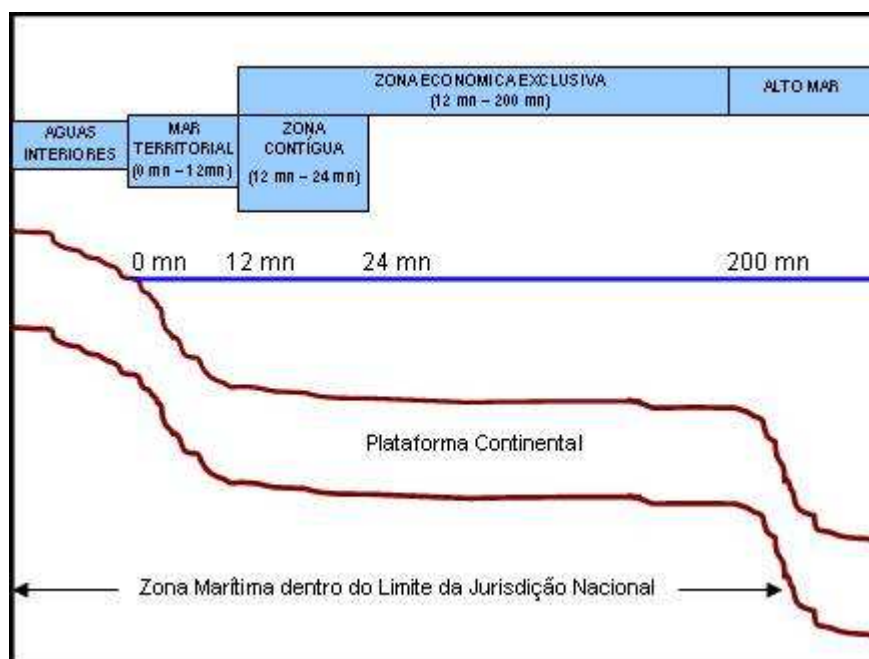
Relativamente à conservação *in situ* a Estratégia Caboverdiana (Resolução n.º 3/2000) propõe “conservar amostras representativas dos diferentes ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos, em áreas protegidas”, tendo em conta os respectivos instrumentos de ordenamento e gestão; a Espanhola (Estrategia Española para la Conservación y el Uso Sostenible de la Diversidad Biológica, 1999) refere como um dos objectivos “consolidar um sistema de áreas protegidas representativos da diversidade biológica incluindo ecossistemas, paisagem e *habitats*, assim como as espécies terrestres e aquáticas, dotado dos instrumentos adequados de planificação, uso e gestão”; e, por último, a ENCNB Portuguesa (Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001) tem como um dos objectivos “aprofundar o conhecimento sobre os ecossistemas marinhos, promover a utilização sustentável dos seus recursos e assegurar a sua salvaguarda,

mediante o estabelecimento e ordenamento de parques e reservas marinhas e a aplicação das necessárias medidas de fiscalização”.

Em suma, os três países estabeleceram como um dos objectivos das respectivas ENCNB, conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos através de implementação de AMPs, mediante instrumentos de planificação, uso e gestão das mesmas.

### DELIMITAÇÃO DA ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA

A zona económica exclusiva é uma área que se encontra adjacente ao mar territorial (Fig. 8), estabelecido pelo Estado através de um regime jurídico específico.



**Figura 8: Delimitação da Zona Económica Exclusiva**

Segundo a UNCLOS, cada Estado exerce uma soberania exclusiva em matéria de conservação, exploração e gestão dos recursos vivos e não vivos que se encontram no fundo do mar e seu subsolo e nas águas superjacentes (Parte V, art. 56, n.º 1, alínea a). Além disso, na Zona Económica Exclusiva cada Estado tem entre outras jurisdições exclusivas, a investigação científica marítima, a protecção e preservação do ambiente marinho (Parte V, art. 56 n.º 1 b) ii, iii).

Fazendo uma análise comparativa das Leis que delimitam as Zonas Económicas Exclusivas dos três países<sup>33</sup> que fazem parte da área de estudo, verifica-se que, em todas elas a definição das jurisdições de cada Estado na referida zona se encontram em conformidade com as estabelecidas pela UNCLOS. Os respectivos Estados comprometem-se a regulamentar a conservação e exploração dos recursos marinhos, bem como a investigação científica marítima e protecção do ambiente marinho, promovendo deste modo o uso sustentável do ecossistema marinho.

### LEI DE BASES DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

A política de ordenamento do território e de urbanismo define e integra as acções promovidas pela Administração Pública, visando assegurar uma adequada organização e utilização do território, na perspectiva da sua valorização, tendo como finalidade o desenvolvimento económico, social e cultural integrado, harmonioso e sustentável (Lei n.º 48/98).

Em Cabo Verde a norma jurídica sobre o Ordenamento do Território Nacional e o Planeamento Urbanístico é estabelecida na Lei n.º 85/IV/93, de 16 de Julho. Em relação à conservação do meio ambiente e dos seus recursos naturais, a referida Lei menciona que *“a organização espacial das actividades com impacto na ocupação, uso e transformação do solo pressupõe a adopção de medidas que visem entre outros a protecção dos recursos naturais, designadamente do solo, ar, água, flora e fauna, por forma a garantir o equilíbrio dos ecossistemas, a permanência dos biótipos, e a salvaguardar as bacias hidrográficas, as faixas costeiras e os solos com aptidão agrícola ou floresta”* (art. 4º b). Para além disso, este diploma prevê os planos especiais de ordenamento do território (PEOTs), vinculativos para todas as entidades públicas e privadas, que concretizam no território as políticas particulares adoptadas para o ambiente, agricultura, a conservação da natureza, o desenvolvimento do turismo e a orla costeira. Nesta óptica, os planos de ordenamento da orla costeira (POOCs)<sup>34</sup> integram-se na categoria de PEOTs (Direcção-Geral do Ambiente, 2007).

A base do actual regime jurídico de gestão da zona costeira em Cabo Verde é a Lei n.º 44/VI/2004, de 12 de Julho, que estabelece o regime jurídico dos bens do domínio

<sup>33</sup> Lei n.º 60/IV/92 de 21 de Dezembro - Delimita a Zona Económica Exclusiva de Cabo Verde; Lei n.º 15/1978 de 20 de Fevereiro - Delimita a Zona Económica Exclusiva Espanhola; Lei n.º 119/78 de 1 de Junho - Delimita a Zona Económica Exclusiva de Portugal.

<sup>34</sup> Em Cabo Verde, os POOCs encontram-se em fase de elaboração.

público marítimo, permitindo assim, assegurar a constituição de uma faixa de protecção na zona costeira (Direcção-Geral do Ambiente, 2007).

Em Portugal, a norma jurídica que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo é a Lei n.º 48/98. No seu art.º 5.º, n.º 3 menciona que *“o ordenamento do território e o urbanismo devem assegurar a salvaguarda dos valores naturais essenciais, garantindo que: os recursos hídricos, as zonas ribeirinhas, a orla costeira, as florestas e outros locais com interesse particular para a conservação da natureza constituem objecto de protecção compatível com a normal fruição pelas populações das suas potencialidades específicas”*. O desenvolvimento das bases da política de ordenamento do território e de urbanismo estabelecidos pela Lei n.º 48/98 foi feito no Decreto-lei n.º 310/2003<sup>35</sup>, visando desenvolver e definir o regime de coordenação de âmbito nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão Territorial (ex: PEOTs).

O ordenamento das zonas costeiras incluindo águas marítimas costeiras e interiores, e respectivos leitos e margens, encontra-se contemplado no Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro que regulamenta a elaboração e a aprovação dos POOC's. No seu art.º 2.º, n.º 2 estabelece que os POOC's têm por objectivos: *“a) o ordenamento dos diferentes usos e actividades específicas da orla costeira; b) a classificação das praias e a regulamentação do uso balnear; c) a valorização e qualificação das praias consideradas estratégicas por motivos ambientais ou turísticos; d) a orientação do desenvolvimento de actividades específicas da orla costeira e e) a defesa e conservação da natureza”*.

Os POOCs são classificados como PEOTs<sup>36</sup>, pois traduzem um compromisso recíproco de compatibilização com o programa nacional da política de ordenamento do território e os planos regionais de ordenamento do território e prevalecem sobre os planos municipais e intermunicipais.

Em relação ao ordenamento do território e urbanismo nas Regiões Autónomas (Açores e Madeira), o Governo Regional dos Açores fez a transposição do Decreto-Lei n.º 380/99 (Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial) para a referida região através do Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A. Quanto ao ordenamento das zonas costeiras, o referido Governo Regional procedeu à transposição

<sup>35</sup> Altera o Decreto-lei n.º 53/2000 que por sua vez altera o Decreto-lei n.º 380/99.

<sup>36</sup> Decreto-Lei 48/98, art.º 10.º, n.º 4 e art.º 33.º.



do Decreto-Lei n.º 309/93 com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 218/94, de 20 de Agosto; 151/95, de 24 de Junho; 113/97, de 10 de Maio, e 380/99, de 22 de Setembro, através do Decreto Legislativo Regional n.º 18/98/A.

Na Região Autónoma da Madeira existe um Plano para o Ordenamento do Território na Região Autónoma da Madeira (POTRAM), estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/95/M. Este plano estabelece as orientações gerais de planeamento e desenvolvimento das intervenções respeitantes ao uso e ocupação do solo, defesa e protecção do ambiente e do património histórico, distribuição da população no território e estrutura da rede urbana. Com efeito, no que diz respeito à conservação das zonas costeiras e marinhas, este Decreto Regional dispõe no seu artº 28º, n.º1 que *“as actividades de exploração de inertes são interditas nos espaços naturais e de protecção ambiental, nos leitos dos cursos de água, nas praias e em toda a orla marítima”*. No artº 28, n.º 3 refere que *“a exploração de areia do fundo do mar não pode ser realizada em contínuo no mesmo local por período superior a quatro meses por ano, sem prejuízo de virem a ser estabelecidas novas orientações provenientes dos estudos em curso sobre a matéria”*.

Assim como a Região Autónoma dos Açores, a Região Autónoma da Madeira também procedeu a adaptações do Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 218/94, de 20 de Agosto; 151/95, de 24 de Junho; 113/97, de 10 de Maio, e n.º 380/99, de 22 de Setembro, relativo à elaboração e aprovação dos POOC's, através do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2002/M, de 28 de Fevereiro, revogada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2002/M, de 15 de Maio de 2002.

Em Portugal, o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial encontra-se consagrado no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) (Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro). O PNPOT é um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional. O PNPOT estabelece como uma das medidas prioritárias implementar um sistema de indicadores da biodiversidade e a recolha de dados para avaliar e monitorizar os ecossistemas costeiros e marinhos, recorrendo aos contributos inovadores da ciência e tecnologia num horizonte de 6 anos (2007-2013).

Ainda, no que diz respeito à protecção e conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos, Portugal desenvolveu as Bases para a Estratégia de Gestão Integrada da



Zona Costeira Nacional<sup>37</sup>, em cumprimento do capítulo VI da Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 30 de Maio de 2002 relativa à execução de Gestão Integrada da Zona Costeira na Europa (2002/413/CE)<sup>38</sup>. O referido documento, que configura apenas uma recomendação pelo que não é vinculativo, tem entre outros objectivos: a qualificação da zona costeira e o desenvolvimento sustentável de actividades e usos específicos e a cooperação internacional e integração comunitária.

De acordo com a Constituição do Reino de Espanha as Comunidades Autónomas têm autonomia em legislar sobre Ordenamento do Território e urbanismo<sup>39</sup>. Neste sentido, sendo Canárias uma das Comunidades Autónomas do Estado Espanhol, possui, à semelhança das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, uma norma jurídica regional sobre Ordenamento do Território e dos Espaços Naturais de Canárias regulamentada pelo Decreto Legislativo 1/2000, de 8 de Maio<sup>40</sup>. De acordo com este Decreto-lei o ordenamento dos recursos naturais de Canárias efectua-se através: a) da busca e consecução de um desenvolvimento sustentável; b) do mantimento dos processos ecológicos essenciais e dos sistemas vitais básicos; c) da preservação da biodiversidade e da singularidade e beleza dos ecossistemas e paisagens e e) a melhoria de qualidade de vida das comunidades locais que se encontram vinculadas nas áreas de influência socio-económica dos espaços naturais protegidos.

Assim como Portugal, Espanha também elaborou uma Estratégia sobre Gestão Integrada das Zonas Costeiras<sup>41</sup>, em cumprimento da recomendação do Parlamento Europeu para que os Estados-Membros desenvolvam este tipo de orientações. Esta Estratégia tem como objectivos a protecção e recuperação dos ecossistemas litorais, a gestão sustentável da interacção entre os processos físicos naturais, e a ocupação da franja costeira. Assim, para alcançar estes objectivos foi elaborada a Estratégia para a Sustentabilidade da Costa incluindo o Mediterrâneo, as Baleares, as Canárias e as regiões de Huelva, Sevilha e Cádiz<sup>42</sup>. Esta Estratégia tem por objectivos: a protecção e

<sup>37</sup> Bases para a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional, Projecto de Relatório do Grupo de Trabalho, 23 de Janeiro de 2006.

([http://ec.europa.eu/environment/iczm/evaluation/iczmdownloads/portugal\\_1.doc](http://ec.europa.eu/environment/iczm/evaluation/iczmdownloads/portugal_1.doc)), última acessão em 11 de Julho de 2007.

<sup>38</sup> Jornal Oficial das Comunidades Europeias. 6.6.2002.

<sup>39</sup> Art. 148, n.º1, 3º (Constituição Espanha, 1978).

<sup>40</sup> Revoga a Lei 9/1999 de 13 de Maio sobre Ordenamento do Território de Canárias.

<sup>41</sup> Gestão Integrada das Zonas Costeiras em Espanha.

([http://ec.europa.eu/environment/iczm/evaluation/iczmdownloads/espana\\_2006.pdf](http://ec.europa.eu/environment/iczm/evaluation/iczmdownloads/espana_2006.pdf)), última acessão em 11 de Julho de 2007.

<sup>42</sup> Estratégia para a Sustentabilidade da Costa. Setembro de 2007.

([http://www.mma.es/secciones/medios\\_comunicacion/prensa/noticias/pdf/ESTRATEGiACOSTA05102007Pre sCONSEJOMINISTROS.pdf](http://www.mma.es/secciones/medios_comunicacion/prensa/noticias/pdf/ESTRATEGiACOSTA05102007Pre sCONSEJOMINISTROS.pdf)), última acessão em 2 de Novembro de 2007.



conservação da integridade dos sistemas litorais e marinhos; garantir o acesso e o uso público da costa para usos comuns de acordo com a sua natureza; e a recuperação e transformação do bordo marítimo nas franjas urbanas e degradadas.

Concluindo, as três normas jurídicas sobre o ordenamento do território dão igual importância à conservação do meio ambiente e protecção dos seus recursos naturais. Para tal, as actividades que implicam o uso e transformação do solo estão obrigadas à adopção de medidas que visem minimizar os impactos negativos causados pelas actividades referidas anteriormente, contribuindo deste modo, para a estabilidade e protecção dos ecossistemas existentes na área de estudo.

Quanto ao ordenamento e planeamento das actividades nas áreas costeiras e marinhas, adoptando medidas que visem conservar, proteger e promover o uso sustentável das mesmas, somente Portugal dispõe de um regime jurídico específico destinado ao ordenamento da orla costeira, os Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOCs) (Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro). Em Cabo Verde os POOCs encontram-se em fase de elaboração, enquanto que em Espanha/Canárias os documentos consultados não fazem referência aos POOCs ou outros planos conceptualmente semelhantes.

#### **DIPLOMAS SOBRE A GESTÃO DOS RECURSOS BIOLÓGICOS MARINHOS**

Esses diplomas, são documentos que estabelecem as normas jurídicas sobre a conservação, protecção e gestão sustentável dos recursos marinhos. Por serem documentos muito específicos, vão ser abordados na mesma secção.

Têm uma importância relevante para a conservação dos recursos marinhos, visando o uso racional dos mesmos, pois determina como devem ser explorados os ecossistemas costeiros e marinhos, através de implementação de medidas que visem minimizar os impactos negativos sobre os mesmos.

Os três países regulamentaram a conservação, protecção e gestão dos recursos biológicos marinhos.

No arquipélago de Cabo Verde a gestão dos recursos biológicos marinhos, encontrava-se regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 17/87 de 18 de Março, no entanto, devido às várias emendas propostas, com excepção da estrutura e dos seus objectivos gerais, este foi revogado e substituído pelo Decreto-Lei 53/2005, de 8 de Agosto. O presente diploma tem por finalidade definir os princípios gerais da política de aproveitamento sustentável dos recursos haliêuticos, estabelecendo normas de acesso

aos referidos recursos, bem como planos de gestão e fiscalização do exercício da pesca e de actividades conexas.

De acordo com o referido diploma, constitui direito e dever do Estado promover o aproveitamento sustentável dos recursos haliêuticos das águas marítimas de Cabo Verde, no quadro da política global de desenvolvimento económico e social do país (art. 2.º, n.º 2). Todavia, o aproveitamento sustentável dos recursos haliêuticos desenvolver-se-á de acordo com os seguintes princípios básicos: a) o princípio da pesca responsável, com adopção de medidas que visem a protecção do ambiente marinho e o uso sustentável dos seus recursos a longo prazo, salvaguardando os interesses legítimos das populações ou comunidades piscatórias, tanto das gerações actuais como vindouras com relevo para as mais dependentes, principalmente as que vivem onde as alternativas são escassas; b) o princípio da equidade intergeracional, em que a actual geração deve respeitar condições que favorecem assegurar às que se seguirem uma diversidade de recursos e níveis de abundância pesqueira análogos aos herdados das gerações anteriores, mas tanto quanto possível melhorados.

No art. 42.º do presente diploma, este menciona que é expressamente proibido o uso nas actividades da pesca materiais explosivos ou de substâncias tóxicas susceptíveis de enfraquecer, atordoar, excitar ou matar espécies ou poluir o meio marinho.

Em Portugal, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2006, de 12 de Dezembro de 2006 aprova a Estratégia Nacional para o Mar, desenvolvida pela Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar (EMAM), criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 128/2005, de 10 de Agosto. De acordo com a Resolução que aprova a Estratégia Nacional para o Mar, *“o objectivo central a atingir com a Estratégia Nacional para o Mar é o de aproveitar melhor os recursos do oceano e zonas costeiras, promovendo o desenvolvimento económico e social de forma sustentável e respeitadora do ambiente, através de uma coordenação eficiente, responsável e empenhada que contribua activamente para a Agenda Internacional dos Oceanos”*.

Em relação ao ambiente e conservação da natureza, a Estratégia Nacional para o Mar prevê como uma das medidas *“assegurar o bom funcionamento e manutenção dos serviços dos ecossistemas marinhos e costeiros, promovendo o conhecimento e protecção da biodiversidade marinha, recuperando habitats degradados e salvaguardando as áreas essenciais para a conservação e gestão dos recursos vivos e não vivos, nomeadamente através da criação de uma rede de áreas marinhas protegidas, assegurando o combate e controlo da poluição, incluindo o efeito das actividades*



*humanas realizadas em meio terrestre sobre o meio marinho, combatendo e prevenindo a introdução de espécies não indígenas e assegurando a monitorização global do estado de saúde do ambiente marinho”* (Capítulo V, alínea f). Ainda, de acordo com a referida Estratégia as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores assumem aqui um papel de destaque pelo seu posicionamento central nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional.

Tendo em conta que as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira têm uma autonomia própria em termos de legislação sobre matérias relacionadas com a conservação, protecção e uso dos recursos vivos e não vivos do meio marinho, nelas existem vários Decretos Legislativos Regionais que regulamentam a conservação, protecção e gestão dos ecossistemas costeiros e marinhos (Anexo VI).

Actualmente, em Espanha não existe uma legislação específica em matéria de protecção dos espaços marinhos. Com efeito, a base normativa geral é a Lei 4/1989, de 27 de Março, sobre Conservação dos Espaços Naturais e da Flora e Fauna Silvestres (modificada pela Lei 41/1997, de 5 de Novembro)<sup>43</sup>. Contudo, na Região Autónoma das Canárias, assim como as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira existem um número considerável de normas jurídicas sobre a conservação, protecção e gestão dos recursos costeiros e marinhos (Anexo VII).

---

<sup>43</sup> ([http://www.mma.es/portal/secciones/biodiversidad/biodiversidad\\_marina/especies\\_marina/espacios\\_naturales/index.htm](http://www.mma.es/portal/secciones/biodiversidad/biodiversidad_marina/especies_marina/espacios_naturales/index.htm)) , última acesso em 12 de Julho de 2007.



## 6. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

As instituições responsáveis pela gestão das AMPs desempenham um papel fundamental na conservação e protecção dos ecossistemas costeiros e marinhos, pois determinam as medidas essenciais que visam minimizar as acções antropogénicas negativas sobre esses ecossistemas. Em cada um dos arquipélagos foram identificadas as instituições responsáveis pela tutela das AMPs e os seus respectivos organigramas.

### 6.1 Açores

O Decreto Regulamentar Regional n.º 38-A/2004/A, de 11 de Dezembro, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 19/2006/A, de 5 de Junho, aprova a estrutura orgânica do IX Governo Regional dos Açores. Esta estrutura integra entre outros órgãos a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM). A SRAM tem as seguintes funções: a) gestão dos recursos hídricos, faunísticos e reservas naturais; b) ordenamento do território e urbanismo; c) fiscalização e educação ambiental; d) orlas costeiras; e) pescas, incluindo os respectivos sectores de transformação e comercialização e f) inspecção regional das pescas.

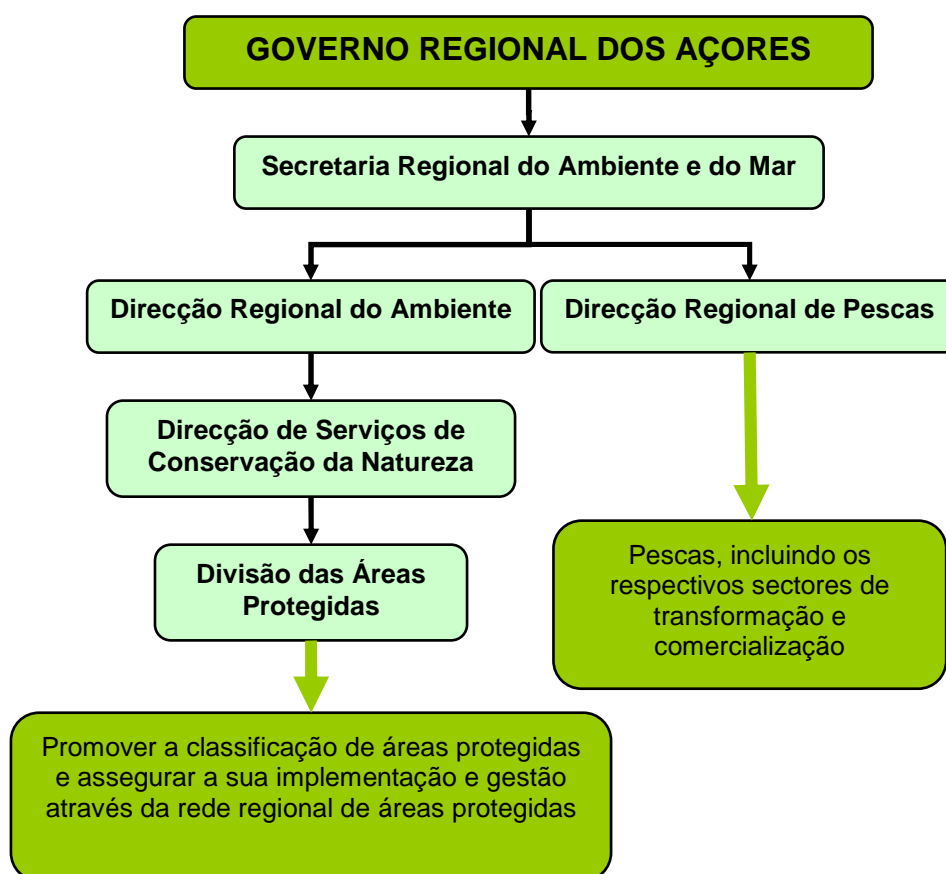
A SRAM para a prossecução dos seus objectivos dispõe de várias Direcções Regionais, dos quais pode-se destacar a Direcção Regional do Ambiente (DRA) e a Direcção Regional das Pescas (DRP). A DRA<sup>44</sup> dispõe entre outros serviços a Direcção de Serviços de Conservação da Natureza (DSCN). Esta assegura o desenvolvimento da estratégia, planos e programas no âmbito da conservação da natureza e diversidade biológica, competindo-lhe, designadamente: promover a classificação de áreas protegidas e assegurar a sua implementação e gestão através da rede regional de áreas protegidas; elaborar os planos de ordenamento das áreas referidas na alínea antecedente e definir os princípios e normas ecológicas com vista à sua salvaguarda e gestão racional e coordenar a rede de vigilância das áreas protegidas. A DSCN, para a prossecução das suas competências, compreende a Divisão das Áreas Protegidas.

Ao Secretário Regional do Ambiente compete entre outras funções promover formas de cooperação, de assistência e de coordenação de acções com outras

---

<sup>44</sup> Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2000/A - Aprova a orgânica e o quadro de pessoal da Secretaria Regional do Ambiente.

entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras (Capítulo I, art. 3º alínea e). Esquematizando temos (Fig. 9):



**Figura 9: Instituições dos Açores**

## 6.2 Madeira

No Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2001/M encontra-se estabelecida as bases da orgânica da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais (SRA).

A SRA compreende vários órgãos e serviços, entre os quais a Direcção Regional do Ambiente (DRAMb), Direcção Regional das Pescas (DRP) e Parque Natural da Madeira (PNM).

Com o Decreto Regulamentar Regional n.º 31/2001/M é aprovado a orgânica da Direcção Regional do Ambiente (DRAmb). A DRAmb, em estreita ligação com o Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, coordena a política de gestão da qualidade do ambiente, da conservação da natureza e da biodiversidade (art. 1º, n.º 2). Compete à DRAmb, entre outras funções coordenar os instrumentos e acções de conservação da natureza, da biodiversidade e a gestão de áreas protegidas (art 2º alínea e).

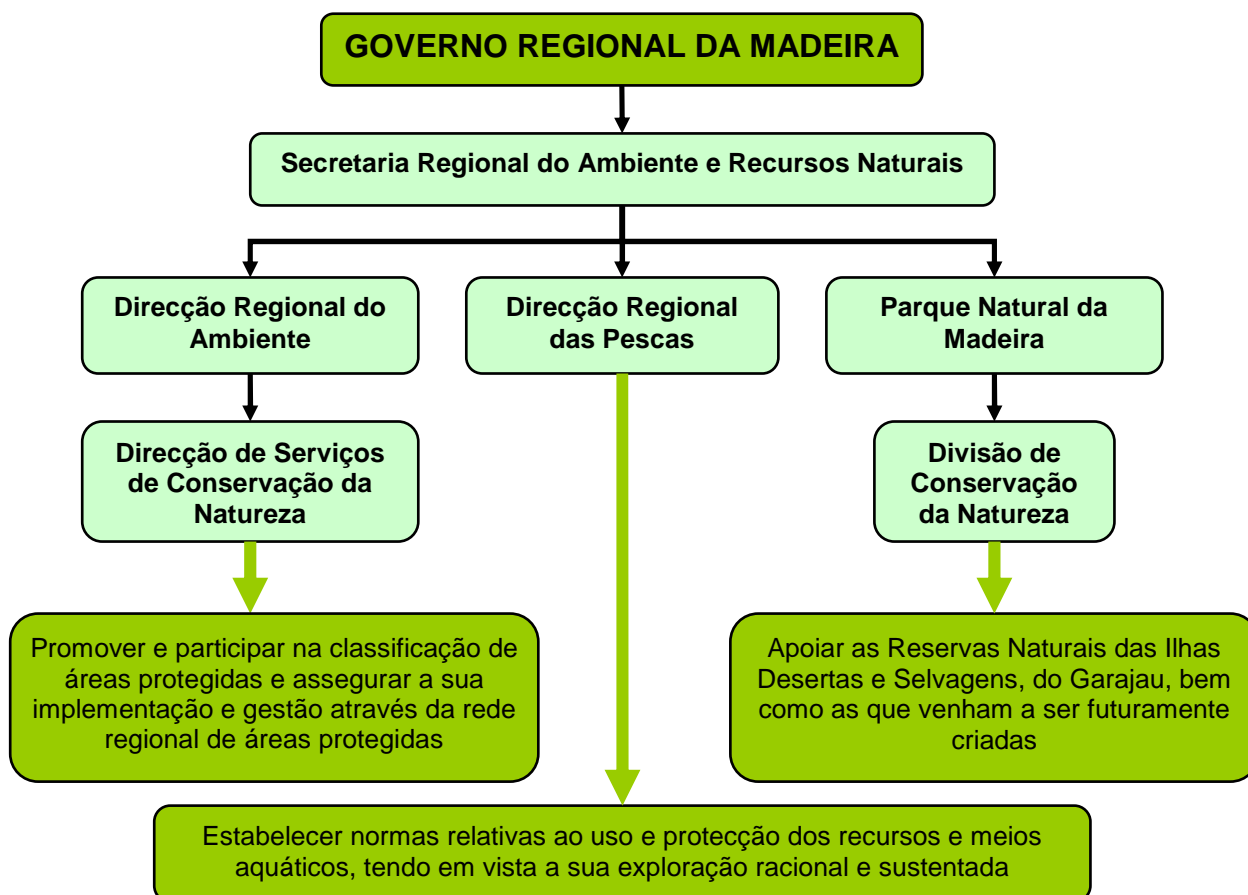
Dos serviços que fazem parte da DRAmb, destaca-se a Direcção de Serviços de Conservação da Natureza (DSCN) (art. 3º, n.º 3 alínea c). A DSCN, para a prossecução das suas competências, compreende as seguintes divisões: a) Divisão dos Serviços de Conservação da Natureza e b) Divisão de Parques Ambientais (art. 11º, n.º 2).

Das competências atribuídas à DSCN, destaca-se os seguintes: c) desenvolver as acções necessárias para a definição e implementação de uma política integrada de conservação da natureza e da biodiversidade e da utilização sustentável dos recursos naturais, em colaboração com outras entidades com competência na matéria; f) promover e participar na classificação de áreas protegidas e assegurar a sua implementação e gestão através da rede regional de áreas protegidas, conjuntamente com outras entidades com competência na matéria e g) gerir parques ambientais, centros de recursos e outras estruturas vocacionadas para a conservação da natureza e lazer, com base na temática ambiental (art. 12º).

O Decreto Regulamentar Regional n.º 18/99/M, de 30 de Novembro de 1999 Altera o Decreto Regulamentar Regional n.º 11/96/M, de 6 de Setembro de 1996 que consagra a orgânica da Direcção Regional de Pescas (DRP). Segundo o presente diploma são atribuídas à DRP entre outras funções: estudar e promover, sem prejuízo das atribuições e competências de outras entidades na matéria, o estabelecimento de normas relativas ao uso e protecção dos recursos e meios aquáticos, tendo em vista a sua exploração racional e sustentada, assim como o respectivo equilíbrio ecológico (art. 2º).

A orgânica do Serviço do Parque Natural da Madeira (PNM) foi estabelecida pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 13/93/M, de 25 de Maio de 1993, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 19/99/M, de 30 de Novembro de 1999. Em conformidade com o Decreto Regulamentar Regional n.º 13/93/M, o PNM tem entre outras funções: promover a execução da política e objectivos definidos pelo Governo Regional na área da protecção e conservação da natureza, sem prejuízo das atribuições e competências reservadas a outros organismos públicos na matéria; empreender as

acções necessárias à conservação de espécies raras, ameaçadas ou vulneráveis e propor a criação de áreas protegidas, assegurando a sua implementação e gestão (art. 2º). Uma das partes integrantes do PNM é a Divisão de Conservação da Natureza (DCN). A DCN é o serviço operativo do PNM com atribuições nos domínios da investigação e da protecção do património genético, da flora, da fauna e espécies em geral (art. 18, nº 1). No entanto, a DCN tem entre outras funções apoiar as Reservas Naturais das Ilhas Desertas e Selvagens, do Garajau, bem como as que venham a ser futuramente criadas e promover as acções necessárias à elaboração dos planos de ordenamento e regulamentação das áreas protegidas. Resumidamente pode-se esquematizar da seguinte forma (Fig. 10):



**Figura 10: Instituições da Madeira**

### 6.3 Canárias

Na Região Autónoma das Canárias a gestão e conservação dos recursos costeiros e marinhos encontra-se sob a tutela da Secretaria Geral de Pesca Marítima, Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação do Governo central e Vice-Concelheria de



Pesca, Conselheria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentação da Região Autónoma das Canárias.

Quando a delimitação das AMPs abrange as águas exteriores a gestão das mesmas é da responsabilidade da Secretaria Geral de Pesca Marítima, Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação do Governo central, como é o caso da Reserva Marinha de Las Palmas (B.O.E. núm. 185 de 3 de Agosto de 2001); quando a delimitação das AMPs abrangem as águas interiores a gestão das AMPs é da responsabilidade da Vice-Concelheria de Pesca, Conselheria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentação da Região Autónoma das Canárias; quando a delimitação das AMPs inclui águas interiores e exteriores a gestão das AMPs é partilhada entre a Secretaria Geral de Pesca Marítima, Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação do Governo de Espanha e Vice-Concelheria de Pesca, Conselheria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentação da Região Autónoma das Canárias (B.O.E. núm 46 de 22 de febrero de 2007), como é o caso das Reservas Marinhas de La Restinga – Mar de Las Calmas (Ilha de El Hierro), Ilha Graciosa e Ilhéus do Norte de Lanzarote.

A Secretaria Geral de Pesca Marítima e a Vice-Concelheria de Pesca tem entre outros objectivos estabelecer medidas dirigidas para a protecção, conservação e manutenção dos recursos marinhos, em coordenação com outros organismos competentes na matéria.

Representando esquematicamente vem (Fig. 11):

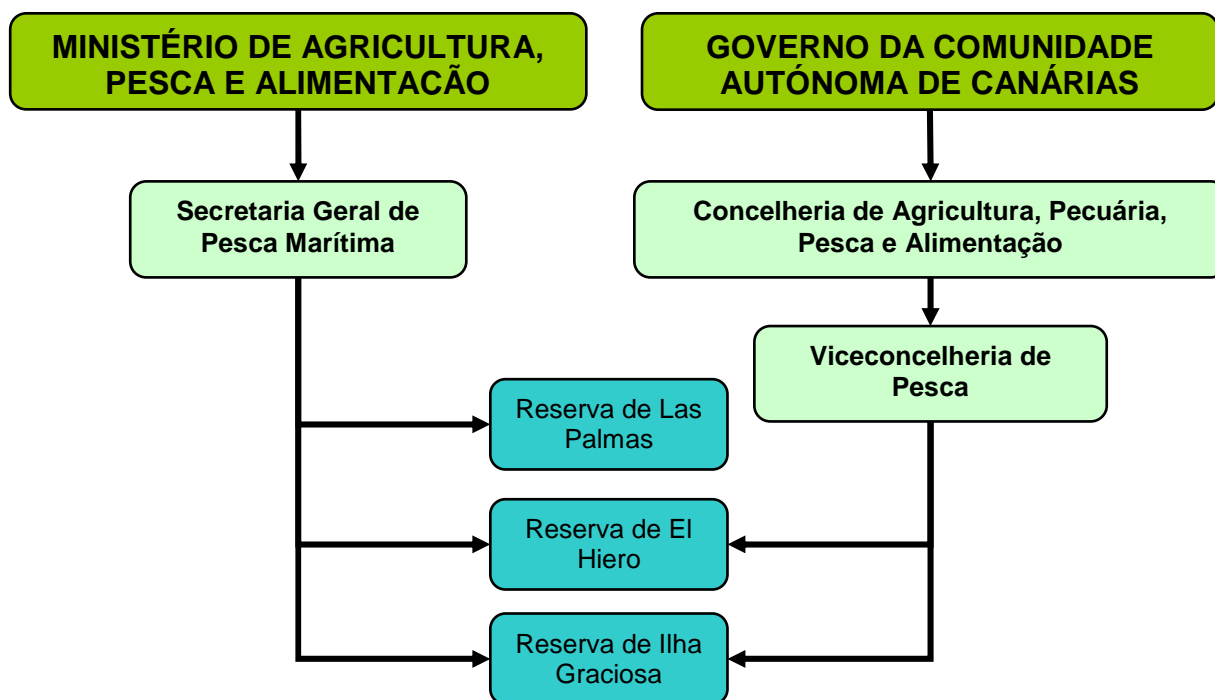


Figura 11: Instituições das Canárias

## 6.4 Cabo Verde

A actual Lei Orgânica do Governo aprovada pelo Decreto-Lei n.º 39/2006, de 10 de Julho, a propósito do reforço das competências do Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Mar, refere-se no seu preâmbulo que “como Estado insular e com uma longa tradição marítima, Cabo Verde não pode deixar de ter uma política integrada para as questões do mar, prosseguindo esforços com vista a criar condições favoráveis à dinamização das actividades marítimas. Em ordem à unidade de orientação na execução do Programa do Governo para este sector importava reunir todas as actividades ligadas ao mar num mesmo ministério. Assim ao anterior Ministério das Infra-estruturas e Transportes é adicionada a área do mar, com o propósito de chamar a atenção para a importância que têm, no quadro do sector produtivo nacional, as pescas e as demais actividades ligadas ao mar – investigação oceanológica, portos e transportes marítimos.” A este Ministério cabe propor, coordenar e executar as políticas de protecção e preservação de recursos marinhos e coordenar o conjunto de actividades relacionadas com o uso e a exploração do mar, do seu leito, da plataforma continental e da zona económica exclusiva. O Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Mar articula-se especialmente com o Ministério do Ambiente e Agricultura em matéria de saneamento

básico, de construção e manutenção de infra-estruturas piscatórias e de gestão do meio ambiente marinho e ambiente em geral (Direcção-Geral do Ambiente, 2007).

O Ministério do Ambiente e da Agricultura, outra entidade com intervenção e competências na gestão costeira e marinha, tem também um destaque especial na parte preambular da Lei Orgânica do Governo ao se referir que “o quadro estratégico e político definido no programa do Governo para a agricultura e desenvolvimento rural e o ambiente justifica a criação de um departamento governamental específico, em ordem a traduzir, na prática, as políticas nele preconizadas nas áreas da agricultura, da dinamização da economia agro-alimentar e agro-ambiental, do apoio ao desenvolvimento rural, da dinamização da aquacultura, da fiscalização higiénico-sanitária animal e da qualidade agro-alimentar, bem como na gestão do ambiente e dos recursos naturais” (Direcção-Geral do Ambiente, 2007).

Esquemmatizando vem (Fig. 12):

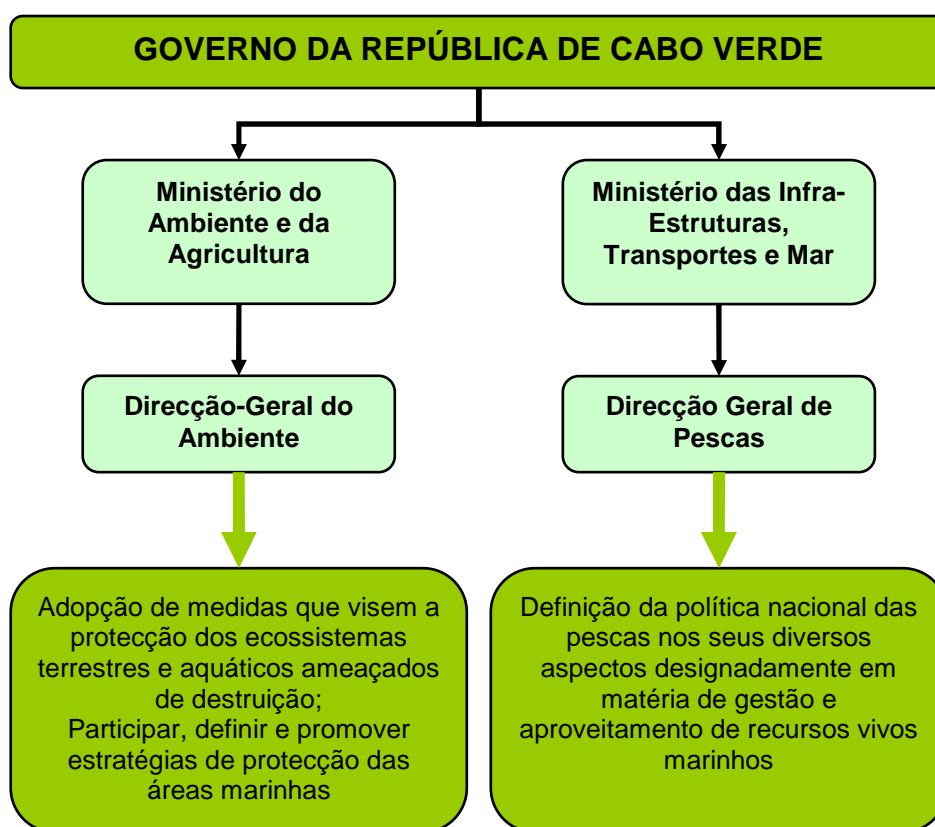


Figura 12: Instituições de Cabo Verde



Em suma, ao fazer uma análise comparativa a nível das Instituições que tutelam as AMPs em cada um dos arquipélagos, nomeadamente Açores, Canárias e Madeira verifica-se que, apenas na Comunidade Autónoma de Canárias existe uma gestão conjunta das AMPs entre o Governo Central (Secretaria Geral de Pesca Marítima ) e o Governo Regional (Viceconcelheria de Pesca).

Com excepção das Canárias, nos restantes arquipélagos os Departamentos responsáveis pela conservação, protecção e manutenção dos recursos marinhos são: Direcção-Geral do Ambiente (DGA) e a Direcção Geral das Pescas (DGP).

No que concerne à conservação dos recursos naturais existentes em cada arquipélago, nomeadamente os recursos costeiros e marinhos, todas as Direcções ou Divisões que tutelam a conservação, protecção e manutenção desses recursos, comprometem-se a adoptar uma gestão concertada em coordenação com outros organismos/entidades competentes na matéria.

## **7. PLANOS DE ORDENAMENTO E DE GESTÃO DAS AMPs**

### **7.1 Objectivos dos Planos de Ordenamento e Planos de Gestão**

As ENCNBs estabelecidas pelos três países determinam a necessidade de estabelecer planos para as áreas protegidas.

Os Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas são definidos na legislação portuguesa como planos especiais de ordenamento do território (PEOTs). Estes planos estabelecem o zonamento, assim como os usos preferenciais, condicionados e interditos, os quais são determinados por critérios de conservação da natureza e da biodiversidade, por forma a compatibilizá-la com a fruição pelas populações (Decreto-Lei n.º 310/2003).

Na legislação caboverdiana, os planos de Ordenamento de Áreas Protegidas, também são definidos como planos especiais de ordenamento do território (PEOTs), que identificam os interesses públicos de nível sectorial por ele protegido e, consoante o caso, estabelecem as provisões e restrições (Lei n.º 85/IV/93).

Como referido no Capítulo 5 (Enquadramento Legal Nacional), em Espanha a elaboração dos planos de ordenamento de áreas protegidas é da responsabilidade das comunidades autónomas. Neste sentido, nas Canárias os Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas são designadas por Planos e Normas de Espaços Naturais Protegidos. Estes por sua vez também são planos especiais de ordenamento do território, e estabelecem sobre a totalidade do seu âmbito territorial as determinações necessárias para definir a ordenação pormenorizada completa do espaço, com o grau de detalhe suficiente para legitimar os actos de execução, bem como estabelecer as divisões em zonas distintas segundo as exigências de protecção (Decreto Legislativo 1/2000).

Um plano de ordenamento de uma área protegida só por si pouco significará para a gestão da mesma, uma vez que determina apenas as permissões e restrições, mas não evidencia as medidas e acções necessárias para gerir os recursos naturais de uma forma sustentável.

Os Planos de Gestão de Áreas Protegidas são planos que estabelecem medidas e acções necessárias que visam conservar e proteger a biodiversidade, em especial as espécies que se encontram em estado crítico, através do uso sustentável dos recursos naturais.



É fundamental gerir as áreas classificadas com interesse para a conservação da natureza com o mesmo rigor e eficácia com que se gerem as empresas, pelas seguintes razões (Costa, 2004 *in* Gil, 2006):

- As comunidades e ecossistemas podem mudar dada a sua dinâmica, e é necessário gerir para manter ou incrementar os valores ecológicos;
- É necessário gerir para avaliar ininterruptamente a compatibilidade entre os usos do sítio pelo homem e o seu valor para a gestão e conservação;
- Uma gestão eficaz garante uma boa comunicação entre a gestão de um sítio, a população que nele vive, e todos os interesses económicos e tutelas políticas que nele incidem.

Na área de estudo, apenas Açores e Canárias possuem planos/propostas de ordenamento e gestão de algumas AMPs. De realçar que em Cabo Verde os planos de gestão e de ordenamento se encontram em fase de elaboração e na Madeira não existem.

Nos Açores existem as seguintes propostas de planos: sete propostas de planos de gestão para as Zonas de Protecção Especial (ZPEs), as quais incluem zonas costeiras; e quatro propostas de ordenamento e/ou gestão de SICs e AMPs.

Nas Canárias, embora não existam planos de gestão e ordenamento específicos para as reservas marinhas existentes, o Parque Natural do Arquipélago Chinijo tem um plano de ordenamento e gestão (*Plan Rector de Uso e Gestión de Parque Natural do Arquipélago Chinijo*), o que não deixa de ser de assinalar dado esta área protegida incluir uma reserva marinha (Reserva Marinha da Ilha Graciosa e Ilhéus do Norte de Lanzarote).

## **7.2 Análise Comparativa dos Planos de Ordenamento e de Gestão**

Como foi referido no capítulo anterior, dos arquipélagos que fazem parte da Província Biogeográfica da Macaronésia, apenas Açores e Canárias possuem Propostas/Planos de Ordenamento e de Gestão de algumas das suas AMPs.

Para uma melhor ilustração comparativa desses planos, optou-se por resumir na Tabela 8 os aspectos mais relevantes dos planos.

**Tabela 8: Planos de Ordenamento e Gestão das AMPs dos Açores e Canárias**

Arquipélagos	Propostas/Planos de Ordenamento e Gestão das AMPs existentes	Objectivos	Elementos de Ordenamento	Elementos de Gestão	Observações
Açores	Proposta de Plano de Gestão para a ZPE “Capelinhos” (Faial)	Manter e melhorar o local em questão como uma parte integrante da rede de Zonas de Protecção Especial do arquipélago dos Açores, para o benefício das populações de aves selvagens com importância internacional.	✖	✓	Todos os planos evidenciam medidas e acções que serão desenvolvidas para gestão da biodiversidade que se encontra nas ZPEs
	Proposta de Plano de Gestão para a ZPE “Contendas” (Terceira)	Manter e melhorar o local em questão como uma parte integrante da rede de Zonas de Protecção Especial do arquipélago dos Açores, para o benefício de espécies nidificantes de importância internacional, principalmente o garajau-rosado.	✖	✓	
	Proposta de Plano de Gestão para a ZPE “Costa do Corvo”	Melhorar os <i>habitats</i> existentes na ZPE e área envolvente a fim de manter e aumentar as colónias de aves marinhas.	✖	✓	
	Proposta de Plano de Gestão para a ZPE “Costa das Flores”	Melhorar os <i>habitats</i> existentes na ZPE e na área envolvente, principalmente nos ilhéus da Alagoa e Baixa do Moinho, a fim de manter e aumentar as colónias de aves marinhas.	✖	✓	
	Proposta de Plano de Gestão para a ZPE “Ilhéu da Praia” (Graciosa)	Melhorar os <i>habitats</i> existentes no ilhéu da Praia para manter e aumentar as colónias de aves marinhas e promover a investigação científica dirigida à conservação.	✖	✓	
	Proposta de Plano de Gestão para a ZPE “Ilhéu do Topo e Costa Adjacente” (São Jorge)	Melhorar os <i>habitats</i> existentes no ilhéu do Topo para aumentar as colónias de aves marinhas e promover a investigação científica dirigida à conservação da natureza.	✖	✓	
	Proposta de Plano de Gestão para a ZPE “Ilhéu da Vila” (Santa Maria)	Melhorar os <i>habitats</i> existentes no ilhéu da Vila para manter e aumentar as colónias de aves marinhas e promover a investigação científica dirigida à conservação da natureza no local.	✖	✓	
	Proposta Técnico-Científica de Gestão da Componente Marinha do Complexo de Sítios de Interesse Comunitário (SICs) do Canal Faial-Pico	Gerir o ambiente marinho do Canal Faial-Pico de forma a salvaguardar a sua importância para a Conservação da Natureza.	✓	✖	Apenas faz referência ao zonamento da área, actividades permitidas e interditas
	Proposta Técnico-Científica de Ordenamento do Sítio de Interesse Comunitário do Ilhéu das Formigas e Recife Dollabarat	Conservar e gerir o ambiente marinho em redor dos Ilhéus das Formigas e Recife Dollabarat de forma a salvaguardar o seu valor para a Conservação da Natureza.	✖	✓	Não especifica zonamento, permissões e interdições.
	Proposta Técnico-Científica de Gestão do Banco das Formigas (Proposta para Reserva Marinha)	Conservar e gerir o ambiente marinho do Banco de forma a salvaguardar o seu valor para a conservação da natureza.	✓	✖	Apenas focaliza o zonamento, interdições e permissões

	Proposta Técnico-Científica de Ordenamento e Gestão da envolvente marinha do Corvo	Gerir o ambiente marinho da ilha do Corvo de forma a preservar a sua importância para a Conservação da Natureza ao mesmo tempo que se beneficiam as comunidades locais.	✓	✓	é essencialmente um plano de ordenamento
<b>Canárias</b>	<i>Plan Rector de Uso e Gestión de Parque Natural do Arquipélago Chinijo</i> (inclui entre outros a Reserva Marinha da Ilha Graciosa e Ilhéus do Norte de Lanzarote)	(...) Estabelecer regimes de ordenação e uso tanto para os habitantes do parque como para os visitantes; Conservação e recuperação dos ecossistemas marinhos, assim como a utilização sustentável dos recursos pesqueiros; Conservação das aves marinhas; (...)	✓	✗	Inexistência de medidas e acções que visam gerir a biodiversidade existente no Parque

✓ Identificado

✗ Não identificado



Existe uma certa discrepância na elaboração dos planos específicos de ordenamento e de gestão das AMPs.

Nos Açores, os planos de gestão incidem totalmente sobre o zonamento, isto é, permissões e interdições necessárias a ter em conta dentro das mesmas. Assim, as medidas e acções necessárias para gerir os recursos que se encontram dentro das AMPs não se encontram especificadas.

Já o plano de ordenamento da AMP não evidencia nem o zonamento da área, nem as permissões e interdições que se deve estabelecer dentro da mesma, mas refere algumas medidas de gestão a ter em conta na conservação dos recursos naturais que ali se encontram.

Quando se trata de planos simultaneamente de ordenamento e de gestão da AMP no mesmo arquipélago, existe uma maior incidência no ordenamento da AMP (zonamento, permissões e interdições) e pouquíssimas medidas de gestão dos recursos biológicos.

Nas Canárias, o *Plano de Uso e Gestión de Parque Natural do Arquipélago Chinijo* evidencia muito bem o zonamento, permissões e interdições dentro do parque, mas não especifica as medidas de gestão dos recursos naturais em presença.

Os objectivos apresentados pelos planos de ordenamento e de gestão das AMPs nos dois arquipélagos são semelhantes, pois tanto nos Açores como nas Canárias o objectivo é conservar e proteger os ecossistemas costeiros e marinhos. Com excepção dos recursos pesqueiros (nas Canárias) e das aves marinhas que constituem alvo de protecção nos dois arquipélagos, os planos não especificam mais nenhuma espécie como sendo alvo de protecção.

Em suma, nos dois arquipélagos, no que diz respeito aos planos específicos de ordenamento e de gestão das AMPs, há uma maior incidência no ordenamento das AMPs do que no estabelecimento de medidas práticas para a gestão dos recursos que levaram à classificação das respectivas áreas, isto é, há planos de gestão designados como tal, mas que conceptualmente configuram um plano de ordenamento.

Apesar de existir um défice de planos de ordenamento e inexistência de planos de gestão das AMPs na Província Biogeográfica da Macaronésia, tem-se desenvolvido vários planos/projectos de conservação das espécies emblemáticas residentes na referida província, sendo esses planos/projectos de âmbito nacional/autonómico, envolvendo apenas um arquipélago, ou uma acção conjunta em mais do que um arquipélago na conservação das referidas espécies. Deste modo, para além dos

projectos MARÊ, OGAMP, MARMAC referidos no Capítulo 3, pode-se ainda destacar os seguintes:

- Plano de recuperação da foca-monge (*Monachus monachus*) no Atlântico, aprovado no ano 1996, no âmbito do projecto LIFE (Fundo Europeu sobre Conservação da Natureza), financiado pela União Europeia, Ministério do Meio Ambiente (Espanha) e o Governo de Canárias. Este plano tinha entre outros objectivos: fomentar a criação de novas populações de foca-monge no arquipélago das Canárias, de modo a promover a interconexão com as colónias existentes no arquipélago da Madeira e Cabo Branco (Sahara Ocidental), mediante a conservação e melhoria dos *habitats* potenciais disponíveis e reintrodução de exemplares.
- Projecto de apoio à conservação de *Caretta caretta* e *Tursiops truncatus* nas Ilhas Canárias, desenvolvido em 2002. O objectivo principal deste projecto era contribuir para a protecção da tartaruga marinha (*Caretta caretta*) e o roaz (*Tursiops truncatus*) nas águas das Canárias.
- Projecto sobre ecologia e estrutura populacional de roazes e cachalotes nos Açores: relação com as características do *habitat*, desenvolvido em 2001, tendo entre outros objectivos identificar os factores ecológicos que determinam a distribuição e estrutura social dos cetáceos naquele arquipélago.
- Projecto Macetus, desenvolvido entre 2004-2005, que tinha por finalidade estudar a estrutura populacional, a distribuição, os movimentos locais, regionais e inter-regionais das 4 espécies de cetáceos (*Physeter macrocephalus*, *Globicephala macrorhynchus*, *Tursiops truncatus*, *Stenella frontalis*) existentes na Macaronésia (Açores, Canárias e Madeira), tendo em conta a forma como estes animais utilizam os seus *habitats*.
- Planos sobre conservação das tartarugas marinhas em Cabo Verde e nas Canárias, tendo por objectivo principal realizar estudos em conjunto sobre a viabilidade da reintrodução das tartarugas marinhas nos dois arquipélagos. Este plano encontra-se inserido no Programa de Cooperação 2005–2007 assinado entre o Governo de Cabo Verde e o Governo das Canárias, visando uma maior cooperação económica e social entre os dois arquipélagos, bem como proporcionar uma maior integração territorial impulsionando o desenvolvimento sustentável social, económico e ambiental.
- Desenvolvimento de uma Estratégia Regional (Madeira) para a protecção da tartaruga marinha *Caretta caretta*.

## 8. ACÇÕES A DESENVOLVER

Em consonância com o objectivo principal deste trabalho, o actual estado de estabelecimento e gestão de AMPs nos quatro arquipélagos é favorável a uma governança conjunta do meio marinho na Província Biogeográfica da Macaronésia. Tal permitiu delinear um conjunto de acções que poderão ser desenvolvidas pelos quatro arquipélagos, de modo a facilitar uma gestão conjunta/transfronteiriça dos ecossistemas costeiros e marinhos na referida província, visando o uso sustentável dos mesmos. As acções anteriormente referidas têm por base os elementos essenciais da governança (quadros legais internacionais, nacionais e quadros institucionais) identificados para os três países que fazem parte da área de estudo.

A metodologia adoptada para a definição das acções abaixo listadas baseou-se na *Guidelines for Marine Protected Areas* da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), que tem como uma das recomendações elaborar projectos de acordos internacionais sobre a conservação da natureza e dos seus recursos. Estas acções consistem em:

- **Identificação de instituições em cada arquipélago que poderão servir de *focal point*** para a gestão integrada das AMPs na Província da Macaronésia - No arquipélago dos Açores será a Direcção Regional do Ambiente, no arquipélago da Madeira, também a Direcção Regional do Ambiente, no arquipélago das Canárias a Viceconselheria de Pescas e no arquipélago de Cabo Verde a Direcção-Geral do Ambiente.
- **Cooperação entre os vários “*focal point*”** referidos anteriormente - Esta cooperação tem por objectivo principal a partilha de informação, meios técnicos e humanos na conservação dos ecossistemas marinhos.
- **Definição de objectivos de conservação marinha comuns** - Tendo em conta que existe parceria entre alguns arquipélagos no que concerne a protecção e conservação de algumas espécies marinhas (ex.: parceria entre Cabo Verde, Canárias e Madeira na protecção das tartarugas marinhas), seria interessante a colaboração de todos os arquipélagos na conservação e protecção não só das espécies com estatuto crítico, mas dos ecossistemas costeiros e marinhos em geral.
- **Interacção entre os vários “*focal point*” e outros grupos de interesse locais**, nomeadamente as comunidades piscatórias, no delineamento dos planos de

ordenamento e gestão das AMPs - Para que a gestão integrada das AMPs na Província da Macaronésia seja um sucesso é fundamental a envolvimento dos vários grupos de interesse que se encontram ligados às zonas costeiras.

- **Empreender processos de monitorização e avaliação conjunta**, visando a caracterização das espécies endémicas, comerciais, carismáticas e migratórias - Os processos de monitorização permitem avaliar não só o efectivo populacional antes e depois da implementação das AMPs, mas também contribui para o delineamento dos programas e medidas de minimização de efeitos nefastos sobre as espécies citadas anteriormente. Entretanto, seria uma mais valia para a sustentabilidade destas espécies na Província, se os programas e as medidas referidas na alínea anterior fossem traçados de uma forma conjunta envolvendo os quatros arquipélagos.
- **Elaboração de programas conjuntos sobre educação e sensibilização ambiental** relativamente à conservação e protecção dos ecossistemas costeiros e marinhos - A conservação, protecção e gestão dos ecossistemas costeiros e marinhos, alicerçada num conhecimento e sensibilização ambiental eficaz por parte das comunidades locais, constitui um dos contributos relevantes para a sustentabilidade desses ecossistemas e a sua perpetuidade intergeracional. Deste modo, uma elaboração conjunta de programas relacionados com a educação e sensibilização ambiental ao nível da Província constitui uma mais valia para o sucesso da gestão integrada das AMPs ali existentes.
- **Elaboração conjunta de planos de conservação e de gestão das espécies prioritárias que migram entre os quatros arquipélagos** - Dado que existem espécies que migram entre os quatros arquipélagos, como é o caso das tartarugas marinhas, das baléias, dos golfinhos, roazes, aves marinhas e outros, a elaboração conjunta de planos de conservação e protecção destas espécies a nível de cada arquipélago é de grande importância, uma vez que em conjunto serão identificados os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças relacionados com a conservação e protecção dos mesmos. A identificação destes pontos permitirá delinear medidas e programas eficazes para uma gestão sustentável dos recursos acima mencionados.

De uma forma resumida, temos (Fig. 13):

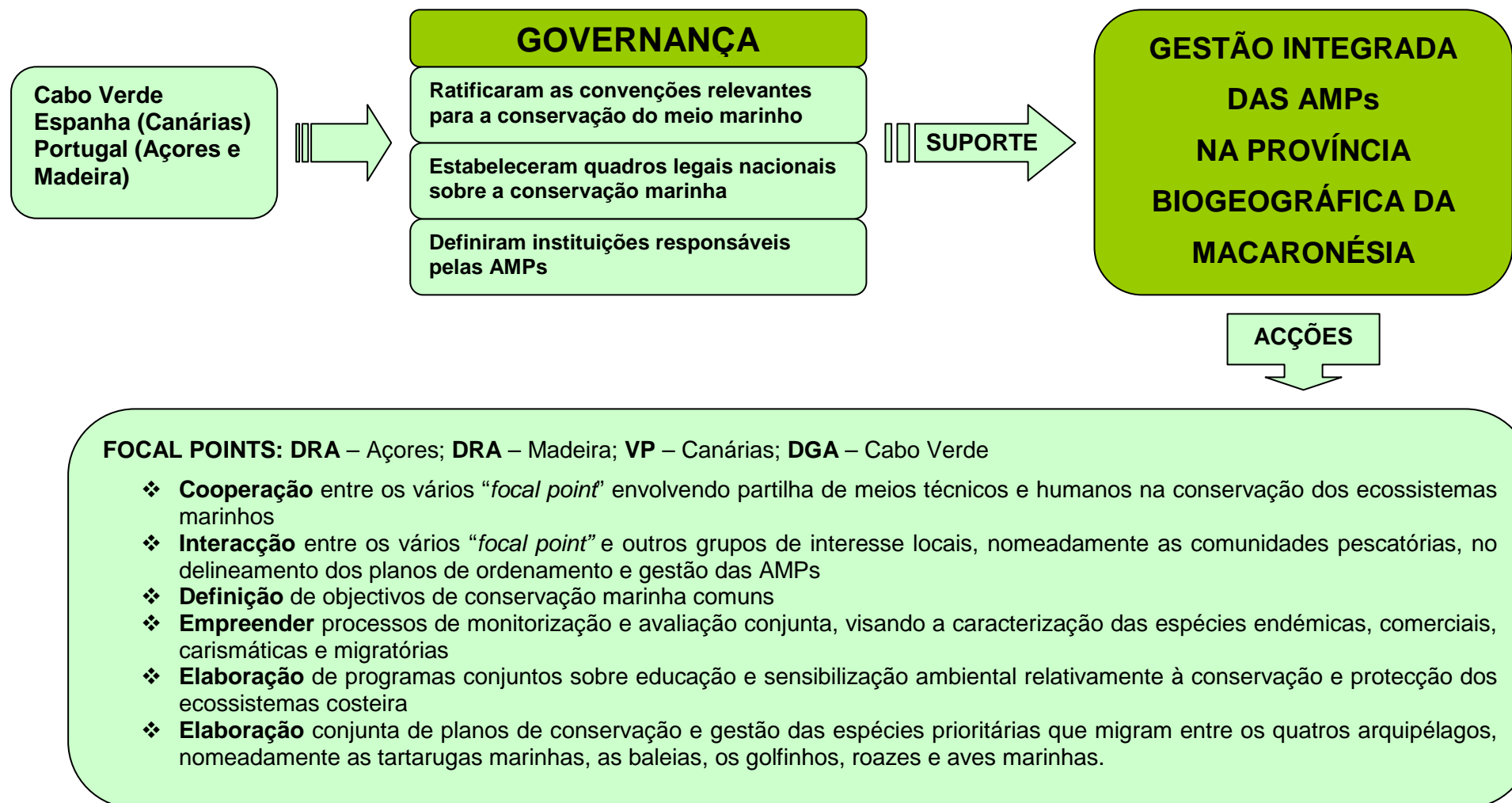


Figura 13: Acções a desenvolver pelos quatro arquipélagos

## **9. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

### **9.1. Governança (quadros legais internacionais, nacionais e/ou regionais e institucionais)**

A governança constitui um factor relevante para a eficácia da conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos. Com efeito, o funcionamento das instituições e a aplicação das normas legais nacionais e internacionais determinam o modo como são conduzidas as acções de conservação e protecção do meio marinho.

Conclui-se que os quatro arquipélagos da Província Biogeográfica da Macaronésia detêm os elementos da governança considerados necessários para uma gestão conjunta/transfronteiriça do meio marinho. Esses elementos são: a ratificação das principais convenções internacionais e regionais (Convenção Ramsar, Convenção CITES, Convenção sobre a Diversidade Biológica, Convenção sobre o Direito do Mar, Convenção Africana (1968), Convenção de Berna, entre outros); a existência de legislação ao nível nacional e autonómico sobre conservação da natureza, em particular do meio marinho, e sobre áreas marinhas protegidas (Constituição, Lei de Bases do Ambiente, Lei sobre Ordenamento do Território, Estratégia Nacional sobre a Conservação da Biodiversidade, entre outros); a existência de instituições com mandatos relacionados com as áreas marinhas protegidas existentes (Direcções Regionais do Ambiente dos Açores e da Madeira, Direcção-Geral do Ambiente de Cabo Verde e Viceconcelheria de Pesca das Canárias). Salienta-se no entanto o facto de as AMPs das Canárias terem como objectivo principal a gestão das pescas e não a conservação da biodiversidade marinha.

Os três países ratificaram os instrumentos legais internacionais e regionais considerados relevantes para a conservação e protecção dos ecossistemas costeiros e marinhos da Província, embora Cabo Verde tenha ratificado um menor número que Portugal e Espanha.

Em relação aos quadros legais nacionais, existem vários diplomas estabelecidos quer a nível nacional quer a nível autonómico sobre conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos, sendo de destacar o actual estado de implementação de AMPs em cada um dos arquipélagos (Tabelas 1, 2, 3 e 4), constituindo exemplos da implementação de quadros legais e internacionais a nível nacional e autonómico. No entanto, é de

salientar que relativamente aos planos específicos de ordenamento e de gestão das AMPs há muito por fazer, pois actualmente apenas existem cinco propostas/planos (4 nos Açores e 1 nas Canárias), os quais são essencialmente planos de ordenamento das AMPs. Isto é, não existem planos específicos de gestão das AMPs na Província da Macaronésia.

Em todos os arquipélagos existem entidades responsáveis pela implementação e gestão das AMPs, as quais também estão mandatadas para cooperarem entre si.

A conservação, protecção e gestão sustentável dos ecossistemas costeiros e marinhos da Província Biogeográfica da Macaronésia contribuem não só para a salvaguarda das espécies endémicas que ali se encontram, mas também para o desenvolvimento económico e social das populações locais. Neste sentido, tendo em conta o défice de planos de ordenamento e inexistência dos planos de gestão das AMPs, fazem-se as seguintes recomendações:

- Definição regional dos conteúdos mínimos de um plano de ordenamento, de um plano de gestão e de um plano de ordenamento e gestão de uma AMP;
- Adopção de uma estrutura e conteúdos comuns dos planos (ordenamento e gestão);
- Troca de informação entre as entidades com mandato relativo às AMPs, no sentido de adoptarem uma abordagem comum aos problemas de conservação com que se deparam;
- Tendo em conta que existem vários projectos de investigação conjuntos entre Canárias, Açores e Madeira (Projecto MARÈ, OGAMP, MARMAC) no âmbito da conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos, ponderar a possibilidade de alargar o âmbito geográfico de futuros projectos de investigação de modo a incluir também Cabo Verde.

No caso particular de Cabo Verde, a conservação costeira e marinha encontra-se numa fase inicial, pelo que se depara com inúmeros factores que tendem a ameaçar a gestão dos ecossistemas costeiros e marinhos. Este foi o único arquipélago para o qual foram realizadas entrevistas, dada a reduzida disponibilidade de informação. Assim, tendo em conta as informações vinculadas pelos entrevistados e outra informação recolhida, é possível apresentar recomendações direccionadas para as especificidades de Cabo Verde:





- Elaboração de planos de ordenamento e gestão das AMPs, em consonância com a conservação da natureza, principalmente das AMPs que se encontram localizadas nas áreas turísticas;
- Gestão concertada das AMPs, envolvendo todos os grupos de interesse que se encontram nas zonas costeiras;
- Uma melhor fiscalização e vigilância das praias Caboverdianas, onde se verifica a desova das tartarugas, de modo a reduzir as capturas das mesmas;
- Melhor vigilância e fiscalização em todas as praias, de modo a minimizar o impacto da extracção de areias;
- Incluir nos programas do Governo acções/práticas que visam minimizar impactos sobre a captura de tartarugas marinhas e extracção de inertes;
- Uma participação activa das Câmaras Municipais, comunidades locais, ONGAs e entidades com responsabilidades nas zonas costeiras e marinhas na conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos;
- Incluir nos programas lectivos escolares, nos diferentes níveis de ensino, temáticas sobre a conservação e protecção dos ecossistemas costeiros e marinhos.

## **9.2. Gestão Conjunta/Transfronteiriça das AMPs na Província Biogeográfica da Macaronésia**

Tendo em conta as recomendações da UICN sobre a implementação das AMPs ao nível das províncias biogeográficas, no sentido da adopção de medidas de gestão sustentável dos seus recursos naturais, a implementação da gestão conjunta/transfronteiriça das AMPs da Província Biogeográfica da Macaronésia permitirá gerir de forma mais integrada as problemáticas comuns ligada aos ecossistemas costeiros e marinhos. Neste sentido, recomenda-se o seguinte:

- Identificação de instituições em cada arquipélago que poderão servir de *focal point* para a gestão integrada das AMPs na Província da Macaronésia;
- Definição de objectivos comuns de conservação marinha;
- Cooperação e interacção entre os vários “*focal point*” e outros grupos de interesse locais, nomeadamente as comunidades piscatórias, no delineamento dos planos de ordenamento e gestão das AMPs;
- Empreender processos de monitorização e avaliação conjunta, visando a caracterização das espécies endémicas, comerciais, carismáticas e migratórias;





- Elaboração de programas conjuntos sobre educação e sensibilização ambiental relativamente à conservação e protecção dos ecossistemas costeiros e marinhos; e
- Elaboração conjunta de planos de conservação e de gestão das espécies prioritárias que migram entre os quatros arquipélagos, nomeadamente as tartarugas marinhas, as baleias, os golfinhos, roazes, aves marinhas entre outros.

## 10. BIBLIOGRAFIA

- Aguilar-Perera, A., Schärer, M., Valdés-Pizzini, M. (2006). Marine protected areas in Puerto Rico: Historical and current perspectives. *Ocean & Coastal Management* 49: 961-975.
- Almeida, J. T., Correia, M. A., Tavares, M. M., Pastor, O.T., Barros, T. P. L. (2003). *Plano de Gestão dos Recursos da Pesca*. Gabinete de Estudos e Planeamento. Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas. Praia. República de Cabo Verde, 262 p.
- Alves, A. S. (2005). *Contribuição para o conhecimento do Lobo Marinho (Monachus monachus, Hermann, 1779) na Ilha da Madeira*. Estágio Profissionalizante da Licenciatura em Biologia Aplicada aos Recursos Animais Marinhos. Faculdade de Ciências. Universidade de Lisboa, 53 p.
- Barber, J. C., Francisco-Ortega, J., Santos-Guerra, A., Turner, K.G., Jansen, R. K. (2002). Origin of Macaronesian Sideritis L. (Lamioideae: Lamiaceae) inferred from nuclear and chloroplast sequence datasets. *Molecular Phylogenetics and Evolution* 23: 293-306.
- Benchimol, C., Gomes, S., Merino, S. E., Vera, G. (2003). *Plano Intersectorial: Ambiente e Gestão Sustentável da Biodiversidade*. Gabinete de Estudos e Planeamento. Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas. Praia. República de Cabo Verde, 68 p.
- Biller, D. (2003). *Harnessing Markets for Biodiversity: Towards Conservation and Sustainable Use*. Organisation for Economic Co-operation and Development Working Group on Economic Aspects of Biodiversity, 137 p.
- Borges, P.A.V., Cunha, R., Gabriel, R., Martins, A.F., Silva, L. and Vieira, V. (eds.) (2005). *A list of the terrestrial fauna (Mollusca and Arthropoda) and flora (Bryophyta, Pteridophyta and Spermatophyta) from the Azores*. Direcção Regional do Ambiente and Universidade dos Açores, Horta, Angra do Heroísmo and Ponta Delgada, 317 p.
- Burgherr, P. (2007). In-depth analysis of accidental oil spills from tankers in the context of global spill trends from all sources. *Journal of Hazardous Materials* 140: 245-256.
- Burgt, C.V. D. (1994). Dealing with contaminated dredged materials with reference to the Oslo Convention 1972 and the new Paris Convention 1992. *Marine Pollution Bulletin* 29: 296-299.
- Calvo, M. (1993). Suggestions for the Establishment of Marine Reserves in Cape Verde. In: *First Symposium "Fauna and Flora of the Atlantic Islands"*. Museu Municipal do Funchal, 14 p.
- Carneiro, G. (2007). The parallel evolution of ocean and coastal management policies in Portugal. *Marine Policy* 31:421-433.
- Cicin-Sain, B., Knecht, R. W. (1998). *Integrated Coastal and Ocean Management. Concepts and Practices*. Washington D.C.: Island Press, 517 p.



Commission Européenne (1998). *Macaronésie: Liste de référence des types d'habitats et espèces présents dans la région*. Doc. Mac/B/final 3 (adopt. Com. Hab. 04/98), 8 p ([http://biodiversity.eionet.europa.eu/activities/Natura\\_2000/Ref-mac](http://biodiversity.eionet.europa.eu/activities/Natura_2000/Ref-mac)), última acessão em 5 de Novembro de 2007.

Cruz, Andreia (2001). *Ecologia e Estrutura da População de Roazes (*Tursiops truncatus*) na área envolvente das Ilhas do Faial e Pico*. Relatório de Estágio realizado no âmbito da licenciatura em Biologia Aplicada aos Recursos Animais – Variante marinhos. Faculdade de Ciências. Universidade de Lisboa. 38 p.

De Nooij, R.J.W., Lotterman, K.M., van de Sande, P.H.J., Pelsma, T., Leuven, R.S.E.W., Lenders, H.J.R. (2006). Validity and sensitivity of a model for assessment of impacts of river floodplain reconstruction on protected and endangered species. *Environmental Impact Assessment Review* 26: 677-695.

Delegação da Comissão Europeia (2003). *25 Anos de Cooperação UE/Cabo Verde*. República de Cabo Verde, 31 p. ([http://www.delcpv.cec.eu.int/pt/eu\\_e\\_cv/documentos/revista\\_pt.pdf](http://www.delcpv.cec.eu.int/pt/eu_e_cv/documentos/revista_pt.pdf)), última acessão em 21 de Fevereiro de 2007.

Direcção-Geral do Ambiente (2002). *Segundo Relatório Nacional sobre o Estado da Biodiversidade em Cabo Verde*. (Projecto CVI/00/G41/A/1G/99). Ministério da Agricultura e Pescas. Praia. República de Cabo Verde, 114 p.

Direcção-Geral do Ambiente (2007). *Estudo sobre o Inventário e Análise da Legislação Nacional Existente Relacionada com a Protecção Marinha e Costeira*. Projecto de “Conservação Marinha e Costeira”. Praia. República de Cabo Verde, 81 p.

Direcção Regional do Ambiente (2000). *Plano Regional da Política de Ambiente*. Opções Estratégicas e Medidas de Intervenção. Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais. Região Autónoma da Madeira, 99 p.

European Commission (2006). *EEC–Cape Verde agreement: Draft fisheries partnership agreement between the European Community and the Republic of Cape Verde*. Bulletin of the European Union, 7/8-1990, point 1.3.263.

European Environment Agency (2003). *Europe's environment: the third assessment*. Biological diversity, 230-249 p.

Ferreira, T. M. C. (2001). *Abundância relativa de tartaruga-comum *Caretta caretta* (Linnaeus, 1758) na ZEE da Madeira*. Relatório de Estágio da Licenciatura em Biologia Aplicada aos Recursos Animais. Faculdade de Ciências. Universidade de Lisboa, 33 p.

Formia, A., Tiwari, M., Fretey, J., Billes, A. (2003). Sea Turtle Conservation along the Atlantic Coast of Africa. *Marine Turtle Newsletter* 100: 33-37.

García-Talavera, F. C. (2003). *La Macaronesia (consideraciones geológicas, biogeográficas y paleoecológicas)* (<http://elquanche.net/macaronesiav2003.htm>), última acessão em 6 de Março de 2007.



Gil, Artur J. F. (2006). *Proposta Metodológica para a Elaboração de Planos de Gestão de Sítios da Rede Natura 2000*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental pela Universidade dos Açores. Departamento de Biologia. Universidade dos Açores, 123 p.

González Henríquez, N., Benchimol, C., Soares, M. C., Nevez, K. (Coords.) (Ano desconhecido). *Evaluación de los ecosistemas y recursos marinos de la Bahía de Murdeira (Isla de Sal, Cabo Verde)*. Instituto Canario de Ciencias Marinas, com WWF/Adena.

Graham, J., Amos, B., Plumptre, T. (2003). Principles for Good Governance in the 21<sup>st</sup> Century. Policy Brief No.15 – August 2003. Institute on Governance, Canada. (<http://www.ioq.ca/publications/policybrief15.pdf>), última acesso em 8 de Agosto de 2007).

Grant, S. M. (2005). The applicability of international conservation instruments to the establishment of marine protected areas in Antarctica. *Ocean & Coastal Management* 48: 782-812.

Hassan, D. (2006). *Protecting the Marine Environment from Land-Based Sources of Pollution: Towards Effective International Cooperation*. Ashgate Publishing, 233 p.

ICN (2006). Plano Sectorial da Rede Natura 2000. Aves Marinhas Migradoras. ([http://www.icn.pt/psrn2000/caracterizacao\\_valores\\_naturais/FAUNA/aves/Aves%20marinhas%20migradoras.pdf](http://www.icn.pt/psrn2000/caracterizacao_valores_naturais/FAUNA/aves/Aves%20marinhas%20migradoras.pdf)), última acesso em 30 de Outubro de 2007.

IUCN General Assembly Resolutions 17.38 (1988).

Jordan, A., Wurzel, R. K. R., Zito, A. R. (2003). *New Instruments of Environmental Governance? – National Experiences and Prospects*. Environmental Politics V.12, n.º 1, Frank Cass Publishers, First edition, London.

Kameri-Mbote, P., Cullet, P. (1999). *Biological Diversity Management in Africa: Policy Perspectives* (<http://www.ielrc.org/content/w9902.pdf>), última acesso em 4 de Novembro de 2006.

Karstensen, K. H., Kinh, N. K., Thang, L. B., Viet, P. H., Tuan, N. D., Toi, D. T., Hung, N. H., Quan, T. M., Hanh, L. D., Thang, D. H. (2006). Environmentally sound destruction of obsolete pesticides in developing countries using cement kilns. *Environmental Science & Policy* 9: 577-586.

Kelleher, G. (1999). *Guidelines for Marine Protected Areas*. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK. xxiv + 107p.

Kelleher, G., Recchia, C. (1998). Editorial – lessons from marine protected areas around the world. *Parks*, 8 (2): 1- 4.

Lima, A. R. (2000). A Assembleia Nacional de Cabo Verde e a Protecção do Ambiente. In: Cysne, M., Amador, T. (Eds.) (2000). *Direito do Ambiente e Redacção Normativa: teoria e prática nos países lusófonos*. UICN, Gland, Suíça, Cambridge, Reino Unido e Bona, Alemanha. xiv + 182 p.



Macías-Zamora, J. V. (1996). Distribution of hydrocarbons in recent marine sediments off the coast of Baja California. *Environmental Pollution* 92: 45-53.

Miller, A. K. (2007). Climate variability and tropical tuna: Management challenges for highly migratory fish stocks. *Marine Policy* 31: 56-70.

Ministério do Ambiente (1999). *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade*. 124 p.

Mitchell, K. (1998). European Seminar on Implementing the *Habitats* Directive in Marine and Coastal Areas: Background Paper. In: Coffey, C. (Ed.) (1998). *Implementing the Habitats Directive in Marine and Coastal Areas*. Proceedings of a Seminar Held at Morecambe Bay. England 22 - 24 June 1997. European Commission, 62 p.

Morillo, C., Gómez-Campo, C. (2000). Conservation in Spain, 1980–2000. *Biological Conservation* 95: 165-174.

Nascimento, J. R. (2004). *Cabo Verde e o Direito do Mar*. A preservação dos recursos marinhos à luz da Convenção de Montego Bay e da legislação de Cabo Verde. Edição do Autor. Cidade da Praia, 381 p.

Neves, K., Évora, Z. (Ano desconhecido). *Reserva Natural da Baía da Murdeira*. Projecto de Conservação Marinha e Costeira, WWF Cabo Verde. Brochura de divulgação, 10 p.

Ofiara, D. D., Seneca, J. J. (2006). Biological effects and subsequent economic effects and losses from marine pollution and degradations in marine environments: Implications from the literature? *Marine Pollution Bulletin* 52: 844-864.

Primack, R. B. (2002). *Essentials of Conservation Biology*. Sinauer Associates, Inc. Publishers, Third Edition, Sunderland/Massachusetts U.S.A, 564 p.

Primack, R. B. (2006). *Essentials of Conservation Biology*. Sinauer Associates, Inc. Publishers, Fourth Edition, Sunderland/Massachusetts U.S.A, 585 p.

Ray, G. C., McCormick-Ray, J. (2003). *Coastal-Marine Conservation: Science and Policy*. Blackwell Publishing, 330 p.

Ramos, M. A., Lobo, J. M., Esteban, M. (2001). Ten years inventorying the Iberian fauna: results and perspectives. *Biodiversity and Conservation* 10: 19-28.

Sampford, C. (2002). Environmental governance for biodiversity. *Environmental Science & Policy* 5: 79-90.

Santos, F. D., Forbes, K., Moita, R. (2002). *Climate Change in Portugal: Scenarios, Impacts and Adaptation Measures*. Lisboa, Gradiva, 454 p.

Sundseth, K. (2006). *Natura 2000 in the Macaronesian Region*. European Commission.



Sunyer, C. (Ed.) (2000). *Guia para o financiamento da Rede Natura 2000 na Região Biogeográfica Macaronésica (Açores, Madeira e Canárias)*. Terra. La Navata (Madrid), 66 p.

Thorne-Miller, B. (1999). *The Living Ocean: Understanding and Protecting Marine Biodiversity*. Second Edition. Island Press, 240 p.

UICN [1980]. *Estratégia Mundial de Conservação*. Base de trabalho.

Vallack, H. W., Bakker, D. J., Brandt, I., Broström-Lundén, E., Brouwer, A., Bull, K. R., Gough, C., Guardans, R., Holoubek, I., Jansson, B., Koch, R., Kuylenskierna, J., Lecloux, A., Mackay, D., McCutcheon, P., Mocarrelli, P., & Taalman, R. D. F. (1998). Controlling persistent organic pollutants—what next? *Environmental Toxicology and Pharmacology* 6: 143-175.

Viceconcelheria do Meio Ambiente (2000). *Programas de Conservação. Acção de Viabilidade para a Estabilização da População Atlântica da Foca Monge*. Governo de Canárias (<http://www.gobcan.es/cmayerot/medioambiente/biodiversidad/ceplam/vidasilvestre/plan10.html>), última acessão em 25 de Outubro de 2007.

Vieira, J. M. (2007). *Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo*. Uma perspectiva estratégica. Editorial Verbo, 253 p.

Vierros, M. (2007). *Approaches to biogeographic classification of the world's oceans*. Presented as a background document at the CCAMLR Bioregionalisation Workshop (Brussels, Belgium, 13-17 August 2007). United Nations University Institute of Advanced Studies (<http://www.cbd.int/doc/meetings/mar/ewsebm-01/other/ewsebm-01-vierros-en.pdf>), última acessão em 9 de Outubro de 2007.

Wells, S., Burgess, N., Ngusaru, A. (2007). Towards the 2012 marine protected area targets in Eastern Africa. *Ocean & Coastal Management* 50: 67-83.

Wendy, J. (2006). Diplomatic immunity and trafficking of endangered species: what's the connection? *Conservation Without Borders*. 20.<sup>a</sup> reunião anual da *Society for Conservation Biology*.

## **Legislação da República de Cabo Verde**

Constituição Caboverdiana de 1992. Constituição da República de Cabo Verde. Revisão 1999. Praia: Assembleia Nacional, 2000.

Decreto-lei 65/90, de 18 de Agosto de 1990. Regula o Exercício da pesca Amadora. Boletim Oficial da República de Cabo Verde N.º 33.

Decreto de 21 de Junho de 1911, de 22 de julho de 1911. Regulamento para o exercício da pesca de esponjas no arquipélago de Cabo Verde. Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde n.º 29.

Decreto n.º 27:560, de 12 de Março de 1937. Regula o exercício da pesca nas águas territoriais do império Colonial Português. Lisboa: Diário do Governo, I Série, N.º 59.

Decreto-Lei 495/1973, de 13 de Outubro de 1973. Determina várias medidas de protecção contra a poluição das águas, praias e margens no ultramar.

Decreto-Lei n.º 518/73, de 31 de Dezembro de 1973. Regulamenta o exercício da pesca desportiva nas províncias ultramarinas. Praia: Boletim Oficial de Cabo Verde, 5º Suplemento N.º 52.

Decreto-lei 17/87, de 18 de Março de 1987. Estabelece o regime de protecção e de gestão dos recursos biológicos marinhos existentes em Cabo Verde. Boletim Oficial da República de Cabo Verde. Suplemento ao N.º 11.

Decreto-lei 97/87, de 5 de Setembro de 1987. Estabelece normas para a implementação de determinados regulamentos do Decreto-Lei n.º 17/87. Compendium des législations des pêches des Etats africains riverains de l'océan Atlantique, Document No. 31 (II ed.), Vol. I, December 1995, pp. 206-220.

Decreto-Legislativo n.º 14/V/97, de 1 de Julho de 1997. Regulamenta um conjunto de matérias contempladas na LBA como protecção de espaços naturais, paisagens, sítios, monumentos e espécies protegidas. Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 25.

Decreto-lei 69/97, de 3 de Novembro de 1997. Disciplina a extração da areia nas dunas e nas águas interiores. Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 42.

Decreto-Lei n.º 2/2002, de 21 de Janeiro de 2002. Proíbe a extração de areia nas dunas e nas águas interiores. Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, n.º 2.

Decreto-Regulamentar n.º 7/2002, de 30 de Dezembro de 2002. O presente diploma estabelece medidas de conservação e protecção das espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção, enquanto componente da biodiversidade e parte integrante do património natural de Cabo Verde. Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, n.º 37.

Decreto-lei n.º 3/2003, de 24 de Fevereiro de 2003. Estabelece o regime Jurídico dos espaços naturais, paisagens, monumentos e lugares que, pela sua relevância para a





biodiversidade, pelos seus recursos naturais, função ecológica, interesse sócio-económico, cultural, turístico ou estratégico, merecem uma protecção especial e integrar-se na Rede Nacional das Áreas Protegidas. Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, n.º 5.

Decreto-lei n.º 40/2003, de 27 de Outubro de 2003. Estabelece a finalidade da Reserva Natural de Santa Luzia. Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, n.º 36.

Decreto-Lei n.º 53/2005, de 8 de Agosto de 2005. Define as directrizes gerais sobre o uso sustentável das pescarias. Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, n.º 32.

Diploma Legislativo n.º 10/72, de 26 de Julho de 1972. Regulamenta a pesca da lagosta. Compendium des législations des pêches des Etats africains riverains de l'océan Atlantique Document No. 31 (II ed.), Vol. I, December 1995, pp. 196 and 197.

Lei n.º 41/II/84, de 18 de Junho de 1984. Aprova o Código da Água incluindo águas marítimas interiores e territoriais. Suplemento ao Boletim Oficial da República de Cabo Verde, N.º 24.

Lei n.º 79/III/90, de 29 de Junho de 1990. Declara como reservas naturais a Ilha de Santa Luzia e todos os Ilhéus que integram o arquipélago de Cabo Verde. Boletim Oficial da República de Cabo Verde n.º 5.

Lei n.º 60/IV/92, de 21 de Dezembro de 1992. Delimita a Zona Marítima Caboverdiana (ZEE). Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 24.

Lei n.º 85/IV/93, de 16 de Julho de 1993. Define as bases do Ordenamento do Território e o planeamento Urbanístico. Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série N.º 25.

Lei n.º 86/IV/93, de 26 de Julho de 1993. Lei de base do Ambiente. Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 27.

Portaria n.º 196, de 23 de Julho de 1879. Regulamenta o exercício da pesca do coral nos mares do arquipélago. Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde N.º 31.

Resolução n.º 3/2000. Aprova a Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade.

Resolução n.º 3/2005, de 21 de Fevereiro de 2005. Plano de Gestão dos Recursos Pesqueiros. Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, n.º 8.

Resolução no 14/2005, de 25 de Abril de 2005. Aprova o Segundo Plano Nacional de Acção para o Ambiente -PANA II, no horizonte 2004-2014, como instrumento de implementação da política nacional no domínio do ambiente. Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, n.º 17.

Resolução n.º 158/VI/2006, de 9 de Janeiro de 2006. Aprova o livro branco sobre o Estado do ambiente. Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, n.º 2.



## **Legislação da República Portuguesa**

Decreto-Lei n.º 119/78, de 1 de Junho de 1978. Define «Zona Económica Exclusiva» e fixa os seus limites. Diário da República, I SÉRIE, N.º125.

Decreto-Lei n.º 176-A/88, de 18 de Maio de 1988. Revê a disciplina jurídica dos planos regionais de ordenamento do território. Diário da República, I SÉRIE, N.º 115.

Decreto-Lei n.º 367/90, de 26 de Novembro de 1990. Dá nova redacção aos artigos 3.º, 9.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 176-A/88, de 18 de Maio (planos regionais de ordenamento do território. Diário da República, I SÉRIE, N.º 273.

Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro de 1993. Estabelece as Redes Nacionais das Áreas Protegidas. Diário da República, I SÉRIE-A, N.º19.

Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro de 1993. Regulamenta a elaboração e a aprovação dos planos de ordenamento da orla costeira. Diário da República, I SÉRIE-A, N.º206.

Decreto-Lei n.º 227/98, de 17 de Julho de 1998. Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro (estabelece normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas – Reservas Marinhas ou Parques Marinhos). Diário da República, I SÉRIE-A, N.º163.

Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril de 1999. Revê a transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril (relativa à conservação das aves selvagens), e da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (relativa à preservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens). Revoga os Decretos-Leis n.os 75/91, de 14 de Fevereiro, 224/93, de 18 de Junho, e 226/97, de 27 de Agosto. Diário da República, I SÉRIE-A, N.º206.

Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro de 2003. Desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, provação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial. Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 284.

Lei n.º 9/70, de 19 de Junho de 1970. Conservação da Natureza. Diário do Governo, I SÉRIE, N.º141.

Lei n.º 613/76, de 27 de Julho de 1976. Revoga a Lei n.º 9/70. Diário da República, I SÉRIE, N.º 174.

Lei n.º 33/77, de 28 de Maio de 1977. Fixa a largura e os limites do mar territorial e estabelece uma zona económica exclusiva de 200 milhas do Estado Português. Diário da República, I SÉRIE, N.º124.

Lei n.º 11/87, de 7 de Abril de 1987. Lei base do ambiente. Diário da República, I SÉRIE, N.º 81.



Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto. Diário da República, I SÉRIE – A, N.º155.

Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto de 1998. Estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo. Diário da República, I SÉRIE-A, N.º184.

Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro de 2007. Aprova Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/95, de 24 de Abril de 1995. Plano Nacional da Política do Ambiente. Diário da República, I SÉRIE-B, N.º 94.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de Outubro de 2001. Adota a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Diário da República, I SÉRIE-B, N.º236.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 128/2005, de 10 de Agosto de 2005. Criou a Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar (EMAM). Diário da República, I SÉRIE-B, N.º153.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2006, de 12 de Dezembro de 2006. Aprova a Estratégia Nacional para o Mar. Diário da República, I SÉRIE, N.º237.

### **Legislação da Região Autónoma dos Açores**

Decreto Regional n.º 10/82/A, de 18 de Junho de 1982. Cria a Reserva Natural da Lagoa do Fogo. Diário da República, I SÉRIE, N.º 138.

Decreto Regional n.º 14/82/A Regional, de 8 de Julho de 1982. Cria a Reserva Natural da Caldeira do Faial. Diário da República, I SÉRIE, N.º 155.

Decreto Legislativo Regional n.º 13/84/A, de 20 de Fevereiro de 1984. Cria a reserva natural parcial do ilhéu do Topo, situado na costa nascente da ilha de São Jorge. Diário da República, I SÉRIE, N.º 43.

Decreto Legislativo Regional n.º 27/84/A, de 1 de Setembro de 1984. Estabelece as zonas de pesca na Região Autónoma dos Açores. Diário da República, I SÉRIE, N.º 203.

Decreto Legislativo Regional n.º 11/88/A, de 4 de Abril de 1988. Cria a Reserva Natural dos Ilhéus das Formigas. Diário da República, I SÉRIE, N.º 78.

Decreto Legislativo Regional n.º 8/90/A, de 17 de Maio de 1990. Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 11/88/A. Diário da República, I SÉRIE, N.º 113.

Decreto Legislativo Regional n.º 21/93/A, de 23 de Dezembro de 1993. Aplicação à região do regime jurídico estabelecimento pelo Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro (Rede Nacional da Áreas Protegidas). Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 298.



Decreto Legislativo Regional n.º 18/98/A, de 9 de Novembro de 1998. Adaptação à Região Autónoma dos Açores do Decreto-Lei n.º 309/93 - Regula a elaboração do POOC. Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 259.

Decreto Legislativo Regional n.º 9/99/A, de 22 de Março de 1999. Disciplina as actividades de observação de cetáceos nos Açores. Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 68.

Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A, de 23 de Maio de 2000. Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial. Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 119.

Decreto Legislativo Regional n.º 18/2002/A, de 16 de Maio de 2002. Adapta à Região o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, que procede à revisão da transposição para o direito interno das directivas comunitárias relativas à conservação das aves selvagens (Directiva Aves) e à conservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens (Directiva *Habitats*). Diário da República, I SÉRIE-A.

Decreto Legislativo Regional n.º 10/2003/A, de 22 de Março de 2003. Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 9/99/A. Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 69.

Decreto Legislativo Regional n.º 26/2003/A, de 27 de Maio de 2003. Reclassifica a Reserva Natural dos Ilhéus das Formigas em Reserva Natural Regional dos Ilhéus das Formigas (Reserva Natural). Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 122.

Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2004/A, de 20 de Maio de 2004. Classifica as zonas de protecção especial (ZPE) da Região Autónoma dos Açores. Diário da República, I SÉRIE-B, N.º 118.

Decreto Legislativo Regional n.º 22/2004/A, de 3 de Junho de 2004. Reclassifica a Reserva Natural Regional do Ilhéu de Vila Franca do Campo. Diário da República, I SÉRIE-A.

Decreto Legislativo Regional n.º 5/2005/A, de 13 de Maio de 2005. Classificação da Reserva Natural Regional do Figueiral e Prainha, na ilha de Santa Maria. Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 93.

Decreto Legislativo Regional n.º 9/2005/A, de 27 de Maio de 2005. Classificação da paisagem protegida de interesse regional do Barreiro da Faneca e Costa Norte, na ilha de Santa Maria. Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 102.

Decreto Legislativo Regional n.º 20/2006/A, de 6 de Junho de 2006. Aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores. Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 109.

Decreto Legislativo Regional n.º 56/2006/A, de 22 de Dezembro de 2006. Classifica o Parque Natural Regional do Corvo. Diário da República, I SÉRIE, N.º 245.

Propostas de Planos para os Açores:



Meirinho, A., M. Pitta Groz & A. G. Silva (2002). *Proposta de Plano de Gestão da Zona de Protecção Especial Ilhéu do Topo e Costa Adjacente*. Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, Horta.

Meirinho, A., M. Pitta Groz, A. G. Silva & M. Bolton (2002). *Proposta de Plano de Gestão para a Zona de Protecção Especial Capelinhos*. Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, Horta.

Meirinho, A., M. Pitta Groz & A. G. Silva (2003). *Proposta de Plano de Gestão da Zona de Protecção Especial Ilhéu da Praia*. Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, Horta.

Meirinho, A., M. Pitta Groz, A. G. Silva & M. Bolton (2002). *Proposta de Plano de Gestão para a Zona de Protecção Especial "Contendas"*. Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, Horta.

Meirinho, A., M. Pitta Groz, A. G. Silva & M. Bolton (2002). *Proposta de Plano de Gestão para a Zona de Protecção Especial Costa do Corvo*. Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, Horta.

Meirinho, A., M. Pitta Groz, A. G. Silva & M. Bolton (2003). *Proposta de Plano de Gestão da Zona de Protecção Especial Ilhéu da Vila*. Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, Horta.

Meirinho, A., M. Pitta Groz & A. G. Silva (2002). *Proposta de Plano de Gestão para a Zona de Protecção Especial "Costa das Flores"*. Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, Horta.

Tempera, F., P. Afonso, T. Morato, S. Gubbay, T. Dentinho, M. Silva, R. Prieto, F. Cardigos, M.J. Pitta & R. Serrão Santos (2001). *Proposta Técnico-Científica de Gestão dos Sítios de Interesse Comunitário do Canal Faial-Pico*. Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, Horta.

Tempera, F., F. Cardigos, P. Afonso, T. Morato, M. J. Pitta, S. Gubbay & R. Serrão Santos (2002). *Proposta Técnico-Científica de Ordenamento e Gestão da Envolvente Marinha do Corvo*. Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, Horta.

Tempera, F., P. Afonso, T. Morato, S. Gubbay, T. Dentinho, F. Cardigos, M.J. Pitta & R. Serrão Santos (2001). *Proposta Técnico-Científica de Ordenamento do Sítio de Interesse Comunitário Ilhéus das Formigas e Recife Dollabarat*. Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, Horta.

Tempera, F., & R. Serrão Santos (2003). *Complemento à Proposta Técnico-Científica de Gestão do Banco das Formigas: Mapas e Plano de Acção*. Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, Horta.

## **Legislação da Região Autónoma da Madeira**

Decreto Regional n.º 458/71/M, de 29 de Outubro de 1971. Diploma que transforma em Reserva as Ilhas Selvagens. Diário da República, I SÉRIE , N.º255.

Decreto Regional n.º 15/78/M, de 10 de Março de 1978. Diploma que classifica as Ilhas Selvagens como Reserva Natural. Diário da República, I SÉRIE , N.º58.

Decreto Regional n.º11/81/M, de 15 de Maio de 1981. Altera o Decreto Regional n.º15/78/M. Diário da República, I SÉRIE, N.º111.

Decreto Regional n.º 14/82/M, de 10 de Novembro de 1982. Cria o Parque Natural da Madeira. Diário da República, I SÉRIE, N.º 260.

Decreto Legislativo Regional 3/84/M, de 14 de Março de 1984. Proibição de extracção de inertes no leito marítimo do arquipélago da Madeira. Diário da República, I SÉRIE, N.º 62.

Decreto Legislativo Regional n.º 11/85/M, de 23 de Maio de 1985. Fixa medidas preventivas, disciplinares e de preservação relativas ao Parque Natural da Madeira. Diário da República, I SÉRIE, N.º 118.

Decreto Legislativo Regional n.º 18/85/M, de 7 de Setembro de 1985. Protecção das tartarugas. Diário da República, I SÉRIE, N.º 206.

Decreto Legislativo Regional n.º 6/86/M, de 30 de Maio de 1986. Aprovação do Regulamento de Protecção dos Mamíferos Marinhos na Zona Costeira e Subárea 2 da Zona Económica Exclusiva Portuguesa (ZEE Madeira). Diário da República, I SÉRIE, N.º123.

Decreto Legislativo Regional n.º 23/86/M, de 4 de Outubro de 1986. Cria a reserva parcial do Garajau. Diário da República, I SÉRIE, N.º 229.

Decreto Legislativo Regional n.º9/95/M, de 20 de Maio de 1995. Diploma que altera o Diploma Legislativo Regional n.º 14/90/M de 23 de Maio. Diário da República, I SÉRIE – A, N.º117.

Decreto Legislativo Regional n.º11/95/M, de 21 de Junho de 1995. Regula o exercício da caça submarina na Região Autónoma da Madeira. Diário da República, I SÉRIE – A, N.º 141.

Decreto Legislativo Regional n.º 12/95/M, de 24 de Junho de 1995. Estabelece o Plano para o Ordenamento do Território na Região Autónoma da Madeira. Diário da República, I SÉRIE–A, N.º144.

Decreto Regulamentar Regional n.º1/97/M, de 14 de Janeiro de 1997. Diploma que regulamenta a prática do mergulho amador na Reserva Natural Parcial do Garajau. Diário da República, I SÉRIE–B, N.º11.



Decreto Legislativo Regional n.º 11/97/M, de 30 de Julho de 1997. Diploma que cria a Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio. Diário da República, I SÉRIE–A, N.º 174.

Decreto Legislativo Regional n.º 27/99/M, de 28 de Agosto de 1999. Regula a detenção, a importação e a introdução no território da Região Autónoma da Madeira de espécies não indígenas da fauna. Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 201.

Decreto Regulamentar Regional n.º 27/99/M, de 29 de Dezembro de 1999. Aprova a orgânica do Gabinete de Gestão do Litoral. Diário da República, I SÉRIE–B, N.º 301.

Decreto Regulamentar Regional n.º 31/2001/M, 15 de Novembro de 2001. Aprova a orgânica da Direcção Regional do Ambiente. Diário da República, I SÉRIE–B, N.º 265.

Decreto Legislativo Regional n.º 1/2002/M, de 28 de Fevereiro de 2002. Proceda a adaptações do Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.os 218/94, de 20 de Agosto, 151/95, de 24 de Junho, 113/97, de 10 de Maio, e 380/99, de 22 de Setembro, relativo à elaboração e aprovação dos planos de ordenamento da orla costeira (POOC). Diário da República, I SÉRIE–A, N.º 50.

Decreto Legislativo Regional n.º 5/2006/M, de 2 de Março de 2006. Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, que procede à revisão da transposição para o direito interno das directivas comunitárias relativas à conservação das aves selvagens (directiva aves) e à preservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens (directiva *habitats*). Diário da República, I SÉRIE–A, N.º 44.

Diploma Legislativo Regional n.º 14/90/M, de 23 de Maio de 1990. Diploma que cria a Área de Protecção Especial das Ilhas Desertas. Diário da República, I SÉRIE, N.º 118.

Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 7/2002/M, de 14 de Agosto de 2002. Reforma da política das pescas. Diário da República, I SÉRIE–B, N.º 187.

## **Legislação de Espanha**

Constituição Espanhola, de 29 de Dezembro de 1978. Boletín Oficial del Estado n.º 311.

Estrategia Española para la Conservación y el Uso Sostenible de la Diversidad Biológica (1999). Dirección General de Conservación de la Naturaleza. Secretaría general de Medio Ambiente. Ministerio de Medio Ambiente, 160 p.

Lei 15/1975, de 5 de Maio de 1975. Espaços Naturais Protegidos. Boletín Oficial del Estado n.º 107.

Lei n.º 10/1977, de 8 de Janeiro de 1977. Fixa a largura e os limites do mar territorial do Estado de Espanha. Boletín Oficial del Estado, n.º 7.

Lei n.º 15/1978, de 23 de Fevereiro de 1978. Delimita a Zona Económica Exclusiva Espanhola. Boletín Oficial del Estado, n.º 46.

Lei 1/1987, de 6 de Abril de 1987. Regula os Planos Insulares de Ordenação. Boletín Oficial del Estado n.º 82.

Lei 4/1989 (Revoga a Lei 15/1975), de 28 de Março de 1989. Conservação dos Espaços Naturais e de Flora e Fauna Silvestre. Boletín Oficial del Estado n.º 74.

Lei 41/1997, de 6 de Novembro de 1997. Altera a lei 4/1989. Boletín Oficial del Estado n.º 266.

## **Legislação da Região Autónoma das Canárias**

Decreto 62/1995, de 26 de Abril de 1995. Estabelece uma Reserva Marinha de interesse pesqueiro em torno da ilha Graciosa e Ilhéus do Norte de Lanzarote. Boletín Oficial de Canarias n.º 51.

Decreto 30/1996, de 11 de Março de 1996. Estabelece uma Reserva Marinha de interesse pesqueiro em torno da Ponta da Restinga - Mar de las Calmas (Ilha de EL Hierro). Boletín Oficial de Canarias n.º 31.

Decreto 6/1997, de 21 de Janeiro de 1997. Fixa as directrizes formais para a elaboração dos planos de ordenamento dos Recursos Naturais. Boletín Oficial de Canarias n.º 14.

Decreto Legislativo 1/2000, de 15 de Maio de 2000. Ordenamento do Território e Espaços Naturais de Canárias. Boletín Oficial de Canarias n.º 60.

Decreto 162/2000, de 7 de Agosto de 2000. Altera o Decreto 62/1995, de 26 de Abril que estabelece uma Reserva Marinha de interesse pesqueiro em torno da ilha Graciosa e Ilhéus do Norte de Lanzarote. Boletín Oficial de Canarias n.º 100.





Lei 12/1994 de 19 de Dezembro, de 24 de Dezembro de 1994. Espacos Naturais de Canárias. Boletín Oficial de Canarias n.º 157.

Lei 13/1994, de 24 de Dezembro de 1994. Modificação do Anexo da Lei de Espacos Naturais de Canárias. Boletín Oficial de Canarias n.º 157.

Lei 9/1999, de 14 de Maio de 1999. Ordenamento do território de Canárias. Boletín Oficial de Canarias n.º 61.

Lei 6/2002, de 1 de Julho de 2002. Ordenamento territorial das actividades turísticas nas Ilhas de El Hierro, La Gomera e La Palma. Boletín Oficial de Canarias n.º 89.

Lei 17/2003, de 23 de Abril de 2003. Pesca de Canárias. Boletín Oficial de Canarias n.º 77.

Orden de 18 de Julho de 2001, de 3 de Agosto de 2001. Estabelece uma Reserva Marinha de interesse pesqueiro na Ilha de Las Palmas. Boletín Oficial del Estado n.º 185.

Orden APA/1936/2002, de 18 de Julho de 2002, de 30 de Julho de 2002. Altera a Orden de 18 Julho de 2001 que estabelece uma Reserva Marinha de interesse pesqueiro na Ilha de Las Palmas. Boletín Oficial del Estado n.º 181.

Orden APA/89/2006, de 28 de Janeiro de 2006. Regula o exercício de actividades subaquáticas na Reserva Marinha em torno da Ponta da Restinga – Mar de las Calmas. Boletín Oficial del Estado n.º 24.

Resolução de 18 de Janeiro de 2006, da Direcção Geral dos Recursos Pesqueiros, de 10 de Fevereiro de 2006. Publica o Convénio de assistência e colaboração entre o Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação e a Conselheria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentação da Comunidade Autónoma de Canárias, relativamente a gestão compartilhada das Reservas Marinhas existentes nas Canárias. Boletín Oficial del Estado n.º 35.

Resolução de 25 de Janeiro de 2007, da Direcção Geral dos Recursos Pesqueiros, de 22 de Fevereiro de 2007. Publica a Modificação do Convénio de assistência e colaboração entre o Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação e a Conselheria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentação da Comunidade Autónoma de Canárias, relativamente a gestão compartilhada das Reservas Marinhas existentes nas Canárias. Boletín Oficial del Estado n.º 46.

#### Plano das Canárias:

Concelheria do Meio Ambiente e Ordenação Territorial (2006). *Plan Rector de Uso e Gestión de Parque Natural do Arquipélago Chinijo*. Direcção Geral de Ordenamento do Território. Governo de Canárias.





## Internet

<http://ecolex.org>

[http://eelink.net/~asilwildlife/conv\\_nature.html](http://eelink.net/~asilwildlife/conv_nature.html)

<http://faolex.fao.org/faolex/index.htm>

<http://sedac.ciesin.org/entri/texts/protect.coasts.waters.90.html>

<http://unfccc.int/2860.php>

<http://whc.unesco.org/en/conventiontext/>

[http://www.africaunion.org/root/au/Documents/Treaties/Text/Convention\\_Nature%20&%20Natural\\_Resources.pdf](http://www.africaunion.org/root/au/Documents/Treaties/Text/Convention_Nature%20&%20Natural_Resources.pdf)

<http://www.cbd.int/default.shtml>

<http://www.cites.org/>

<http://www.cms.int/>

[http://www.gobiernodecanarias.org/agricultura/pesca/reservas\\_marinas\\_canarias/default.htm](http://www.gobiernodecanarias.org/agricultura/pesca/reservas_marinas_canarias/default.htm)

<http://www.horta.uac.pt/projectos/macmar/ogamp/index.html>

[http://www.imo.org/Conventions/contents.asp?doc\\_id=660&topic\\_id=256](http://www.imo.org/Conventions/contents.asp?doc_id=660&topic_id=256)

[http://www.imo.org/Conventions/contents.asp?doc\\_id=678&topic\\_id=258](http://www.imo.org/Conventions/contents.asp?doc_id=678&topic_id=258)

[http://www.imo.org/home.asp?topic\\_id=1488](http://www.imo.org/home.asp?topic_id=1488)

<http://www.iwcoffice.org/commission/convention.htm>

<http://www.marmac.info>

<http://www.oceanlaw.net/texts/genevafish.htm>

<http://www.oceanlaw.net/texts/ices.htm>

<http://www.oceanlaw.net/texts/summaries/bern.htm>

<http://www.oceanlaw.net/texts/summaries/dakar.htm>

<http://www.oceanlaw.net/texts/summaries/iccat.htm>

<http://www.ospar.org/eng/html/convention/welcome.html>



<http://www.pops.int/>

<http://www.ramsar.org>

<http://www.sia.cv>

<http://www.territorioportugal.pt/«>

<http://www.un.org/Depts/los/index.htm>



# ANEXOS



## **ANEXO I - INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS: GLOBAIS**

# ANEXO I - INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS: GLOBAIS

RANK	Título do Instrumento	Local e data de adopção	Data de entrada em vigor	Portugal			Espanha			Cabo Verde		
				Tipo	Data de adopção	Data de entrada em vigor	Tipo	Data de adopção	Data de entrada em vigor	Tipo	Data de adopção	Data de entrada em vigor
1	Convenção Relativa à Preservação da Fauna e da Flora no seu Estado Natural	Londres, 8 de Novembro de 1933	14-01-1936	assin, act	08-11-1933, 13-07-1950	13-07-1950	assin, act	08-11-1933, 13-07-1950	13-10-1950	-	-	-
1	Convenção Internacional sobre a Conservação Baleeira	Washington, 2 de Dezembro, 1946	10-11-1948	rtf	14-05-2002	14-05-2002	rtf	06-07-1979	06-07-1979	-	-	-
1	Convenção sobre Pesca e Conservação dos Recursos Biológicos do Alto Mar	Genebra, 29 de Abril de 1958	20-03-1966	assin, rtf	28-10-1958, 18-01-1963	20-03-1966	rtf	25-02-1971	27-03-1971	-	-	-
1	Convenção Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (ICCAT)	Rio de Janeiro, 14 de Maio de 1966	21-03-1969	rtf/ acs	14-11-1997	-	rtf/ acs	14-11-1997	-	rtf/ acs	11-10-1979	-
1	Convenção Internacional sobre a Responsabilidade Civil pelos Prejuízos Devidos à Poluição por Hidrocarbonetos (CLC)	Bruxelas, 29 de Novembro de 1969	19-06-1975	assin, rtf	29-11-1969, 26-11-1976	24-02-1977	assin, rtf	07-10-1970, 08-12-1975	07-03-1976	-	-	-
1	Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional Especialmente como <i>Habitats</i> de Aves Aquáticas (RAMSAR).	Ramsar, 2 de Fevereiro de 1971	21-12-1975	rtf	24-11-1980	24-03-1981	acs	04-05-1982	04-09-1982	acs	18-07-2005	18-11-2005
0	Resolução VIII.4 Princípios e directrizes para a incorporação das zonas húmidas na Gestão Integrada das Zonas Costeiras (GIZC)	Valencia, 26 de Novembro 2002	Em adopção	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1	Convenção sobre Protecção do Património Cultural e Natural a nível mundial.	Paris, 16 de Novembro 1972	17-12-1975	rtf	30-09-1980	30-12-1980	act	04-05-1982	04-08-1982	act	28-04-1988	28-07-1988
0	Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Aquático	Paris, 2 de Novembro 2001	Não entrou em vigor	rtf	21-09-2006	-	rtf	06-06-2005	-	-	-	-
1	Convenção para a Prevenção da Poluição Marinha por Operações de Imersão de Resíduos e Outros Produtos (Convenção de Londres)	Londres, 13 de Novembro de 1972	30-08-1975	assin, rtf	29-12-1972, 14-04-1978	14-05-1978	assin, rtf	27-04-1973, 31-07-1974	30-08-1975	acs	26-05-1977	25-06-1977

## ANEXO I - INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS: GLOBAIS

RANK	Título do Instrumento	Local e data de adoção	Data de entrada em vigor	Portugal			Espanha			Cabo Verde		
				Tipo	Data de adoção	Data de entrada em vigor	Tipo	Data de adoção	Data de entrada em vigor	Tipo	Data de adoção	Data de entrada em vigor
1	Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES)	Washington, EUA, 3 de Março de 1973	01-07-1975	rtf	11-12-1980	11-03-1981	acs	30-05-1986	28-08-1986	acs	10-08-2005	08-11-2005
1	Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 1973 modificada através do protocolo de 1978 (MARPOL 73/78)	Londres, 17 de Fevereiro de 1978	02-10-1983	acs	22-10-1988	22-01-1988	assin, rtf	16-05-1979, 06-07-1984	06-10-1984	acs	04-07-2003	04-10-2003
1	Convenção sobre Conservação das Espécies Migratórias Selvagens (CMS)	Bona, 23 de Junho de 1979	01-11-1983	assin, rtf	23-06-1979, 21-01-1981	01-11-1983	assin, rtf	23-06-1979, 12-02-1985	01-05-1985	-	-	01-05-2006
	Acordo sobre a Conservação das Aves Aquáticas na África, Europa e Ásia	The Hague, 16 de Junho de 1995	01-11-1999	assin	01-09-1997	01-03-2004	assin, rtf	20-02-1998, 30-03-1999	01-11-1999	-	-	-
	Memorando de Entendimento relativo a Medidas de Conservação de Tartarugas Marinhas da Costa Atlântica de África	Abidjan, 29 de Maio de 1999	01-07-1999	assin	29-05-1999	01-07-1999	assin	29-05-1999	01-07-1999	assin	29-05-1999	01-07-1999
	Acordo para a Conservação de Albatrozes e Pardelas	Camberra, 19 de Junho de 2001	01-02-2004	-	-	-	assin, rtf	30-04-2002, 12-08-2003	01-02-2004	-	-	-
1	Convenção sobre o Direito do Mar (UNCLOS)	Montego Bay, 10 de Dezembro de 1982	16-11-1994	assin, rtf	10-12-1982, 03-11-1997	03-12-1997	assin, rtf	04-12-1984, 15-01-1997	14-02-1997	assin, rtf	10-12-1982, 10-08-1987	16-11-1994
	Acordo sobre a Conservação e Gestão de Espécies Piscícolas Transzonais Altamente Migratórias	Nova York, 4 de Agosto de 1995	11-12-2001	assin, rtf	27-06-1996, 19-12-2003	18-01-2004	Assin, rtf	03-12-1996, 19-12-2003	18-01-2004	-	-	-
1	Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas	Rio de Janeiro, 9 de Maio de 1992	21-03-1994	assin, rtf	13-06-1992, 21-12-1993	21-03-1994	assin, rtf	13-06-1992, 21-12-1993	21-03-1994	assin, rtf	12-06-1992, 29-03-1995	27-06-1995
	Protocolo de Kyoto	Kyoto, 10 de Dezembro de 1997	16-02-2005	assin, rtf	29-04-1998, 31-05-2002	16-02-2005	Sig, rtf	29-04-1998, 31-05-2002	16-02-2005	rtf	10-02-2006	11-05-2006
1	Convenção sobre Diversidade Biológica	Rio de Janeiro, 5 de Junho de 1992	29-12-1993	assin, rtf	13-06-1992, 21-12-1993	21-03-1994	assin, rtf	13-06-1992, 21-12-1993	21-03-1994	assin, rtf	12-06-1992, 29-03-1995	27-06-1995

## ANEXO I - INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS: GLOBAIS

RANK	Título do Instrumento	Local e data de adopção	Data de entrada em vigor	Portugal			Espanha			Cabo Verde		
				Tipo	Data de adopção	Data de entrada em vigor	Tipo	Data de adopção	Data de entrada em vigor	Tipo	Data de adopção	Data de entrada em vigor
0	Decisão II/10: Conservação e uso sustentável da Diversidade Biológica marinha e costeira ("Mandato de Jakarta")	Jakarta, 15 de Novembro de 1995	Em adopção	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Convenção sobre Poluentes Orgânicos Persistentes ("POPs Convention")	Stockholmo, 22 de Maio de 2001	17-05-2004	assin, act	23-05-2001, 15-07-2004	13-10-2004	assin, rtf	23-05-2001, 28-05-2004	26-08-2004	acs	1-03-2006	-

Os instrumentos nas tabelas foram classificados de acordo com o seu nível de importância:

Nível 1 (principais): instrumentos que são relevantes e/ou directamente aplicáveis à gestão integrada das AMPs na Macaronésia, vinculativos ou não.

Nível 2 (periféricos): instrumentos de relevância indirecta e que apoiam a gestão integrada de AMPs.

Nível 3 (marginais): instrumentos apenas com relevância potencial.

Nível 0 (em progresso): instrumentos actualmente em desenvolvimento (ainda não entraram em vigor).

Informações retirada de **sítes Oficiais**

Informações retirada de **síte Ecolex**

Informações retirada de **sítes Não Oficiais**

act	aceitação
acs	acessão
assin	assinatura
dep	deposição
not	notificação
rtf	ratificação



## **ANEXO II - INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS: REGIONAIS**



## ANEXO II - INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS: REGIONAIS

RANK	Título do Instrumento	Cidade e data de adoção	Data de entrada em vigor	Portugal			Espanha			Cabo Verde		
				Padrão	Data de adoção	Data de entrada em vigor	Padrão	Data de adoção	Data de entrada em vigor	Padrão	Data de adoção	Data de entrada em vigor
1	Convenção para o Conselho Internacional para a Exploração do Mar (CIEM/ICES)	Copenhaga, 12 de Setembro de 1964	22-07-1968	assin, rtf	15-12-1964, 18-02-1966	22-07-1968	assin, rtf	28-12-1964, 09-09-1965	22-07-1968	-	-	-
1	Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e dos seus Recursos Naturais	Algiers, 15 de Setembro de 1968	16-06-1969	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1	Convenção Relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos <i>Habitats</i> Naturais da Europa	Berna, 19 de Setembro de 1979	01-06-1982	assin, rtf	19-09-1979, 03-02-1982	01-06-1982	assin, rtf	19-09-1979, 27-05-1986	01-09-1986	-	-	-
3	Quarta Convenção ACP-EEC	Lomé, 15 de Dezembro de 1989	01-09-1991	assin,not	15-12-1989, 24-07-1991	01-09-1991	assin, not	31-05-1991	01-09-1991	assin,not	15-12-1989, 04-11-1991,	-
1	Acordo de Cooperação para a Protecção das Costas e das Águas do Atlântico Nordeste contra a Poluição (Acordo de Lisboa)	Lisboa, 17 de Outubro de 1990	-	assin, rtf	17-10-1990, 24-03-1992	-	assin	17-10-1990	-	-	-	-
2	Convenção sobre Cooperação de Pesca entre os Estados Africanos delimitados pelo Oceano Atlântico	Dakar, 05 de Julho de 1991	11-08-1995	-	-	-	-	-	-	assin	30-09-1992	-
1	Convenção para a Protecção do Meio Marinho no Nordeste do Atlântico (OSPAR)	Paris, 22 de Setembro de 1992	25-03-1998	assin, rtf	05-11-1992, 23-02-1998	25-03-1998	assin, acp	22-09-1992, 02-02-1994	25-03-1998	-	-	-

Foi ainda analisada a Estratégia Regional para as Áreas Protegidas Marinhas na África Ocidental, a qual por não ser um instrumento vinculativo não foi incluída na tabela acima. Documento acessível em <http://www.fibarguin.org/var/plain/storage/original/application/974c4fbbb00a49ca93f86f6d40028991.pdf>

Os instrumentos nas tabelas foram classificados de acordo com o seu nível de importância:

## ANEXO II - INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS: REGIONAIS

---

Nível 1 (principais): instrumentos que são relevantes e/ou directamente aplicáveis à gestão integrada das AMPs na Macaronésia, vinculativos ou não.

Nível 2 (periféricos): instrumentos de relevância indirecta e que apoiam a gestão integrada de AMPs.

Nível 3 (marginais): instrumentos apenas com relevância potencial.

Nível 0 (em progresso): instrumentos actualmente em desenvolvimento (ainda não entraram em vigor).

Informações retirada de sites Oficiais

Informações retirada de site Ecolex

Informações retirada de sites Não Oficiais

act	aceitação
acs	acessão
assin	assinatura
dep	deposição
not	notificação
rtf	ratificação



## **ANEXO III - ACORDOS BILATERAIS**



## ANEXO III - ACORDOS BILATERAIS

Título do Instrumento	Cidade e data de adoção	Data de entrada em vigor	Portugal			Espanha			Cabo Verde		
			Padrão	Data de adoção	Data de entrada em vigor	Padrão	Data de adoção	Data de entrada em vigor	Padrão	Data de adoção	Data de entrada em vigor
Acordo de Cooperação no Domínio da Pesca entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República Portuguesa	Praia, 20 de Abril de 1980										
Acordo de Cooperação no Domínio da Pesca entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo Espanhol	Praia, 16 de Abril de 1983										
Acordo da Cooperação entre o Governo da república de Cabo Verde e o Governo da República Portuguesa nos Domínios do Desenvolvimento Marítimo, Hidrografia, Cartografia, Segurança da Navegação e Oceanografia	Mindelo, 13 de Junho de 1988										
Acordo de Pesca entre a União Europeia e Cabo Verde*	Bruxelas, 21 de Setembro de 1990	06-09-1991	not	21-09-1990		not	21-09-1990		not	06-09-1991	

\* Regulamento (CE) N.º 301/2002 do Conselho de 21 de Janeiro de 2002 respeitante à celebração do protocolo que fixa, para o período compreendido entre 1 de Julho de 2001 e 30 de Junho de 2004, as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira previstas no Acordo entre a Comunidade Económica Europeia e a República de Cabo Verde relativo à pesca ao largo de Cabo Verde.

Informações retirada de sites Oficiais

Informações retirada de site Ecolex

Informações retirada de sites Não Oficiais

act	aceitação
acs	acessão
assin	assinatura
dep	deposição
not	notificação



## **ANEXO IV - INSTRUMENTOS EUROPEUS SOBRE A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

Título do Instrumento		Portugal	Espanha
		Data de entrada em vigor	
REDE NATURA 2000	Directiva Aves (Directiva 79/409/EEC)	2 de Abril de 1979	
	Zonas de Protecção Especial		
	Directiva Habitats (Directivas 92/43/EEC e 97/62/EEC)	21 de Maio de 1992	
	Zonas Especiais de Conservação		
	Sítios de Interesse Comunitário		



## **ANEXO V - LEGISLAÇÃO CABO-VERDIANA**

## ANEXO V - LEGISLAÇÃO CABO-VERDIANA

Instrumentos	Data da Publicação	Fonte de Pesquisa	Resumo
<b>ANTES DA INDEPENDÊNCIA</b>			
Portaria n.º 196	23-07-1879	Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde N.º 31	Regulamenta o exercício da pesca do coral nos mares do arquipélago
Decreto de 21 de Junho de 1911	22-07-1911	Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde n.º 29	Regulamento para o exercício da pesca de esponjas no arquipélago de Cabo Verde
Decreto n.º 27:560	12-03-1937	Lisboa: Diário do Governo, I Série, N.º 59	Regula o exercício da pesca nas águas territoriais do império Colonial Português
Diploma Legislativo n.º 10/72	26-07-1972	Compendium des législations des pêches des Etats africains riverains de l'océan Atlantique Document No. 31 (II ed.), Vol. I, December 1995, pp. 196 and 197.	Regulamenta a pesca da lagosta
Decreto-Lei 495/1973	13-10-1973	-	Determina várias medidas de protecção contra a poluição das águas, praias e margens no ultramar
Decreto-Lei n.º 518/73	31-12-1973	Praia: Boletim Oficial de Cabo Verde, 5º Suplemento N.º 52	Regulamenta o exercício da pesca desportiva nas províncias ultramarinas
<b>DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA</b>			
Lei n.º 41/II/84	18 – 06-1984	Suplemento ao Boletim Oficial da República de Cabo Verde, N.º 24	Aprova o Código da Água incluindo águas marítimas interiores e territoriais
Decreto-lei 17/87	18-03-1987	Boletim Oficial da República de Cabo Verde. Suplemento ao N.º 11	Estabelece o regime de protecção e de gestão dos recursos biológicos marinhos existentes em Cabo Verde
Decreto-lei 97/87	05-09-1987	Compendium des législations des pêches des Etats africains riverains de l'océan Atlantique, Document No. 31 (II ed.), Vol. I, December 1995, pp. 206-220.	Estabelece normas para a implementação de determinados regulamentos do Decreto-Lei n.º 17/87
Lei n.º 79/III/90	29-06-1990	Boletim Oficial da República de Cabo Verde n.º 5	Declara como reservas naturais a Ilha de Santa Luzia e todos os Ilhéus que integram o arquipélago de Cabo Verde
Decreto-lei 65/90 (Revoga o Decreto-Lei n.º 518/73)	18-08-1990	Boletim Oficial da República de Cabo Verde N.º 33	Regula o exercício da pesca amadora
Constituição Caboverdiana de 1992		Constituição da República de Cabo Verde. Revisão 1999. Praia: Assembleia Nacional, 2000.	
Lei n.º 60/IV/92	21-12-1992	Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 24	Delimita a Zona Marítima Caboverdiana (ZEE)
Lei n.º 85/IV/93	16-07-1993	Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série N.º 25	Define as bases do Ordenamento do Território e o planeamento Urbanístico
Lei n.º 86/IV/93	26-07-1993	Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 27	Lei de base do Ambiente
Decreto-Legislativo n.º 14/V/97	01-07-1997	Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 25	Regulamenta um conjunto de matérias contempladas na LBA como protecção de espaços naturais, paisagens, sítios, monumentos e espécies protegidas
Decreto-lei 69/97	03-11-1997	Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 42	Disciplina a extração da areia nas dunas e nas águas interiores



## ANEXO V - LEGISLAÇÃO CABO-VERDIANA

Instrumentos	Data da Publicação	Fonte de Pesquisa	Resumo
Resolução n.º 3/2000	31-01-2000	Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, n.º 1	Aprova a Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade
Decreto-Lei n.º 2/2002	21-01-2002	Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, n.º 2	Proíbe a extração de areia nas dunas e nas águas interiores
Decreto-Regulamentar n.º 7/2002	30 -12- 2002	Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, n.º 37	O presente diploma estabelece medidas de conservação e protecção das espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção, enquanto componente da biodiversidade e parte integrante do património natural de Cabo Verde
Decreto-lei n.º 3/2003	24 -02-2003	Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, n.º 5	Estabelece o regime Jurídico dos espaços naturais, paisagens, monumentos e lugares que, pela sua relevância para a biodiversidade, pelos seus recursos naturais, função ecológica, interesse sócio-económico, cultural, turístico ou estratégico, merecem uma protecção especial e integrar-se na Rede Nacional das Áreas Protegidas
Decreto-lei n.º 40/2003	27-10-2003	Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, n.º 36	Estabelece a finalidade da Reserva Natural de Santa Luzia
Resolução n.º 3/2005	21-02-2005	Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, n.º 8	Plano de Gestão dos Recursos Pesqueiros
Resolução n.º 14/2005	25-04-2005	Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, n.º 17	Aprova o Segundo Plano Nacional de Acção para o Ambiente -PANA II, no horizonte 2004-2014, como instrumento de implementação da política nacional no domínio do ambiente
Decreto-Lei n.º 53/2005	08-08-2005	Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, n.º 32	Define as directrizes gerais sobre o uso sustentável das pescarias



## **ANEXO VI - LEGISLAÇÃO PORTUGUESA**

## ANEXO VI - LEGISLAÇÃO PORTUGUESA

REPÚBLICA PORTUGUESA			
Tipo de Instrumentos	Data da Publicação	Fonte de Pesquisa	Resumo
Lei n.º 9/70	19-06-1970	Diário do Governo, I SÉRIE, N.º141	Conservação da Natureza
Lei n.º 613/76	27-07-1976	Diário da República, I SÉRIE, N.º 174	Revoga a Lei n.º 9/70
Lei n.º 33/77	28-05-1977	Diário da República, I SÉRIE, N.º124	Fixa a largura e os limites do mar territorial e estabelece uma zona económica exclusiva de 200 milhas do Estado Português
Decreto-Lei n.º 119/78	01-06-1978	Diário da República, I SÉRIE, N.º125	Define «zona económica exclusiva» e fixa os seus limites
Lei n.º 11/87	7- 4 - 1987	Diário da República, I SÉRIE, N.º 81	Lei base do ambiente
Decreto-Lei n.º 176-A/88	18-05-1988	Diário da República, I SÉRIE, N.º 115	Revê a disciplina jurídica dos planos regionais de ordenamento do território
Decreto-Lei n.º 367/90	26-11-1990	Diário da República, I SÉRIE, N.º 273	Dá nova redacção aos artigos 3.º, 9.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 176-A/88, de 18 de Maio (planos regionais de ordenamento do território)
Decreto-Lei n.º 19/93	23-01-1993	Diário da República, I SÉRIE-A, N.º19	Estabelece as Redes Nacionais das Áreas Protegidas
Decreto-Lei n.º 309/93	02-09-1993	Diário da República, I SÉRIE-A, N.º206	Regulamenta a elaboração e a aprovação dos planos de ordenamento da orla costeira
Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/95	21-04-1995	Diário da República, I SÉRIE-B, N.º 94	Plano Nacional da Política do Ambiente
Decreto-Lei n.º 227/98	17-7-1998	Diário da República, I SÉRIE-A, N.º163	Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro (estabelece normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas – Reservas Marinhas ou Parques Marinhos)
Lei n.º 48/98	11-08-1998	Diário da República, I SÉRIE-A, N.º184	Estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo
Decreto-Lei n.º 140/99	24-04-1999	Diário da República, I SÉRIE-A, N.º206	Revê a transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril (relativa à conservação das aves selvagens), e da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (relativa à preservação dos <i>habitats</i> naturais e da fauna e da flora selvagens). Revoga os Decretos-Leis n.os 75/91, de 14 de Fevereiro, 224/93, de 18 de Junho, e 226/97, de 27 de Agosto
Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001	11-10-2001	Diário da República, I SÉRIE-B, N.º236	Adopta a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
Decreto-Lei n.º 310/2003	10-12-2003	Diário da República, I SÉRIE-A, N.º284	Desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, provação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.
Constituição Portuguesa	12-08-2005	Diário da República, I SÉRIE – A, N.º155	Artigo 9º e 66º definem as bases da política de ambiente

## ANEXO VI - LEGISLAÇÃO PORTUGUESA

REPÚBLICA PORTUGUESA			
Tipo de Instrumentos	Data da Publicação	Fonte de Pesquisa	Resumo
Resolução do Conselho de Ministros n.º 128/2005	10-08-2005	Diário da República, I SÉRIE-B, N.º153	Criou a Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar (EMAM)
Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2006	12-12-2006	Diário da República, I SÉRIE, N.º237	Aprova a Estratégia Nacional para o Mar
Lei n.º 58/2007	4-09-2007	Diário da República, I SÉRIE, N.º170	Aprova Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

AÇORES			
Tipo de Instrumentos	Data da Publicação	Fonte de Pesquisa	Resumo
Decreto Regional n.º 10/82/A	18-06-1982	Diário da República, I SÉRIE, N.º 138	Cria a Reserva Natural da Lagoa do Fogo
Decreto Regional n.º 14/82/A	08-07-1982	Diário da República, I SÉRIE, N.º 155	Cria a Reserva Natural da Caldeira do Faial
Decreto Legislativo Regional n.º 13/84/A	20-02-1984	Diário da República, I SÉRIE, N.º 43	Cria a reserva natural parcial do ilhéu do Topo, situado na costa nascente da ilha de São Jorge
Decreto Legislativo Regional n.º 27/84/A	01-09-1984	Diário da República, I SÉRIE, N.º 203	Estabelece as zonas de pesca na Região Autónoma dos Açores
Decreto Legislativo Regional n.º 11/88/A	4-4-1988	Diário da República, I SÉRIE, N.º 78	Cria a Reserva Natural dos Ilhéus das Formigas
Decreto Legislativo Regional n.º 8/90/A	17-05-1990	Diário da República, I SÉRIE, N.º 113	Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 11/88/A
Decreto Regulamentar Regional n.º 14/93/A	31-07-1993	Diário da República, I SÉRIE-B, N.º 178	Aprova o regulamento da apanha de lapas
Decreto Legislativo Regional n.º 21/93/A	23-12-1993	Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 298	Aplicação à Região do regime jurídico estabelecimento pelo Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro (Rede Nacional da Áreas Protegidas)
Decreto Legislativo Regional n.º 18/98/A	9-11-1998	Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 259	Adaptação à Região Autónoma dos Açores do Decreto-Lei n.º 309/93 - Regula a elaboração do POOC
Decreto Legislativo Regional n.º 9/99/A	22-03-1999	Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 68	Disciplina as actividades de observação de cetáceos nos Açores
Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A	23-05-2000	Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 119	Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial
Decreto Legislativo Regional n.º 18/2002/A	16-05-2002	Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 113	Adapta à Região o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, que procede à revisão da transposição para o direito interno das directivas comunitárias relativas à conservação das aves selvagens (Directiva Aves) e à conservação dos <i>habitats</i> naturais e da fauna e da flora selvagens (Directiva <i>Habitats</i> )
Decreto Legislativo Regional n.º 10/2003/A	22-03-2003	Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 69	Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 9/99/A

## ANEXO VI - LEGISLAÇÃO PORTUGUESA

AÇORES			
Tipo de Instrumentos	Data da Publicação	Fonte de Pesquisa	Resumo
Decreto Legislativo Regional n.º 26/2003/A	27-05-2003	Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 122	Reclassifica a Reserva Natural dos Ilhéus das Formigas em Reserva Natural Regional dos Ilhéus das Formigas (Reserva Natural)
Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2004/A	20-05-2004	Diário da República, I SÉRIE-B, N.º 118	Classifica as zonas de protecção especial (ZPE) da Região Autónoma dos Açores
Decreto Legislativo Regional n.º 22/2004/A	3-06-2004	Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 130	Reclassifica a Reserva Natural Regional do Ilhéu de Vila Franca do Campo
Decreto Legislativo Regional n.º 5/2005/A	13-05-2005	Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 93	Classificação da Reserva Natural Regional do Figueiral e Prainha, na ilha de Santa Maria
Decreto Legislativo Regional n.º 9/2005/A	27-05-2005	Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 102	Classificação da paisagem protegida de interesse regional do Barreiro da Faneca e Costa Norte, na ilha de Santa Maria
Decreto Legislativo Regional n.º 20/2006/A	06-06-2006	Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 109	Aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores
Decreto Legislativo Regional n.º 56/2006/A	22-12-2006	Diário da República, I SÉRIE, N.º 245	Classifica o Parque Natural Regional do Corvo

MADEIRA			
Tipo de Instrumentos	Data da publicação	Fonte de Pesquisa	Resumo
Decreto Regional n.º 458/71/M	29-10-1971	Diário da República, I SÉRIE, N.º 255	Diploma que transforma em Reserva as Ilhas Selvagens
Decreto Regional n.º 15/78/M	10-3-1978	Diário da República, I SÉRIE, N.º 58	Diploma que classifica as Ilhas Selvagens como Reserva Natural
Decreto Regional n.º 11/81/M	15-05-1981	Diário da República, I SÉRIE, N.º 111	Altera o Decreto Regional n.º 15/78/M
Decreto Regional n.º 14/82/M	10-11-1982	Diário da República, I SÉRIE, N.º 260	Cria o Parque Natural da Madeira
Decreto Legislativo Regional 3/84/M	14-03-1984	Diário da República, I SÉRIE, N.º 62	Proibição de extracção de inertes no leito marítimo do arquipélago da Madeira
Decreto Legislativo Regional n.º 11/85/M	23-05-1985	Diário da República, I SÉRIE, N.º 118	Fixa medidas preventivas, disciplinares e de preservação relativas ao Parque Natural da Madeira
Decreto Legislativo Regional n.º 18/85/M	7-09-1985	Diário da República, I SÉRIE, N.º 206	Protecção das tartarugas
Decreto Legislativo Regional n.º 6/86/M	30-05-1986	Diário da República, I SÉRIE, N.º 123	Aprovação do Regulamento de Protecção dos Mamíferos Marinhos na Zona Costeira e Subárea 2 da Zona Económica Exclusiva Portuguesa (ZEE Madeira).
Decreto Legislativo Regional n.º 23/86/M	4 -10-1986	Diário da República, I SÉRIE, N.º 229	Cria a reserva parcial do Garajau
Diploma Legislativo Regional n.º 14/90/M	23-05-1990	Diário da República, I SÉRIE, N.º 118	Diploma que cria a Área de Protecção Especial das Ilhas Desertas
Decreto Legislativo Regional n.º 9/95/M	20-05-1995	Diário da República, I SÉRIE – A, N.º 117	Diploma que altera o Diploma Legislativo Regional n.º 14/90/M de 23 de Maio
Decreto Legislativo Regional n.º 11/95/M	21-06-1995	Diário da República, I SÉRIE – A, N.º	Regula o exercício da caça submarina na Região Autónoma

## ANEXO VI - LEGISLAÇÃO PORTUGUESA

MADEIRA			
Tipo de Instrumentos	Data da publicação	Fonte de Pesquisa	Resumo
		141	da Madeira
Decreto Legislativo Regional n.º 12/95/M	24-06-1995	Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 144	Estabelece o Plano para o Ordenamento do Território na Região Autónoma da Madeira
Decreto Regulamentar Regional n.º 1/97/M	14 -01-1997	Diário da República, I SÉRIE-B, N.º 11	Diploma que regulamenta a prática do mergulho amador na Reserva Natural Parcial do Garajau.
Decreto Legislativo Regional n.º 11/97/M	30-07-1997	Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 174	Diploma que cria a Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio
Decreto Legislativo Regional n.º 27/99/M	28-08-1999	Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 201	Regula a detenção, a importação e a introdução no território da Região Autónoma da Madeira de espécies não indígenas da fauna
Decreto Regulamentar Regional n.º 27/99/M	29-12-1999	Diário da República, I SÉRIE-B, N.º 301	Aprova a orgânica do Gabinete de Gestão do Litoral
Decreto Regulamentar Regional n.º 31/2001/M	15-11-2001	Diário da República, I SÉRIE-B, N.º 265	Aprova a orgânica da Direcção Regional do Ambiente
Decreto Legislativo Regional n.º 1/2002/M	28- 02 - 2002	Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 50	Procede a adaptações do Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.os 218/94, de 20 de Agosto, 151/95, de 24 de Junho, 113/97, de 10 de Maio, e 380/99, de 22 de Setembro, relativo à elaboração e aprovação dos planos de ordenamento da orla costeira (POOC)
Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 7/2002/M	14- 08 -2002	Diário da República, I SÉRIE-B, N.º 187	Reforma da política das pescas
Decreto Legislativo Regional n.º 5/2006/M	2-03-2006	Diário da República, I SÉRIE-A, N.º 44	Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, que procede à revisão da transposição para o direito interno das directivas comunitárias relativas à conservação das aves selvagens (directiva aves) e à preservação dos <i>habitats</i> naturais e da fauna e da flora selvagens (directiva <i>habitats</i> ).



## **ANEXO VII - LEGISLAÇÃO ESPANHOLA**

## ANEXO VII - LEGISLAÇÃO ESPANHOLA

ESPANHA			
Tipo de Instrumentos	Data da publicação	Fonte de Pesquisa	Resumo
Lei 15/1975	05-05-1975	Boletín Oficial del Estado n.º 107	Espaços Naturais Protegidos
Lei n.º 10/1977	08-01-1977	Boletín Oficial del Estado, n.º 7	Fixa a largura e os limites do mar territorial do Estado de Espanha
Lei n.º 15/1978	23-02-1978	Boletín Oficial del Estado, n.º 46	Delimita a Zona Económica Exclusiva Espanhola
Constituição Espanhola	29 -12- 1978	Boletín Oficial del Estado n.º 311	Artigo 45 e artigo 149.1.23 aborda a questão da conservação do meio ambiente
Lei 1/1987	6- 4 -1987	Boletín Oficial del Estado n.º 82	Regula os Planos Insulares de Ordenação
Lei 4/1989 (Revoga a Lei 15/1975)	28 -03- 1989	Boletín Oficial del Estado n.º 74	Conservação dos Espaços Naturais e de Flora e Fauna Silvestre
Lei 41/1997	6-11-1997	Boletín Oficial del Estado n.º 266	Altera a lei 4/1989

CANÁRIAS			
Tipo de Instrumentos	Data da publicação	Fonte de Pesquisa	Resumo
Lei 12/1994	24-12-1994	Boletín Oficial de Canarias n.º 157	Espacos Naturais de Canárias
Lei 13/1994	24-12-1994	Boletín Oficial de Canarias n.º 157	Modificação do Anexo da Lei de Espacos Naturais de Canárias
Decreto 62/1995	26-04-1995	Boletín Oficial de Canarias n.º 51	Estabelece uma Reserva Marinha de interesse pesqueiro em torno da ilha Graciosa e Ilhéus do Norte de Lanzarote.
Decreto 30/1996	11 -03-1996	Boletín Oficial de Canarias n.º 31	Estabelece uma Reserva Marinha de interesse pesqueiro em torno da Ponta da Restinga - Mar de las Calmas (Ilha de EL Hierro)
Decreto 6/1997	21-01-1997	Boletín Oficial de Canarias n.º 14	Fixa as directrizes formais para a elaboração dos planos de ordenamento dos Recursos Naturais
Lei 9/1999	14-5-1999	Boletín Oficial de Canarias n.º 61	Ordenamento do território de Canárias
Decreto Legislativo 1/2000	15-05-2000	Boletín Oficial de Canarias n.º 60	Ordenamento do Território e Espaços Naturais de Canárias
Decreto 162/2000	7-08-2000	Boletín Oficial de Canarias n.º 100	Altera o Decreto 62/1995, de 26 deAbrill que estabelece uma Reserva Marinha de interesse pesqueiro em torno da ilha Graciosa e Ilhéus do Norte de Lanzarote
Orden de 18 de Julho de 2001	3-08-2001	Boletín Oficial del Estado n.º 185	Estabelece uma Reserva Marinha de interesse pesqueiro na Ilha de Las Palmas
Lei 6/2002	1-07-2002	Boletín Oficial de Canarias n.º 89	Ordenamento territorial das actividades turísticas nas Ilhas de El Hierro, La Gomera e La Palma.
Orden APA/1936/2002, de 18 de Julho de 2002	30-07-2002	Boletín Oficial del Estado n.º 181	Altera a Orden de 18 Julho de 2001 que estabelece uma Reserva Marinha de interesse pesqueiro na Ilha de Las Palmas
Lei 17/2003	23-04-2003	Boletín Oficial de Canarias n.º 77	Pesca de Canárias
Orden APA/89/ 2005	28-01-2005	Boletín Oficial del Estado n.º 24	Regula o exercício de actividades subaquáticas na Reserva Marinha em torno da Ponta da Restinga – Mar de las Calmas



CANÁRIAS			
Tipo de Instrumentos	Data da publicação	Fonte de Pesquisa	Resumo
Resolução de 18 de Janeiro de 2006, da Direcção Geral dos Recursos Pesqueiros	10-02-2006	Boletín Oficial del Estado n.º 35	Publica o Convénio de assistência e colaboração entre o Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação e a Conselheira de Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentação da Comunidade Autónoma de Canárias, relativamente a gestão compartilhada das Reservas Marinhas existentes nas Canárias.
Resolução de 25 de Janeiro de 2007, da Direcção Geral dos Recursos Pesqueiros	22-02-2007	Boletín Oficial del Estado n.º 46	Publica a Modificação do Convénio de assistência e colaboração entre o Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação e a Conselheira de Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentação da Comunidade Autónoma de Canárias, relativamente a gestão compartilhada das Reservas Marinhas existentes nas Canárias.



## **ANEXO VIII - GUIÃO DAS ENTREVISTAS**

- Como é que vê a criação das AMPs em Cabo Verde?
- Entre 2005 e 2006 Cabo Verde aderiu às Convenções RAMSAR, CITES e BONA. Porquê a adesão a estas Convenções só 30 anos depois do surgimento dos mesmos e em simultâneo?
- Existe aplicabilidade dos instrumentos internacionais em Cabo Verde relativamente à conservação marinha? E em relação às legislações nacionais?
- Existe plano de gestão para a ilha de Santa Luzia, no que diz respeito à área marinha protegida?
- Sabendo que a Ilha do Sal é uma ilha turística, que plano/programa se pretende implementar na ilha principalmente na Baía da Murdeira, de modo a promover um turismo em consonância com a conservação da natureza?
- Há colaboração entre os grupos de interesse (ex: comunidades piscatórias, ONGAs, Instituto Nacional do Desenvolvimento e das Pescas (INDP), Direcção Geral das Pescas (DGP) e Direcção-Geral do Ambiente (DGA)) no que diz respeito à conservação do meio marinho?
- Existem algumas medidas compensatórias para as comunidades piscatórias que se encontram afectadas pela implementação das AMPs ?
- A apanha de tartarugas e dos seus ovos constitui um dos problemas presentes em Cabo Verde. Quais são as medidas estabelecidas para a minimização deste problema?
- Apesar da existência de regulamentos sobre a extração de inertes marinhos, verifica-se no entanto que ainda existe uma extração descontrolada de inertes nas praias de Cabo Verde. Que medidas estão a ser implementadas para a minimização deste impacto?
- Cabo Verde tem desenvolvido algum trabalho de parceria com os outros arquipélagos da Macaronésia no que concerne à conservação das tartarugas e mamíferos marinhos?
- Em que consiste o programa de protecção e conservação das espécies citadas anteriormente?
- Que trabalhos é que o Projecto Conservação Costeira e Marinha tem desenvolvido no âmbito da conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos?
- Relativamente aos planos de gestão das AMP, o Projecto Conservação Costeira e Marinha tem participado na sua elaboração?



- Na sua opinião, de um modo geral como é que se encontra a conservação costeira e marinha em Cabo Verde?



## **ANEXO IX - GLOSSÁRIO**



**aceitação (act) e aprovação (aprv):** Os instrumentos da “aceitação” ou da “aprovação” de um tratado têm o mesmo efeito legal que a ratificação e expressam consequentemente o consentimento de um Estado para com um determinado tratado. Na prática, certos Estados têm usado o instrumento “aceitação” ou “aprovação” em vez de ratificação, quando a lei constitucional a nível nacional não requer que o tratado seja ratificado pelo chefe de Estado.

**acessão (acs):** É o acto pelo qual um Estado aceita a oferta ou a oportunidade de se tornar membro de um tratado previamente negociado e assinado por outros Estados. Tem o mesmo efeito legal que a ratificação. A acessão ocorre geralmente depois do tratado entrar em vigor.

**assinatura (assin):** Qualifica o Estado signatário para prosseguir à ratificação, à aceitação ou à aprovação.

**notificação (not):** Refere-se a uma formalidade através do qual um Estado ou uma Organização Internacional comunica determinados factos ou eventos de importância legal. A notificação é recorrida cada vez mais como meio de expressar o consentimento final.

**ratificação (rtf):** É um acto internacional pelo qual um Estado indica assumir como suas obrigações as disposições de uma determinada Convenção. A instituição de concessões da ratificação indica o tempo necessário para a transposição da Convenção a nível nacional, decretando a legislação necessária para a implementação nacional da mesma.